História Social da Imprensa

José Marques de Melo

coleção.comunicação

27

h
9

EDIPUCRS

Este é um livro histórico que apresenta uma história da Comunicação com a linguagem clara de um jornalista e o rigor de um professor universitário e pesquisador acadêmico. Tudo nesta obra é História, inclusive o seu percurso de tese a livro e de livro a texto de referência. Não bastasse tudo isso, o autor, José Marques de Melo, também faz parte da História da Comunicação no Brasil, decano que é da pesquisa e da reflexão nesta área.

Numa época em que a pesquisa em Comunicação no Brasil ainda parecia um sonho de gente com alma de pioneiro, de desbravador, de bandeirante com ânsia de abrir novas fronteiras, José Marques de Melo já se sentia em casa no âmbito da investigação científica. Incansável, desde então, continua a escrever, publicar, organizar colóquios e encontros e, fundamentalmente, a estruturar o campo da Comunicação nas universidades brasileiras.

História Social da Imprensa consegue aliar a ambição da visão global com a precisão da análise microscópica. O leitor navega entre Oriente e Ocidente, da China ao Brasil, do passado remoto ao quase presente, impulsionado pelos ventos poderosos da sempre tormentosa

História social da imprensa

Numero de Chamada
Clas. 010.9
PHA M485 h
Tombo nº 95.319

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Chanceler:
Dom Dadeus Grings

Reitor:
Norberto Francisco Rauch

Vice-Reitor:
Joaquim Clotet

Conselho Editorial:
Antoninho Muza Naime
Antonio Mario Pascual Bianchi
Délcia Enricone
Helena Noronha Cury
Jayme Paviani
Jussara Maria Rosa Mendes
Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva
Marília Gerhardt de Oliveira
Mírian Oliveira
Urbano Zilles (presidente)

Diretor da EDIPUCRS:
Antoninho Muza Naime

José Marques de Melo

História social da imprensa

Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil

T. 95.319

Coleção Comunicação – 27

BIBLIOTECA UNESP CÂMPUS BAURU

EDIPUCRS

Porto Alegre, 2003

© EDIPUCRS
2ª edição: 2003
1ª edição: Sociologia da Imprensa Brasileira, Editora Vozes, 1974.

Capa: Larissa Goldoni
Preparação dos originais: Eurico Saldanha de Lemos
Editoração e composição: Suliani Editografia
Revisão e Edição:Beatriz Dornelles
Impressão e acabamento: Gráfica EPECÊ

Coleção Comunicação – vol. 27
Coordenador da coleção: Francisco Menezes Martins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528h Melo, José Marques de
História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil / José Marques de Melo. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
186p.; (Coleção Comunicação, 27)

ISBN 85-7430-383-6

1. Imprensa – História. 2. Imprensa – História – Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 070.9

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Processamento Técnico da BC-PUCRS

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem autorização expressa da Editora.

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 – Porto Alegre – RS
Brasil
Fone/fax: (51) 3320.3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br
www.pucrs.br.edipucrs

Sumário

Prefácio à 2ª edição (Antônio Hohlfeldt) / 7
Prefácio à 1ª edição (Luiz Beltrão) / 13

Introdução / 21
1 Revisão da literatura / 21
2 Marco teórico / 22
3 Referencial metodológico / 26
4 Resgate da memória / 29

1 Aparecimento e difusão da imprensa na Europa / 31
1.1 Retrospecto histórico / 31
1.2 Causas / 35
1.3 Expansão / 44
1.4 Conseqüências / 49
1.5 Controle / 55

2 Introdução da imprensa nos territórios coloniais / 59
2.1 Visão comparativa dos sistemas coloniais / 59
2.2 A imprensa no Oriente: contribuição dos portugueses / 62
2.3 A imprensa na América: visão comparativa / 69

3 Implantação da imprensa no Brasil / 87
3.1 Fatores que geraram o seu retardamento / 87
3.2 Circunstâncias do retardamento: os aspectos políticos e econômicos / 95
3.3 Uma nova perspectiva de análise: os fatores socioculturais / 111
a) Natureza feitorial da colonização / 113
b) Atraso das populações indígenas / 116
c) Predominância do analfabetismo / 122
d) Ausência de urbanização / 128
e) Precariedade da burocracia estatal / 132
f) Incipiência das atividades comerciais e industriais / 134
g) Reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos / 138
3.4 As tentativas de implantação da imprensa no período colonial / 142

Bibliografia e referências / 153

Apêndice 1: Comentários sobre a obra / 169
Apêndice 2: Perfil intelectual do autor / 175

Anexo A: Reproduções do noticiário da época / 181

Prefácio à 2ª edição

*Antônio Hohlfeldt**

José Marques de Melo é uma verdadeira instituição no campo dos estudos de comunicação brasileiros. Não há área em que ele não tenha incursionado e, quase sempre, incursionado pioneiramente. Mais que isso, José Marques de Melo não se limitou ao território brasileiro. Colaborou decisivamente com os estudos no campo da Comunicação Social em termos de América Latina e, hoje em dia, tem reconhecimento também fora de nosso continente, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Este livro é um exemplo. Lançado originalmente em 1973, com o título de *Sociologia da imprensa*, só agora reaparece, por decisão exclusiva do autor que, descontente com o título e o tratamento dado à obra naquela ocasião, preferiu aguardar pacientemente exatos trinta anos antes de, após revisá-la, colocá-la novamente à disposição do público.

Naquela ocasião, o livro vinha prefaciado por seu mestre, Luiz Beltrão. Nesta nova edição, não apenas revista quanto absolutamente reescrita, tenho a honra e a alegria de poder firmar estas poucas linhas. Honra porque substituir ao mestre de todos nós é, verdadeiramente, uma possibilidade sumamente destacável. E alegria porque foi uma escolha do próprio autor o estar esta obra sendo editada pela EDIPUCRS, através do nosso Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

---

* Doutor em Letras pela PUCRS, professor de "Teorias da Comunicação" e de "Comunicação e Opinião Pública" no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da mesma Universidade.

Os estudos e, por conseqüência, o ensino da Comunicação Social, em nosso país, são extremamente jovens. Surgiram na década de 50 do século XX, primeiro no Recife e depois no Rio Grande do Sul. Seus pioneiros foram, respectivamente, Luiz Beltrão e Marcello Casado d'Azevedo. O primeiro preparou diversos discípulos, dentre os quais José Marques de Melo que, por sua vez, tem formado inúmeras gerações de novos pesquisadores.

Já tive a ocasião de destacar, em diferentes oportunidades, a aptidão de José Marques de Melo em ser não apenas um precursor quanto abrir espaços para novos talentos. Literalmente, se Luiz Beltrão não chegou a ter tempo para formar escola, com toda a certeza José Marques de Melo vem alcançando esse objetivo. Cada vez que descubro um novo veio ou tendência nos estudos em comunicação, também encontro ali o nome de José Marques de Melo. Mas ele não é como um donatário de capitania, pelo contrário: toma posse do território, delimita-o, depois de identificá-lo, e repassa-o a algum discípulo.

É assim que, gradualmente, José Marques de Melo tem contribuído com os estudos de Comunicação Social em nosso país. Literalmente, faz escola. A exemplo de Beltrão, seu idealizador, mestre e modelo, Marques de Melo sofreu entraves a sua atividade profissional durante os chamados "anos de chumbo". Mas resistiu, persistiu e, enfim, aflorou à tona, enquanto seus adversários desapareceram e deles não se sabe, hoje em dia, sequer os nomes.

Marques de Melo formou escola, sim, mas não por querer formá-la e, sim, em conseqüência de seu trabalho prático, que continha em seu bojo uma teoria. Não foi movido pela vaidade, contudo, que José Marques de Melo sempre se mobilizou. Pode-se, com maior segurança, apontar outros motivos, um dos quais o seu nacionalismo. José Marques de Melo sabia que o Brasil precisaria estar na vanguarda dos estudos comunicacionais do continente e traçou um roteiro que incluía dois objetivos: (a) de um lado, inaugurar novos campos de estudo em nosso continente, identificando, desde logo, os fenômenos comunicacionais nele emergentes; (b) em segundo lugar, constituir um modo de abordagem, uma teoria, enfim, especificamente continental, e

brasileira, latino-americana, se se quiser, para falar de tais fenômenos.

A perspectiva da *mestiçagem*, assim, ganhou corpo em seus estudos e hoje em dia ombreia com muitos outros, como os de Nestor Garcia Canclini e Jesús-Martin Barbero. O Brasil, hoje, pode-se dizer graças a José Marques de Melo, tem sua própria maneira de ler e estudar os meios de Comunicação Social.

Este novo/clássico livro de Marques de Melo faz oportuna e cada vez mais atual incursão pela história da imprensa, da Europa às colônias latino-americanas, com destaque para o Brasil. Permite, assim, uma revisão sobre a história e, ao mesmo tempo, uma interpretação dessa mesma história. Não se trata, pois, como o título daquela primeira edição sugeriria, de uma questão de sociologia, mas sim, de história. História sociológica, talvez, na medida em quem liga os acontecimentos às necessidades potenciais de suas ocorrências, segundo a perspectiva de Max Weber, mas história, sobretudo, história cuja perspectiva continua tão atual quanto naquela década, quando a obra foi lançada e devidamente registrada pelos especialistas.

Para concretizar seu projeto, Marques de Melo foi buscar informações dispersas, aqui e ali, acoplando-as e formando um discurso sensível e inteligível, que parte de uma premissa, aliás, corretamente registrada por Luiz Beltrão, seu primeiro prefaciador: a imprensa não surgiu antes no Brasil porque, de fato, em sua condição colonial, ela não lhe era necessária. Assim, sob uma perspectiva em que liga indissoluvelmente a gênese da imprensa à urbanização e ao nascimento de uma nova classe social, a burguesia, o autor evidencia que os acontecimentos históricos não ocorrem por acaso, mas segundo determinadas relações de causalidade. O Brasil, mais atrasado do que as colônias hispânicas, não por natureza, mas segundo o desenho que lhe fora imposto por seus conquistadores, prescindia desta conquista: pelo enorme número de analfabetos, pelas proibições de posse e leitura de livros – lembremos o episódio da Inconfidência Mineira, documentada fartamente pela sua *devassa* – e, sobretudo, porque não possuía uma estrutura social que exigisse este tipo de comunicação. Possuía, contudo, outras redes comunicacionais, como o atestam, por exemplo, os poemas de enorme repercussão, de

Gregório de Mattos: era o boato, a maledicência, o boca-a-boca, quando muito algum panfleto mais ousado, ou um manuscrito distribuído à socapa, nas madrugadas, debaixo de algumas portas.

A chegada da Família Real não apenas exige um decreto que abre fronteiras e liberta a imprensa. Não se cria a imprensa e suas necessidades por decreto. É que a vinda da Família Real ao Brasil cria novas condições de relações sociais e, por conseqüência, de exigências sociais até então inexistentes ou imperceptíveis. É assim, pois, sob esta perspectiva da sociologia e da história, que José Marques de Melo narra e interpreta a pré-história de nossa imprensa, contextualizando-a e fazendo com que ela ganhe um sentido para quem a estude.

Num momento em que as alucinantes conquistas tecnológicas fazem com que nossos alunos desconheçam velhas técnicas de edição, dos mais diferentes veículos de comunicação, que tivemos a oportunidade de vivenciar, nada mais oportuno e útil do que este livro. Neste caso, fala-se especialmente da imprensa. Mas, certamente, tal relato pode nos levar às indagações em torno das descobertas, desenvolvimentos e implantação de outras mídias variadas, do rádio à televisão, chegando à Internet. Serve, sobretudo, para que, aplicando os princípios teóricos que nortearam a realização dessa obra pioneira, possamos, contemporaneamente, refletir e estudar, compreendendo e interpretando, a gênese de outras tecnologias que aqui igualmente se aclimatam. No caso da Internet, por exemplo, caberia a pergunta sobre o por quê de ela ter crescido em tal ritmo entre nós, superando todas as expectativas, gerando uma lacuna imensa entre os analfabetos gráficos e informáticos, quais as suas conseqüências, vantagens ou desvantagens, a que atende exatamente esta conquista em nosso caso, etc. Do mesmo modo, como já o fez, aliás, Sérgio Caparelli, por exemplo, em *Comunicação de massa sem massas*, precisamos entender a que atendeu o surgimento, no final da década de 60, do século passado, de nossas redes de televisão, a implantação da telefonia de discagem direta a distância, e tantas outras questões.

Discípulo dileto de Beltrão, plenamente capacitado para alçar vôo por conta própria, o que logo faria, José Marques de Me-

lo tem-se constituído, ao longo dessas últimas décadas, em baluarte de constante inovação teórica em suas pesquisas, bem como isenção de qualquer preconceito, buscando sempre alcançar plenamente a compreensão do fenômeno comunicacional.

Se, para José Marques de Melo, a imprensa não se implantou mais tempranamente em nosso país porque, funcionalisticamente falando, ela era inútil, sem qualquer utilidade, num país analfabeto, com negros escravos e cortesãos preocupados apenas em gastança e comilança, o que se leria e o que se entenderia do que se lesse?

Tenho uma memória: passa um avião nos céus. Um jovem cacique indígena alça os olhos. Hoje em dia, ele entende o que seja um avião, nem animal a ser caçado, nem inimigo a ser derrubado, como em seu tempo de aldeia, no centro mato-grossense. Esse jovem cacique tornou-se, depois, o primeiro índio eleito enquanto deputado federal em nosso país, Mário Juruna, recentemente falecido. Antes, isso era impossível. Hoje em dia, nossos jovens curiosos podem relacionar-se com um artefato desses, como se ele fosse sua valise cheia de bugigangas tão ineficazes quanto inebriantes. Mas esses mesmos jovens desconhecem o passado e sua história e, por isso, ao enfrentarem situações apenas aparentemente anormais, logo se desesperam ou se perdem em diferentes e contraditórias elocubrações.

Lançar, pois, uma segunda edição – ainda que totalmente revisada – daquela obra da década de 70 seria, aparentemente, uma temeridade. Resolvemos, contudo, assumi-la. São raros, no Brasil, os trabalhos de pesquisa na área. Mais raros, ainda, os textos de interpretação. Marques de Melo, que identificava ser nossa bibliografia básica obras que apenas abordavam questões históricas, sem interpretá-las, ou jurídicas, sem contextualizá-las, de certo modo assumiu um desafio. E ultrapassou-o.

Identificando diferentes períodos na história colonial de nosso país, José Marques de Melo busca relacioná-los para formular a sua história da imprensa no Brasil. O resultado é, trinta anos depois, absolutamente atual. Diria que, mais que nunca, pretender compreender a atual situação da imprensa em nosso país, em que um juiz federal chega ao cúmulo de negar qualquer função social ao jornalismo, parte necessariamente dessa compreensão

expressa em tal obra. Juízes semi-analfabetos – não gráfica, mas culturalmente – também prescindem da imprensa, ainda hoje. Por tudo isso, é bem-vindo o livro de Marques de Melo, pernambucano cuja obra, semelhantemente ao vinho, quanto mais madura, melhor se torna.

Porto Alegre, janeiro de 2003.

Prefácio à 1ª edição

Luiz Beltrão

Uma das mais fascinantes atividades da comunicação moderna é a de pesquisa da análise dos fenômenos que constituem o intercâmbio de idéias, sentimentos e informações entre os homens, mediante a utilização de todos os meios e modos que a Cultura e a Técnica puseram à sua disposição para vencer a batalha contra o tempo e o espaço. Através da pesquisa é que o teórico formula seus princípios e leis, desde que a Comunicação se torna Ciência; e esses princípios e leis se baseiam em hipóteses, concebidas à luz dos eventos quentes de atualidade ou argamassados nos frios registros da História.

Ocorre, freqüentemente, que o estudioso de determinado aspecto da nova ciência esbarra com obstáculos, ora criados pela conveniência do momento em que vivemos, ora nascidos da ação da pátina do tempo, que esconde circunstâncias e detalhes das linhas estruturais do acontecimento em análise sob concreções terrosas, como as que recobrem o mármore antigo, deixando tão-somente à vista os contornos mais incisivos e marcantes. Compete, então, soprar a poeira e lustrar as peças oxidadas da História para pôr em relevo e trazer à luz dados e informações que irão explicar o fenômeno apreciado e fundamentar a norma reguladora da atividade comunicacional, em base efetivamente científica.

Em nosso País, poucos são os analistas sociais que se têm preocupado com a pesquisa em comunicação e somente agora, nas Universidades, graças à ação e doutrinação de um punhado de mestres, e à nova, embora ainda incipiente, estruturação dos

cursos especializados – mais destinados a formar profissionais ou ministrar cultura geral do que contribuir para o arcabouço da Ciência – é que vão surgindo investigações sérias, com a aplicação de métodos já testados e adequados ao levantamento das marcas essenciais dos fenômenos relacionados com o entendimento cultural, próprio do homem. Entre esses poucos pesquisadores e teóricos da comunicação está o autor deste livro – José Marques de Melo.

Conhecendo-o desde o seu ingresso em nossa sala de aula, no Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, responsável mesmo pela sua atração ao campo dos estudos especializados de comunicação, quando simultaneamente havia ele se iniciado na área das ciências jurídicas, sentimo-nos a cavaleiro para dar testemunho do seu caráter e da seriedade com que se lança à pesquisa, revelando no seu trabalho toda a pertinácia característica do homem do sertão nordestino que, para sobreviver, tem de interrogar sempre a natureza e identificar, nos sinais quase imperceptíveis do céu sem nuvens, ou dos troncos desfolhados e secos pela inclemência do sol, ou ainda, pela inquietude que tomou de repente, a rês faminta, a aproximação das chuvas, a época da semeadura, que lhe irá permitir ao seu tempo uma compensadora colheita. Foi mesmo essa capacidade de observação, esse espírito ancestralmente analítico e inquisitivo, que nos chamou a atenção, levando-nos a elegê-lo entre os primeiros alunos que destacamos para a difícil empresa de preparar uma equipe de especialistas nas técnicas de ensino e pesquisa em comunicação.

Enquanto os nossos esforços na UNICAP eram compensados pela sua dedicação a algumas investigações empíricas, cursos e seminários promovidos pelo Instituto de Ciência da Informação (ICINFORM), que fundáramos em 1963 com a primeira turma de concluintes, entrávamos em contato com o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL), quando ali ministramos um curso de metodologia do ensino da Técnica de Jornal. Verificando a objetividade do CIESPAL no campo da pesquisa, para ali encaminhamos Marques de Melo. O resultado de suas experiências no Recife, quer no INCIFORM, quer na SUDENE; em Quito como estagiário; e, depois em

São Paulo, como profissional no campo da pesquisa de opinião e como professor – foi o encontro de uma autêntica vocação de cientista.

A quem acompanha a evolução do pensamento, o trabalho metódico, o exame sistemático dos problemas suscitados pela comunicação interpessoal, grupal e massiva que Marques de Melo vem realizando – tudo concentrado em seus livros anteriores – não escapa que ele continua a ser o sertanejo de olhos abertos para a realidade e ouvidos permanentemente à escuta. A partir do homem, o receptor, a audiência, tudo lhe interessa no que se refere às estruturas sociais, e que se reflete, na maior parte das vezes muito tenuemente, nos meios de comunicação. Esta é a sua maneira de expressar amor e oferecer contribuição ao desenvolvimento brasileiro: a análise fria, desapaixonada, objetiva, estatística e constantemente revisada do que se elabora, codifica, transmite e impinge à opinião pública, pelos poderosos canais impressos e audiovisuais dos dias que correm.

Por isso, neste seu trabalho, originalmente apresentado como tese de doutoramento, ele recolhe, interpreta e difunde, aplicada à comunicação da História. O seu interesse pelos verdadeiros e mais amplos fatores que retardaram a implantação da imprensa no Brasil por três séculos em relação, por exemplo, ao México, e fizeram com que os nossos primeiros periódicos viessem a lume com quase cem anos sobre o primeiro órgão oficioso mexicano, não está – parece-nos – precisamente numa revisão histórica, mas na busca de uma explicação para a situação de crise permanente que vivem entre nós dois campos da atividade da comunicação, tão florescentes e tão prestigiosos na república irmã do norte: a editoração e o grafo-jornalismo.

Os trezentos anos do desconhecimento e desuso da arte tipográfica não pesarão, acaso, na falta de hábito do brasileiro pela leitura, especialmente dos jornais, a ponto de, na última década, não havermos ultrapassado de muito aqueles 3.837.000 exemplares diários registrados na pesquisa realizada pelo CIESPAL, em 1962. Em contrapartida, a popularidade e a rápida expansão dos veículos audiovisuais de comunicação massiva não terão também, como um dos fatores socioculturais, a quase imediata adesão do brasileiro às inovações tecnológicas que permitiram a

transmissão e recepção instantânea da imagem e do som em qualquer ponto do globo e já em larga faixa do universo?

Parece-nos, assim, que a identificação e o levantamento dos fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil não é uma incursão de recreio de Marques de Melo pelo campo dos estudos históricos, mas que, no seu trabalho de apreciação crítica do desenvolvimento da Comunicação na atualidade, sentiu que não poderia continuá-lo a analisar a fundo a estrutura da nossa imprensa sem investigar-lhe as origens. Trata-se – e aqui repetimos o que já escrevemos quando da publicação do seu livro de estréia (*Comunicação social: teoria e pesquisa.* Petrópolis: Vozes, 1970) – de uma construção metódica e consciente, em que não se aceitam os dogmas ou proposições que, submetidas, não possam resistir aos assaltos e impactos da dúvida. Dúvida que a observação e a experimentação, o raciocínio e as hipóteses, os dados e os princípios suscitam, a fim de possibilitar o surgimento da verdade e do rigor científico.

As conclusões a que chega são respostas a elementos essenciais à interpretação que vem realizando, sistematicamente, desde aquelas tentativas provincianas de averiguação dos hábitos de leitura e da imagem de um diário recifense, ou da comparação entre a forma e o conteúdo desse mesmo periódico com um de menor circulação e influência e outro de alcance nacional até a importante contribuição que levou à Europa com a sua análise da violência no jornalismo brasileiro, no Simpósio sobre o Impacto da Violência nos Meios de Comunicação, promovido pela UNESCO, em Paris, em 1970.

A hipótese fundamental de Marques de Melo é a de que a imprensa demorou a chegar ao Brasil "em razão da convergência de uma série de fatores, de natureza sociocultural, que a tornam desnecessária e socialmente inútil na colônia portuguesa", cujo processo de desenvolvimento social é lento e reflexo àquela época. Esse retardamento da chegada dos tipos e do prelo ao Brasil não é uma implicância de Portugal com as suas colônias, pois não só não há disposições legais taxativamente proibitivas da implementação da imprensa como, em outras possessões lusas, a tipografia é logo introduzida. Se o *homo typographicus* é produto de fatores tais como desenvolvimento do comércio e da

indústria em certo grau, concentração urbana e elevação do nível cultural das elites pela existência de universidades, tais condições faltam inteiramente ao nosso País até os princípios do século XIX. O nosso comércio interno era insignificante, a indústria praticamente inexistia; as maiores cidades coloniais não passavam de humildes vilarejos e o brasileiro letrado tinha de emigrar à metrópole para adquirir o nível universitário.

Ora, sem que circulassem títulos e papéis creditícios, substituídos pelo fio de barba do credor e do devedor; sem que houvesse uma máquina burocrática que requeresse mais do que o trabalho dos escrivães; com a precariedade das vias e dos meios de transporte entre um ponto de concentração habitacional e com o analfabetismo da imensa maioria da população, mesmo oriunda da metrópole, sem falar nas gentes ágrafas autóctones e africanas – o que não se verificava com a mesma intensidade, quer na maioria das colônias hispânicas, quer nas inglesas da América, ou mesmo na Índia e na China lusitanas – realmente a imprensa se tornaria um luxo desnecessário. Essas condições se irão modificar, quase de repente, no Rio de Janeiro, quando ali chega a fugitiva corte do Regente; e logo se estenderão a outros pontos da colônia, onde se concentravam os intelectuais e onde as populações haviam alcançado um certo grau de desenvolvimento urbano, comercial e industrial: Bahia, Recife, Minas, São Paulo.

É preciso que o leitor tenha sempre que o estudo de Marques de Melo refere-se à imprensa como meio técnico de reprodução gráfica de mensagens, em livro ou periódico, destinado a receptores alfabetizados. Somente neste sentido é que o homem da era colonial não tinha necessidade da imprensa. Poucos eram os livros que chegavam e circulavam na colônia; as bibliotecas, raríssimas; os papéis do governo, manuscritos como os batistérios, os testamentos, as sentenças, os contratos e recibos comerciais. Quanto à imprensa periódica, que iria exigir uma certa organização industrial, substituíam-na as formas de jornalismo pré-tipográfico: a transmissão e intercâmbio de informações atuais, de interesse público, efetuada de boca em boca, pelos pregões dos arautos, pelos pasquins manuscritos em prosa e verso, pelos proclamas nas igrejas, pelos sermões da Quaresma e das mis-

sões, pelo palavratório das comadres, pelas cartas trocadas entre pais que suavam nas fazendas da colônia e filhos que se faziam bacharéis em Lisboa e Coimbra e que eram lidas aos amigos e parentes, pelos mapas e roteiros dos bandeirantes, pelas explosões musicais, coreográficas e críticas das folias do Entrudo e do Divino.

É que nenhum grupo social pode dispensar a comunicação dos fatos correntes, considerá-la necessária e inútil, sob pena de isolar-se e estiolar-se até a extinção. No caso específico do jornalismo pré-tipográfico, negá-lo seria crer na geração espontânea de jornalistas, de novidadeiros, que iriam aproveitar os tipos e impressoras em todo o mundo e, particular e mais rapidamente no Brasil, para informar e opinar sobre os fatos sociais através da letra de forma. A confusão entre o canal e a atividade jornalística poderia levar um tipo mais audacioso a negar até mesmo a existência da essencial arte da informação pública antes da TV! E excluiria definitivamente as camadas marginalizadas das populações urbanas e rurais, que se valem ainda hoje (e sempre se valerão, como o fazem grupos políticos que atuam no *underground*, em nossos dias) de formas de atualização de conhecimentos e informações e expressão de idéias e opiniões, que independem dos engenhos mecânico-eletrônicos utilizados pelas maiorias integradas no processo industrial civilizatório ou no *establishment*.

Esse jornalismo espontâneo e vital, e não o incipiente jornalismo impresso da Segunda década de 1800, é que se constitui fator da unidade brasileira para a Independência; e talvez não seja avançar enormidade levantar, como Marques de Melo o fez quanto à implantação da imprensa, a hipótese de sua participação como fator sociocultural decisivo na manutenção do espírito nacional e na defesa dos nossos próprios valores culturais diante da dominação econômica e política alienígena sobre os grandes meios de comunicação da atualidade. Aliás, cremos que não está ausente das preocupações de estudiosos do A. este importante setor de pesquisa, tanto tem ele incentivado grupos de universitários neste trabalho e tal a sua insistência na apreciação científica da contribuição de diversas culturas aos padrões da comunicação brasileira.

Apresentando sua tese de doutoramento em 1972, em São Paulo, coincidentemente com as celebrações do cinqüentenário da Semana de Arte Moderna, responsável pela inovação da literatura brasileira, pela antropofagia e pelo verde-amarelismo, Marques de Melo, como que publica o manifesto da renovação dos estudos de comunicação, que deixam de ser agora um carbono do que se faz no estrangeiro para abrir uma transbrasílica. Da irrefutabilidade das suas conclusões, da fundamentação granítica que deu solidez inabalável à sua hipótese, da crítica segura e detida às interpretações de diferentes autores e correntes históricas sobre os fatos e circunstâncias que retardaram a implantação da imprensa no Brasil, decorrem configurações e sugestões que abrem aos estudiosos do campo novas e promissoras perspectivas. Perspectivas que, inclusive, liquidam fronteiras interdisciplinares, sobre as quais ninguém mais pode insistir na universidade, hoje integrada nos avanços dos processos e métodos de análise e de crítica que a investigação científica criou e pôs à disposição do *scholar*. Perspectivas, enfim, que comprovam a definição e a maioridade da Ciência da Comunicação.

Brasília, maio de 1973.

Introdução

1 Revisão da literatura

Os estudos sobre a imprensa brasileira assumiram, durante mais de meio século, um caráter preponderantemente histórico-jurídico. Desde os primeiros artigos publicados nas revistas das entidades nacionais de cultura ou de suas congêneres estaduais, até os mais recentes livros e monografias editados por organizações comerciais ou por instituições universitárias e profissionais, constatamos uma tendência marcante pelo enfoque histórico ou pela escolha da perspectiva jurídico-legal. O que, aliás, não constitui variação significativa em relação aos estudos do gênero, em nível internacional. Pois, como indica Raymond Nixon (1963, p. 33), aquelas foram as duas primeiras formas sob as quais se corporificou a pesquisa sistemática do Jornalismo.

Esse panorama vem experimentando algumas transformações nos últimos dez anos, com o aparecimento de estudos setoriais sobre fenômenos da imprensa contemporânea, quase sempre divulgados nas revistas especializadas ou em edições mimeografadas, de um modo geral com circulação restrita.[1] Nesses novos trabalhos encontramos certas orientações teóricas ou metodológicas fundamentadas nas ciências sociais. Não se trata,

[1] Vide: Marques de Melo: "Bibliografia brasileira da pesquisa em comunicação" (in: *Comunicação social...*, 1970) e "Comunicação comparada" (in: *Estudos de jornalismo comparado*, 1972, p. 57-63).

contudo, de um volume expressivo de produções capaz de alterar a tendência acima mencionada.

Isso, evidentemente, sem considerar aquele conjunto de investigações científico-sociais que buscaram apoio documental na imprensa, e que se apresentam em proporção bem mais numerosa que os estudos sobre a própria comunicação impressa em nosso país.[2]

2 *Marco teórico*

Revisando cuidadosamente a bibliografia sobre a imprensa brasileira, vamos localizar somente umas poucas exceções em relação àquela característica histórico-jurídica dos estudos globais. Cronologicamente, situamos em primeiro plano o livro de Barbosa Lima Sobrinho – *O problema da imprensa* – editado em 1923, onde o autor, não obstante a preocupação de analisar aspectos diretamente ligados à evolução histórica e aos instrumentos jurídicos para o controle da nossa imprensa, extrapola essa perspectiva contextual e introduz um tipo de interpretação com raízes sociológicas nitidamente perceptíveis. Em seguida, destacamos as obras de Luiz Beltrão – *Iniciação à filosofia do jornalismo* e Danton Jobim – *Espírito do jornalismo* – ambas publicadas em 1960, que significam uma retomada do enfoque delineado por Barbosa Lima Sobrinho, naturalmente revelando, cada um deles, tratamento original dos vários assuntos pesquisados, bem como abordagem analítica própria.

Danton Jobim, por exemplo, dedica-se a estudos monográficos, uns de natureza sociocultural, outros de natureza sociopolítica, sugerindo questões de grande interesse para a compreensão dos rumos da moderna imprensa brasileira.[3] Por sua vez, Luiz

2 Vide: Marques de Melo, "A imprensa como fonte para a ciência humana" (in: *Estudos de jornalismo comparado*, op. cit., p. 31-46).

3 Os principais estudos reunidos por Danton Jobim no volume *Espírito do jornalismo* foram elaborados inicialmente como texto de conferências pronunciadas a convite da Universidade do Texas (USA) e da Universidade de Paris (França), respectivamente em 1953 e 1957. No mesmo volume, merece destaque o capítulo "O fenômeno jornalístico na cultura brasileira", texto de conferência proferida pelo autor, em 1958, na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Beltrão demonstra preferência por dois tipos de problemas: (a) sistematização de uma teoria social do Jornalismo, procurando fixar conceitos e delimitar características; (b) investigação empírica sobre o fenômeno da comunicação de atualidades na sociedade brasileira, em sua dimensão pré-tipográfica.[4]

Tais contribuições representaram, sem dúvida alguma, o ponto de partida para realização do estudo que iniciamos agora, com vistas a uma análise sociológica do desenvolvimento da imprensa no Brasil. Registre-se, todavia, que a perspectiva sociológica não será exclusiva; pretendemos na verdade atribuir uma orientação interdisciplinar à nossa pesquisa, buscando apoio teórico em áreas afins, como a Antropologia, a História, a Economia, a Política, etc.

A idéia de efetuar um trabalho dessa natureza, extremamente ambicioso em sua configuração temática, e profundamente complexo em sua metodologia, originou-se do grande número de dúvidas, inquietações e quase enigmas que se nos apresentam os estudos sobre os problemas estruturais da imprensa brasileira contemporânea.

Muitas das questões que procuramos analisar em nossos trabalhos anteriores[5] ficaram sem respostas ou foram parcialmente explicadas, justamente em face da ausência de um referencial científico que englobe a evolução da nossa imprensa, uma dimensão sociocultural ou político-econômica.

O comportamento dos pesquisadores, nessa área, é de verdadeira frustração, diante da ocorrência de fenômenos que não podem ser considerados ou interpretados apenas com a identifica-

4 Os dois tipos de questões tratadas por Beltrão em *Iniciação à filosofia do jornalismo* merecem, posteriormente, um desenvolvimento mais amplo nos livros *Imprensa informativa* (São Paulo: Folco Masucci Editor, 1969, 419 p.) e *Comunicação e folclore* (São Paulo: Melhoramentos, 1971, 171 p.).

5 Vide: MARQUES DE MELO, José. *Comunicação social: teoria e pesquisa* (Petrópolis: Vozes, 1ª ed. 1970, 2ª ed. 1971, 3ª ed. 1973. 300 p.); *Comunicação, opinião, desenvolvimento* (Petrópolis: Vozes, 1971, 114 p.); *Reflexões sobre temas de Comunicação* (São Paulo: USP, 1972, 128 p.); *Estudo de jornalismo comparado* (São Paulo: Pioneira, 1972, 260 p.).

ção de elementos do presente, mas que se encontram intimamente unidos a estruturas sedimentadas no passado, cujos efeitos repercutem nos dias de hoje.

Em razão disso, projetamos realizar um levantamento das principais etapas da evolução da imprensa brasileira, sem pretensões de natureza histórica, e sim com o objetivo de elaborar uma interpretação sociocultural que estabeleça interligação entre passado e presente, permitindo vislumbrar o porvir.

O esquema para a consecução dessa finalidade central prevê uma segmentação subordinada a três unidades analíticas: (1) *A implantação* – estudo dos fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil; (2) *O desenvolvimento* – estudo das influências de culturas européias e euroamericanas para a conformação dos padrões da imprensa brasileira; (3) *A estrutura atual* – estudo das condições tecnológicas da imprensa brasileira contemporânea e dos mecanismos de dependência aos centros metropolitanos, nacionais e internacionais.

A orientação que buscamos imprimir ao estudo sobre a implantação da imprensa no Brasil – e que constitui o objetivo deste primeiro volume – é a de efetuar uma revisão crítica das teorias que explicam esse fenômeno da nossa história cultural.

Em sua grande maioria, os autores que se preocuparam com a questão vincularam-se à corrente que tem suas raízes na ideologia da classe dominante que assume o poder, em nosso país, logo após a emancipação política do jugo português. Atribuir o nosso atraso cultural – fenômeno maior em que está inserido o retardamento na implantação da imprensa – exclusivamente à intransigência política e ao obscurantismo dos governantes lusitanos, é uma maneira de tangenciar a elucidação das verdadeiras causas do problema. Em outras palavras, querer ocultar os fatores básicos que atuaram na formação da sociedade brasileira, e que se mantiveram praticamente inalterados na transição do período colonial para o período independente.

Na verdade, os obstáculos que se antepuseram ao surgimento prematuro da imprensa na antiga colônia portuguesa, são os mesmos que impedirão um crescimento das atividades editoriais e jornalísticas no Brasil independente.

Considerando que "os agentes privilegiados da economia colonial", denominação atribuída por Florestan Fernandes (1973, p. 14) à classe que substitui a Coroa portuguesa na condução dos destinos do país, recorreram à independência com a finalidade exclusiva de "atingir os requisitos legais e políticos de sua autonomia econômica", mantendo "as demais condições de produção do antigo sistema colonial", obviamente nenhum interesse havia em remover as estruturas responsáveis pelo estrangulamento do desenvolvimento cultural, particularmente da imprensa, em terras brasileiras.

Por isso mesmo, tornou-se indispensável para os agentes do poder local camuflar o novo tipo de dependência a que se submeteram internacionalmente,[6] estimulando o sentimento antilusitano e responsabilizando o regime político dos antigos governantes coloniais por todos os males que afligiam o país.

Dentro desse contexto situam-se, portanto, as teorias oficiais que explicam o atraso ocorrido na implantação da nossa imprensa. Restringindo-se aos aspectos meramente políticos, a maioria dos autores deixa de considerar os outros fatores que efetivamente contribuíram para demarcar o fenômeno, e cuja repercussão continua a se fazer sentir nos dias de hoje. A predominância contemporânea da cultura oral sobre a cultura impressa, em nosso país, representa um prolongamento dessa questão que muitos historiadores vêm analisando de modo equívoco.

Para dar ao leitor uma visão integral do processo de difusão da comunicação impressa e estabelecer as necessárias correlações entre o aparecimento dessa inovação técnica no Brasil e nas outras sociedades caudatárias das potências colonizadoras, vamos apresentar inicialmente dois estudos sobre as origens da imprensa na Europa e sua introdução nos territórios coloniais, precedendo assim a análise específica da problemática brasileira. Chamamos a atenção para a natureza estritamente referencial desses primeiros capítulos, onde não há qualquer intenção de aprofundamento analítico, mas tão-somente de situar o leitor no quadro geral que delimita cada acontecimento.

---

[6] Vide: Cardoso, 1971; Fernandes, 1972; Furtado, 1973; Ribeiro, 1972.

3 *Referencial metodológico*

No sentido de atingir os objetivos acima fixados, decidimos aplicar o método de interpretação *funcionalista*, bastante utilizado nas pesquisas de Sociologia e Antropologia.

Essa tentativa não constitui novidade nos estudos científicos do Jornalismo. Ela já foi realizada – com sucesso – pelo alemão Otto Groth, que adotou a perspectiva funcionalista para o estabelecimento das leis do Jornalismo, identificando-as como componentes de um sistema de relações funcionais (Belau, 1966).

Foi justamente a experiência realizada por Otto Groth, estimulado por seu mestre Max Weber,[7] que nos animou a adotar procedimento semelhante no presente estudo. Todavia, não vamos seguir exatamente o mesmo caminho percorrido pelo teórico germânico,[8] uma vez que o nosso objeto de pesquisa apresenta natureza diversa, envolvendo um outro tipo de marco conceitual.

Ao escolher essa perspectiva de análise – nova para o estudo do atraso histórico que marcou o processo de implantação da nossa imprensa – estávamos conscientes das limitações que iríamos enfrentar, sobretudo em face da complexidade que caracteriza a teoria funcionalista.[9]

---

7 Otto Groth iniciou suas atividades jornalísticas, em 1906, como correspondente em Munique, do *Frankfurter Zeitung*, depois de se haver doutorado em Economia Política e Direito. Orientado por Max Weber, seu antigo professor, começa a escrever, em 1910, sua primeira obra, *Die Zeitung*, enciclopédia em quatro tomos, onde ele tenta a aplicação do método funcionalista; essa obra foi publicada no período 1928/1930, convertendo-se imediatamente em obra clássica sobre a matéria. Em 1948, Groth assume a cátedra de *Ciência do jornalismo*, no Instituto de Jornalismo Ilustrado de Munique, publicando no mesmo ano sua segunda obra – *Geschichte der deutschen Zeitungswissenschaft*. Seu principal trabalho, porém, começaria a aparecer em 1960; tratava-se de uma sistematização dos princípios contidos nos livros anteriores – *Die unerkannte Kulturmacht. Grundlegung der Zeitungswissenschaft (Periodik)* – delimitando os conceitos básicos da Ciência do Jornalismo. Essa obra compunha-se de 7 volumes, publicados entre 1960 e 1965, ficando inédito apenas o sétimo escrito que estava em preparação em 1965, ano da sua morte. (Vide: Belau, op. cit., p. 13-15.)

8 Groth utiliza em seu trabalho o termo *função* naquele sentido peculiar à matemática, procurando estabelecer a relação de uma variável com outras variáveis consideradas.

9 Segundo Malinowski, "o funcionalismo como método é tão velho quanto os primeiros movimentos de interesse pelas culturas exóticas, por isso supostamente considerадas selvagens ou bárbaras, quer o interesse tivesse vindo de um historiador grego como Heródoto, de um enciclopedista como Montesquieu, ou de um romântico alemão como Herder". Ele explica também que a sua contribuição consistiu "em ter escrito ou colocado o rótulo de funcionalismo num corpo existente de doutrina, método e interesse", precisando, porém, referir-se "a não menos de 27 precursores". (Vide: Malinowski, "A Teoria Funcional", op. cit., 1970, p. 137.)

10 Merton, "Funciones manifiestas y latentes", op. cit., 1965, p. 29-94.

11 Fernandes, "O método de interpretação funcionalista na Sociologia", op. cit., 1967, p. 175-313.

Deixando de lado, porém, as divergências de orientações que imperam no uso da palavra *função* e na aplicação do *método funcionalista*, decidimos pela adoção, como instrumento de trabalho, de uma perspectiva determinada. E ao proceder assim, julgamos desnecessárias – para a finalidade a que se propõe a nossa investigação – registrar as principais correntes do funcionalismo, tarefa a que se entregaram com bastante entusiasmo especialistas de renome como Robert Merton[10] e Florestan Fernandes,[11] em obras hoje clássicas sobre a matéria.

Optamos pela metodologia sugerida por Durkheim (1971) por entendê-la mais consentânea com a natureza do fenômeno social em cuja explicação estamos particularmente empenhados. Trata-se de uma escolha meramente circunstancial e instrumental, feita apenas por facilidade de trabalho, sem que outros critérios tivessem influído na sua seleção.

Delimitada, desta maneira, a forma exclusiva de abordagem que utilizaremos, vamos reproduzir os conceitos básicos que servirão como elementos de referência para o desenvolvimento do tema.

O método funcionalista proposto por Durkheim consiste na determinação da *correspondência* existente entre um *fato considerado* e as *necessidades gerais do organismo social* em que está inserido. "Quando, pois, procuramos explicar um fenômeno social, é preciso buscar separadamente a causa eficiente que o produz e a função que desempenha". Ressaltando que "o laço de solidariedade que liga a causa ao efeito tem um caráter de reciprocidade", o autor apontou como método mais lógico: – "procurar a causa de um fenômeno antes de procurar determinar-lhes os efeitos", pois "a primeira questão, uma vez resolvida, auxiliará muitas vezes a resolver a segunda" (Idem, p. 83-84).

Em complementação aos conceitos enunciados por Durkheim, incorporaremos a contribuição de Radcliffe-Brown (1970, p. 220), restringindo o sentido do termo *necessidades* à expressão *condições necessárias de existência*, evitando assim uma conotação teleológica[12] que o sociólogo francês procurou justamente evitar.

Portanto, ao aplicar o método funcionalista, estaremos buscando identificar a correspondência entre um fato social determinado e as condições necessárias de existência dentro do organismo social, ao qual pertence.[13]

Originalmente, o estudo contido neste volume foi apresentado como tese de doutoramento ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. A Banca Examinadora, formada pelos professores doutores Rolando Morel Pinto, Júlio García Morejón, Antônio Soares Amora, Virgílio Noya Pinto e Manuel Nunes Dias contribuíram com várias sugestões para melhorar o nosso trabalho. Algumas daquelas observações foram incorporadas a esta edição, ficando aqui registrado o nosso agradecimento aos ilustres professores.

Especial reconhecimento consignamos ao Prof. Dr. Rolando Morel Pinto, que aceitou o nosso convite para figurar como orientador de tese, colaborando de maneira leal, franca e amiga para a sua elaboração.

Aos Profs. Drs. Egon Schaden e Luiz Beltrão agradecemos os inúmeros conselhos e valiosas sugestões.

Somos devedores também do estímulo, apoio e consideração que sempre nos tributaram os ex-diretores da Escola de Comunicações e Artes da USP, Profs. Drs. Júlio García Morejón e Antônio Guimarães Ferri, em cujas administrações nos foi confiada

---

12 De acordo com o esquema elaborado por Florestan Fernandes, as definições de *função social* podem ser agrupadas em três categorias: (a) concepção teleológica; (b) concepção mecanicista; (c) concepção positiva. A *concepção teleológica* vincula a noção de *função* à de *fim*, "sendo este postulado como algo inerente ao modo pela qual as necessidades humanas são satisfeitas, através da organização cultural das atividades sociais". (Vide: Fernandes, op. cit., p. 234.)

13 "Servimo-nos do termo função, de preferência ao de fim ou de objetivo, justamente porque os fenômenos sociais não existem, em geral, tendo em vista os resultados úteis que possam produzir". (Vide: Durkheim, op. cit., p. 83.)

a chefia do Departamento de Jornalismo e Editoração, órgão que tivemos a honra e o prazer de implantar, dirigindo-o nos seus cinco primeiros anos de atividades.

Destacamos, ainda, a nossa gratidão aos colegas professores da ECA, particularmente aos companheiros do Departamento de Jornalismo e Editoração; e aos funcionários, na pessoa da gentil secretária, Marina Cláudia Rector de Genekian.

4 *Resgate da memória*

O original desta obra apareceu, em dezembro de 1972, como publicação mimeografada, que circulou de modo restrito no ambiente acadêmico da Universidade de São Paulo. Posteriormente ela foi revisada e aceita pela Editora Vozes para difusão impressa.

Mas, durante o período de sua produção editorial, o autor se encontrava fora do país, realizando estudos pós-doutorais em universidades norte-americanas. Por isso mesmo não influiu decisivamente a respeito do formato e da apresentação do livro, lançado em meados de 1973, sob o título *Sociologia da imprensa brasileira*.

Ao ser reeditado, 30 anos depois, ele ostenta aquele título genérico que o autor havia cogitado para a edição nacional, ou seja, *História Social da Imprensa*.

Preserva também a denominação específica – *Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*.

Ele consta da folha de rosto da tese defendida publicamente, na Escola de Comunicações e Artes, no dia 26 de fevereiro de 1973, cuja aprovação pela banca examinadora permitiu à Universidade de São Paulo expedir o primeiro diploma de Doutor no âmbito do Departamento de Jornalismo recém-criado naquela instituição.

1

Aparecimento e difusão da imprensa na Europa

1.1 *Retrospecto histórico*

A comunicação significa o próprio momento da Humanização, naquele sentido de "expressão simbólica", que, segundo Leslie White (1972, p. 180-192), decorreu do "processo natural da evolução orgânica" e conduziu à "preservação – acumulação e progresso". Ruth Benedict (1966, p. 224-225) refere-se a esse "processo essencialmente humano de inventar e transmitir suas invenções" como um fenômeno diretamente relacionado aos seguintes elementos culturais: o domínio do fogo, a linguagem e as ferramentas de pedra.

É uma visão não de todo distante daquela formulada por Karl Marx (1972, p. 304-317), segundo a qual "o Homem [...] começa a distinguir-se do animal logo que passa a *produzir* seus meios de subsistência". Desvinculando a noção de produção simples da de *gregarismo* ("consciência carneira ou de rebanho"), Marx estabelece como seus pressupostos indispensáveis: o *crescimento populacional* (comunicação biológica) e a *interação dos indivíduos* (comunicação social); enfatiza ainda que "a produção de idéias e representações de consciência está, em primeira linha, intimamente ligada à atividade material".

Como processo social básico, a Comunicação representa o alicerce da vida em sociedade. Mas a necessidade de Comunica-

ção não se resume a um simples intercâmbio de informações entre os indivíduos de uma mesma geração, compreendendo também o registro dessas informações, com vistas às gerações futuras (1970, p. 11-25).

Diz Ralph Linton (1971, p. 92) que "a linha principal de transmissão de indivíduo a indivíduo, do comportamento aprendido, é a transmissão feita pelos genitores aos filhos. Os membros de cada geração adquirem os hábitos dos genitores e os transmitem a seus próprios descendentes, com os acréscimos que tiverem resultado de suas próprias experiências".

Primitivamente, o homem faz registros pictóricos em cavernas, esforço de abstração que contribuiria para o surgimento dos ideogramas, do alfabeto e da escrita. Gusdorf (1957, p. 90) é de opinião que "a invenção da escrita transtornou o primeiro universo humano, permitindo a passagem a uma nova idade mental". Reduzindo a credibilidade atribuída à tradição oral e abalando o prestígio do testemunho dos anciãos, "a escrita constitui um dos fatores essenciais para a desaparição do mundo mítico da pré-história", uma vez que os registros escritos consolidam a palavra e passam a ser encarados como "um depósito que pode esperar indefinidamente sua reativação nas consciências do porvir".

À medida que a sociedade evolui, o homem começa a manipular os instrumentos da sua cultura e procura analisá-la, refletila, transformá-la. Desenvolve-se, então, a atividade intelectual e surgem as elites culturais (clero, escritores, artistas, cientistas), que buscam com maior interesse registrar os produtos das suas criações. Tal período coincide com a intensificação do próprio desenvolvimento da sociedade, e a elite procura explicar os fatores desse progresso, criando novos bens culturais. Essa "tendência aparentemente universal para ampliar a cultura e enriquecer constantemente seu conteúdo" – explica Ralph Linton (1971, p. 102) – "resulta do que se poderia denominar, um tanto vagamente, a inquieta energia do espírito humano. Em todas as épocas e em todas as sociedades tem havido indivíduos que não se contentam com o que está suficientemente bem e tentam novas soluções para problemas sofrivelmente resolvidos".

Marshall McLuhan (1972, p. 73) identifica o início desse processo de mudanças socioculturais a partir da invenção do alfabeto, que desenvolveu no Ocidente "um contínuo movimento para a separação dos sentidos, de funções, estados emocionais e políticos, bem como de tarefas", concretizando a *destribalização* do indivíduo.

As tentativas para substituição da escrita ideográfica pela escrita fonética datam de aproximadamente quatro mil anos antes da era Cristã. No entanto, a vulgarização do alfabeto só ocorreu milhares de anos depois. McMurtrie (1969, p. 18) atribui essa demora ao fato de que a escrita fonética constitui, desde o início, "privilégio das classes eclesiásticas e dominantes que tinham sem dúvida suas razões para não permitirem que este misterioso processo se tornasse conhecido da população vulgar, pelo que o conservaram abstruso e esotérico o mais possível". E opina: "Assim, até com o sacrifício do próprio desenvolvimento da verdadeira utilidade da escrita, as forças conservadoras mantiveram-na mais ou menos rígida, de maneira que servisse melhor o fim dos antigos representantes do *privilégio especial*".

A imprensa situa-se nesse panorama como a fase extrema da cultura alfabética, significando "o instrumento e a oportunidade para o individualismo e a auto-expressão pessoal na sociedade" (idem, p. 184).

Historicamente suas origens estão no Oriente (Universidad..., 1959, p. 9-10), onde os chineses, japoneses e coreanos, não apenas realizavam impressões tabulares, desde o século VIII, mas chegaram até mesmo a possuir tipos móveis, por volta do século XI. Kosminsky (1963, p. 76) defende a posição de que o povo chinês, durante os Impérios de Tang e Sung (séculos VII e XI), "estava consideravelmente à frente dos europeus em seu nível cultural", argumentando assim: "sua escrita tinha surgido muitos séculos antes, inventaram o papel antes que todos os demais países e cedo utilizaram a imprensa".

Contudo, há uma tendência na maioria dos estudiosos da imprensa para minimizar o feito oriental. Rizzini (1968, p. 62) diz taxativamente que "não importa à história da imprensa e à do mundo tenha a tipografia existido primeiramente, no Oriente. Das suas pranchas inteiriças e dos seus caracteres soltos, a China

tirou mínimo proveito e nenhum proporcionou ao Ocidente. Em verdade, os tipos de metal de Pi-Ching influíram tanto no progresso da terra quanto no de marte". McLuhan (1972, p. 32), por sua vez, comparando a arte de impressão chinesa e a gutenbergiana, afirma que "imprimir ideogramas é completamente diferente da tipografia baseada no alfabeto fonético, porque o ideograma, ainda mais que o hieróglifo, é uma estrutura, uma complexa Gestalt que envolve todos os sentidos ao mesmo tempo". E justifica: "O objetivo da tipografia entre os chineses não era criar produtos uniformes e repetidos para um mercado e um sistema de preços. A impressão era uma versão nova de seus moinhos-de-orações, um meio visual de multiplicar aquelas fórmulas mágicas muito à feição da publicidade nos dias de hoje".

O próprio Max Weber (1967, p. 3), um não-especialista em assuntos de história da imprensa, situa-se na mesma linha de raciocínio, quando explica que "os produtos das artes gráficas já eram conhecidos na China. Mas uma literatura impressa, destinada apenas à impressão e apenas possibilitada por ela, somente surgiram no Ocidente".

Todavia, Braudel (1970, p. 329) chama a atenção para um aspecto essencial do problema – o de saber se a descoberta européia "foi, ou não, reaparecimento, imitação ou redescoberta", porque é natural que se faça uma ligação entre as duas experiências (a oriental e a ocidental), não obstante se desconheça "o elo intermediário que provaria a filiação". E conclui: "Mas houve bastantes viajantes, e viajantes cultos, que fizeram a viagem de ida e volta da China, para que a invenção européia seja em princípio das mais duvidosas".

A imprensa surge, portanto, na Europa, nos fins da Idade Média, no bojo de algumas transformações estruturais, como por exemplo: desenvolvimento do comércio interno e aparecimento das indústrias; renascimento e expansão da vida urbana; criação das universidades e formação de uma nova elite intelectual.

Naturalmente essas mudanças não ocorreram de modo conjugado, mas corresponderam a um encadeamento de circunstâncias históricas que culminaram com o declínio do feudalismo.

Se, por um lado, constituiria uma decorrência inevitável dos acontecimentos que alteraram a fisionomia do continente euro-

peu, a imprensa, por outro lado, traria algumas conseqüências de grande importância para a sua expansão econômico-cultural.

1.2 *Causas*

A expansão do islamismo, a partir do século VII, e a conquista das costas do mar Tirreno, rompem o "equilíbrio econômico da Antigüidade", que sobrevivera, segundo Pirenne (1968, p. 7-13), até mesmo às invasões bárbaras responsáveis pela derrocada do Império Romano, sufocando o movimento comercial do ocidente europeu, e fazendo-o retroagir à condição de "região exclusivamente agrícola".

O século IX presencia a decadência da Europa Ocidental, com o desaparecimento das cidades, o malogro do comércio e a formação de um tipo de economia sem mercados que dá nova estrutura à organização latifundiária. Impõe-se um tipo de economia natural ou fechada, fortalecendo o poder dos senhores feudais, cujos latifúndios procuram bastar-se a si mesmo, em todas as necessidades básicas, independendo das fontes externas de produção (Kosminsky, 1963, p. 11-31).

Intermitentemente, registra-se a ocorrência de algumas atividades comerciais, como conseqüência de fenômenos atmosféricos ou em decorrência do instinto nato de sociabilidade, que levavam os habitantes dos feudos a se reunirem nos mercados, locais próximos das abadias, dos castelos ou das convergências fluviais, para efetuarem trocas de produtos naturais ou artesanais. Ou então, observa-se um comércio itinerante, desenvolvido pelos mercadores judeus, oriundos das regiões sob domínio muçulmano, difundindo produtos preciosos ou especiarias orientais (Pirenne, 1968, p. 14-18).

Afora essas manifestações mercantis ocasionais, entremeadas com episódios de disputas guerreiras entre os próprios senhores feudais, o panorama sociocultural era o do mais sombrio isolamento rural, onde a ignorância predominava entre servos e proprietários. Avulta o papel desempenhado pela Igreja como

instituição que disputava o poder político com os monarcas medievais, afigurando-se detentora quase que exclusiva da leitura e da escrita, de modo que as produções culturais da época confinaram-se aos bispados, abadias e mosteiros (Weber, 1970, p. 323-341).

Não obstante o Império Bizantino tivesse repelido a invasão árabe, continuando sob seu domínio as águas do mar Adriático e do mar Egeu, a verdade é que o seu comércio também se enfraqueceu. Isto não impediu, todavia, que Constantinopla e algumas cidades italianas, como Veneza, procurassem superar as naturais dificuldades para prosseguir o comércio interrompido com as regiões orientais em poder dos muçulmanos. Explica Pirenne que isto se deveu ao fato de ser o espírito de cobiça, naquelas cidades, mais poderoso que o escrúpulo religioso. Tanto assim, que o interesse mercantilista levava-os a proclamar: não importa a religião dos clientes, contanto que paguem. Dentro de pouco tempo, Veneza e as cidades bizantinas da Itália alcançariam um elevado nível de progresso econômico, o que repercutiria posteriormente na esfera social e cultural (Pirenne, 1968, p. 19-26).

Diz Ruth Benedict (Benedict, 1966, p. 223) que "desenvolvimento e destruição anda lado a lado". E acrescenta: "a cultura, da mesma forma que cresce também destrói, e ao destruir determina novo desenvolvimento". Essa assertiva explica exatamente a mutação de rumos que experimentou a Europa, a partir do século XI, com as Cruzadas. Depois do longo período de estagnação que se segue às conquistas bárbaras e à invasão dos sarracenos, o Continente se revitaliza e adquire nova feição econômica.

O comércio interno desenvolveu-se com grande ímpeto, não apenas por vias aquáticas, mas também por vias terrestres. As transações econômicas verificadas no Mediterrâneo e no Mar do Norte estimulam as atividades dos mercadores que percorrem os castelos e os burgos, vendendo os mais diversos produtos estrangeiros. Com isso dão origem às *feiras* e aumentam o movimento do mercado (Huberman, 1972, p. 25-34).

Esses acontecimentos consolidam a formação de um novo grupo social nas cidades então existentes, sobretudo nas cidades italianas, incluindo marinheiros, prestamistas e os emergentes banqueiros, embrião da burguesia comercial. Concomitantemente, começa a ruir o "edifício social do feudalismo" ao se tornar

efetiva a reação dessa "nova classe de mercadores e marinheiros contra os velhos agregados senhoriais, possuidores de vastos domínios agrícolas" (Dias, 1963, p. 3-12).

E tal confronto de forças vai-se aguçar com o nascimento de novas cidades, geralmente em localidades estrategicamente mercantis,[1] para onde convergem os excedentes populacionais das regiões agrícolas e onde se instalam os artesãos, responsáveis pelo aparecimento dos primeiros núcleos industriais.

As cidades representam uma etapa decisiva para a transformação do continente europeu, porque elas proporcionam aos seus moradores a *liberdade* que não lhes permitia a servidão feudal. "Toda a atmosfera do feudalismo – analisa Huberman (1972, p. 35-44) – era a da prisão, ao passo que a atmosfera total da atividade comercial na cidade era a da liberdade". O indivíduo que vivia na cidade queria não apenas liberdade de movimento, de ir e vir como lhe aprouvesse, mas também a liberdade

[1] A propósito das circunstâncias que originaram a fundação das cidades medievais, é interessante registrar as divergências de interpretação entre Pirenne e Mumfort. Enquanto Pirenne defende que as cidades surgiram como conseqüência da ativação do comércio interno europeu, e se erigiram em locais que favoreciam o desenvolvimento das transações mercantis (confluência das vias aquáticas, existência de burgos fortificados, castelos ou abadias, onde se reuniam mercadores), Mumford apresenta raciocínio oposto. Na sua opinião, as cidades surgiram inicialmente como fortalezas que ofereciam segurança aos seus moradores, defendendo-os contra as invasões dos vikings ou dos sarracenos; e foi justamente a existência desses burgos fortificados que propiciou o desenvolvimento do comércio, a partir do século XI. Não obstante a riqueza de detalhes que Mumford oferece em defesa de sua tese, ela não chega a convencer totalmente. Partindo do conceito sociológico de Park, "a cidade não é apenas uma unidade geográfica e ecológica; ao mesmo tempo, é uma unidade econômica". E essa unidade econômica baseia-se na divisão do trabalho, nem sempre existente nos burgos fortificados, que significavam, por sua própria natureza, refugio ante a aproximação dos invasores. A divisão de trabalho começa realmente a existir quando prospera o comércio e surge a indústria. Daí a afirmação de Max Weber: "se tentássemos definir a cidade do ponto de vista econômico, teríamos de fixar um estabelecimento cuja maioria dos habitantes vive do produto da indústria ou do comércio e não da agricultura". Nesse sentido, Max Weber aponta dois modos pela qual uma cidade se podia fundar: (a) existência de algum domínio territorial, sobretudo a sede de um principado, tornando-se a cidade o lugar de funcionamento de uma indústria especializada e um centro onde se pudesse comerciar mercadorias, mediante concessão; (b) não havendo concessão, a cidade surgia como puro local de mercado, onde se reuniam mercadores, piratas e viajantes, dedicados a um comércio intermediário. (Vide: Pirenne, 1964, p. 103-130; Mumford, 1965, p. 318-364; Park, 1967, p. 29-72; Weber, 1967, p. 73-96.)

de propriedade; ao invés de ficar preso à terra, que ele arrendava do senhor feudal, o homem da cidade queria dispor dos seus próprios bens imóveis, da sua casa, do seu terreno, vendendo ou hipotecando quando lhe fosse conveniente. Para conseguir essa liberdade, os moradores urbanos se reúnem em associações, em corporações ou ligas.[2]

Como homens livres, os habitantes das cidades encontram ambiente favorável para exercitar o seu gênio inventivo, cortando as amarras seculares que os vinculavam à ignorância e ao conformismo. No afã de obter ascensão social e econômica melhoraram a sua produção, quantitativa e qualitativamente, encontrando novos métodos, buscando aperfeiçoar as técnicas já existentes, e experimentando as criações obtidas de outros povos. Essa renovação triunfa, a despeito da proibição das corporações, que "eram contrárias a qualquer espécie de invento", e, por isso, estipulavam que "o ofício das agremiados não podia aperfeiçoar-se" (Kosminsky, 1963, p. 89).

Ducassé proclama esse arrojo criativo do homem medieval ao relacionar o "triunfo decisivo do progresso industrial" como "o trabalho artesanal de obscuros operários, entre os quais encontramos indícios de verdadeiros técnicos" (1960, p. 30).

De igual modo, o homem medieval, sobretudo o comerciante procura desenvolver as suas habilidades intelectuais, dedicando-se ao estudo da escrita, da numeração, da geografia, buscando assim instrumentos adequados para ampliar as suas atividades mercantis. Surgem as escolas leigas, fundadas por ricos comerciantes, com a finalidade de oferecer, aos jovens, oportunidades de adestramento para o comércio ou a burocracia (Barry, 1969, p. 106-124).

2 É, aliás, paradoxal que os indivíduos residentes nos aglomerados urbanos, procurando conquistar a sua liberdade frente aos senhores feudais (e os respectivos prepostos ou aliados, detentores do poder), tenham escolhido justamente formas de organização que iriam criar inevitavelmente mecanismos de limitação das liberdades individuais. As corporações passaram a significar, no plano externo, entidades dotadas de grande força, porque contavam com a coesão dos seus filiados. Mas, no plano interno, passaram a atuar como instituições normativas das atividades profissionais dos seus membros. O que equivale a dizer que a liberdade obtida pelas populações urbanas, naquele período, ainda padecia de um certo atrofiamento, não obstante significasse um avanço muito grande em relação à dependência feudal.

A partir do século XI, com a expansão e o renascimento do comércio europeu, os mecanismos da atividade mercantil apresentam-se mais e mais complexos (começam a circular as *letras de câmbio*, surgem *as agências bancárias* e várias outras formas de *agências comerciais*), que exigem a escrituração contábil, a correspondência comercial, as informações sobre as flutuações do mercado, como recursos indispensáveis às grandes empresas já constituídas.[3]

A educação, que até então fora um monopólio e um privilégio da Igreja torna-se acessível a uma faixa maior de indivíduos que formariam uma nova elite chamada por Max Weber (1971, p. 109) de "funcionalismo especializado" e se imporiam efetivamente, a partir do século XVI, em três áreas da sociedade – finanças, guerra e direito. Aliás, é importante assinalar que essas escolas leigas não constituíram propriamente uma iniciativa pioneira; diligências nesse sentido já haviam sido feitas anteriormente por Carlos Magno, rei dos francos, e Alfredo, rei dos anglo-saxões. No entanto, ambos os governantes recorreram à Igreja e lhe transferiram a incumbência de dirigir as escolas para os membros de suas cortes.[4]

3 "Onde há comércio – explica Guntram Prufer – há tráfico, e existe também o intercâmbio de notícias e comunicações. Por esse motivo, as grandes casas comerciais, assim como as cidades e as classes elevadas, organizaram seu próprio serviço de mensageiros". Essa prática tornou-se muito comum nas cidades comerciais da Itália e da Alemanha, em vista da necessidade de informações constantes sobre os preços das mercadorias negociadas. Mantinham as organizações comerciais e bancárias (como é o caso dos Fugger) um sistema de correspondência permanente com as áreas dotadas de importante movimento mercantil, no sentido de acompanhar as variações do comércio em geral, e, também, da política, pelo inter-relacionamento de ambas as atividades. (Vide: Prufer, 1964, p. 84-87.)

4 Na sociedade medieval predominava "a ignorância mais profunda", pois "era mais conveniente para as classes elevadas manter o povo na incultura e na ignorância". Essa a opinião do historiador soviético. E. A. Kosminsky. "A Igreja porém necessitava – prossegue em suas observações – de sacerdotes letrados, que soubessem ler e cantar no templo, e pregar ao povo a necessidade de obedecer aos senhores e superiores. Os homens letrados eram necessários também aos imperadores e reis para administrar seus assuntos, escrever editos, fazer a conta dos ganhos, julgar de acordo com as leis reais, redigir a correspondência diplomática [...]. Durante muitos séculos a questão escolar esteve inteiramente nas mãos do clero. Todo o ensino era ministrado na língua latina. O latim foi, durante muito tempo, a única língua da Igreja e da literatura. Não era compreensível pelo povo". (Vide: Kosminsky, 1963, p. 97.)

Com o desenvolvimento, cada vez maior, da vida urbana, as escolas leigas surgiram em várias regiões européias. À medida que as cidades cresciam, os mecanismos administrativos de controle da população naturalmente exigiam também servidores especializados para realizar determinadas tarefas (cobrança de impostos, registros públicos, atos judiciários, etc.). E os mesmos passaram a ser escolhidos entre os letrados que haviam freqüentado escolas e adquirido treinamento para tais ofícios (Pirenne, 1964, p. 174-175). Esse recrutamento de burocratas ocorre principalmente na área da administração legal, uma vez que são substituídos os velhos processos de julgamentos ligados à tradição oral, transferindo-se os mesmos para a competência de peritos (Weber, 1971, p. 229-277).

É, porém, a criação das universidades que vai consolidar a formação da nova elite intelectual européia. As primeiras a serem criadas são as de Bolonha e de Paris, no século XII. Depois, surgem as de Cambridge, Oxford e Salamanca, no século XIII. A sede de conhecimentos é tamanha, em todo o continente, que no final do século XIV funcionavam mais de quarenta instituições universitárias, em toda a Europa (Mumford, 1965, p. 359-360; Kosminsky, 1963, p. 98-99).

As universidades convertem-se em centro de grande relevância, para onde acorrem as principais inteligências, em busca de conhecimentos ou de projeção. Tornam-se, assim, verdadeiros núcleos de integração e cooperação inter-regional, o que seria possibilitado pelo uso do *latim* como língua obrigatória.

Desenvolve-se, em torno das universidades, um movimento cultural de tal amplitude que daria às cidades em que estavam localizadas um poder político especial, em virtude da renovação de idéias que aí se realizava, bem como do debate dos problemas fundamentais da filosofia e da ciência (Malet, 1959, p. 171-172).

Essa relativa liberdade de que gozavam as universidades decorria do fato de não possuírem bens materiais e serem gratuitas. Mas não perdurou por muito tempo essa situação, convertendo-se pouco a pouco em instituições pagas pelos estudantes (Galino, 1960, p. 527-544).

De qualquer maneira, a efervescência cultural que estimulam essas entidades, acentuaria a produção de livros manuscri-

tos, suportes indispensáveis aos labores didáticos. Dentro das cidades universitárias, multiplicam-se os copistas e calígrafos, indivíduos que se especializam na preparação de textos para uso dos estudantes.[5]

Aliás, a produção de livros manuscritos cresceu substancialmente com o Renascimento italiano, movimento de valorização da cultura humanística, que busca inspiração nas obras da Antigüidade, discutindo as verbas doutrinas religiosas, ainda vigentes. Reproduzem-se, em quantidade, livros até então restritos aos claustros. Criam-se bibliotecas, patrocinadas pelos ricos comerciantes e banqueiros, desejosos de projeção e brilho (Von Martin, 1970, p. 132).

A procura de livros, nas cortes do renascimento e nas universidades, atingiu proporções tais que os copistas não tinham condições para atender todas as solicitações. Surge, com isso, um verdadeiro comércio editorial, tornando-se o livro manuscrito um produto de preço elevado, disputado pelos colecionadores e pelos estudantes.

Esse desvendar do patrimônio cultural da Antigüidade evidentemente trouxe revelações impressionantes, incrementando o desenvolvimento da literatura e da ciência. Com o alargamento de horizontes que proporcionavam as viagens e a ampliação das rotas comerciais, o homem letrado do fim da Idade Média mostrava-se cada dia mais ansioso de obter novos conhecimentos, de enriquecer o seu próprio universo intelectual.

O panorama delineado, até agora, constituiu um complexo de circunstâncias que levaram ao aparecimento e à utilização da imprensa, tornando-a uma necessidade social, na Europa.

Não obstante Herskovits minimize a importância da necessidade como fator preponderante para uma descoberta ou invenção, dizendo que "é fácil argumentar *a posteriori*, depois do fato" (1963, p. 310), não há dúvida que a imprensa representava uma necessidade social plausível, como recurso indispensável à

---

5 Informa Braudel (1970, p. 329) que "desde o século XII, o número de leitores aumentou de uma maneira considerável, nas Universidades do Ocidente e até fora delas. Uma clientela ávida tinha provocado o desenvolvimento das oficinas dos copistas, multiplicando as cópias correntes, a ponto de arrastar a procura de processos rápidos [...]".

reprodução de vários instrumentos da atividade econômica e cultural da sociedade européia em transformação.

E, aqui, buscamos apoio na tese de Ruth Benedict (1966, p. 234), segundo a qual "o desenvolvimento da cultura não se fez ao acaso". A renomada antropóloga ilustra a sua afirmação, explicando que "embora grande parte da história de qualquer cultura se deva a circunstâncias acidentais, é possível traçar-se um processo evolutivo. [...] Isto é, certas criações básicas, seja de instrumental, seja de instituições ou idéias, foram necessárias para que pudessem ocorrer outras invenções".

No caso da imprensa, diríamos que a sua versão gutenbergiana constituiu uma decorrência e um prolongamento dos recursos técnicos já usados pelo homem: tinta, papel, prensa, alfabeto, metais, etc. (McMurtrie, 1969, p. 128). Como processo tipicamente industrial, a imprensa foi forjada nas anônimas experiências que os mais diversos artesãos realizaram em suas oficinas, e das quais só umas poucas merecem registro da História.

Aliás, o próprio Herskovits (1963, p. 305) ensina que "onde não há registro, nada mais poderemos fazer senão conjeturar acerca das circunstâncias em que se inventou uma técnica".

O certo, no entanto, é que a imprensa veio atender às necessidades crescentes de produção de livros, a fim de satisfazer às solicitações da elite intelectual forjada pelas universidades e pelo movimento renascentista. Mas, não somente com essa finalidade, apesar de os registros dos estudiosos enfatizarem de tal modo esse aspecto, tornando-o muitas vezes único e exclusivo. As atividades de impressão serviram também como suporte para o desenvolvimento das atividades da nascente burguesia comercial e industrial, dando letra de forma aos instrumentos da sua complexa engrenagem burocrática (letras de câmbio, recibos, contratos, modelos contábeis, tabelas de preços, etc.). Ou, então, atenderam às necessidades da organização administrativa das cidades e dos principados (guias para recolhimento de impostos, editais, proclamações, avisos, formulários, etc.).

De igual modo, a imprensa atenderia aos interesses da Igreja, instituição detentora de grande poder na Europa medieval, apesar das cisões internas, possibilitando a reprodução de imagens dos santos, orações, indulgências, bulas papais e outros ins-

trumentos da liturgia cristã, destinados a fomentar a religiosidade popular.

Além das necessidades institucionais, havia a necessidade popular de obter informações e manter-se em dia com os acontecimentos da época, fenômeno que geraria a imprensa periódica, cujas primeiras manifestações são as *relações* e as *folhas volantes*. Madeleine d'Ainvelle sintetiza com muita clareza esse tipo de necessidade que "se faz sentir nos diversos meios sociais: o citadino que deseja conhecer a vida do grande corpo social ao qual ele pertence e que ultrapassa suas relações primárias; o comerciante burguês e banqueiro que não pode ter sucesso em seus negócios se não estiver bem informado dos preços das mercadorias e da sua acessibilidade, que depende da conjuntura política; os cidadãos, ansiosos por sua participação no exército da Itália, que têm sede de informações precisas; o Rei, para defender sua política, que procura atingir a opinião". E conclui: "a atualidade tornou-se objeto de curiosidade com um fim prático, a comunicação converteu-se em uma necessidade da vida urbana, profissional, política e religiosa" (D'Ainvelle, 1965, p. 31).

É curioso, aliás, esse aspecto da história da imprensa. A quase totalidade dos autores deixa à margem os impressos sem conteúdo artístico, dando ênfase à literatura e ao jornalismo. Aqueles impressos adquiriram característica como que de subprodutos, por não disporem de requisitos esteticamente aceitos pela *intelligentsia*. Essa é a razão pela qual sucumbiram no julgamento das gerações posteriores de críticos e estudiosos. Eventualmente, quando alguns desses impressos desfrutam de condições artísticas, ainda que sua função não seja a de fixar e transmitir uma mensagem estética, como é o caso dos baralhos ou cartas de jogar, então eles ganham relevo na apreciação dos historiadores. As outras produções ligadas à burocracia comercial, industrial e administrativa obtiveram pouca evidência histórica, fatos, aliás, ainda marcante na época de hoje, não obstante a preocupação de utilizar tais expedientes como instrumentos de propaganda; daí o esmero com que se criam logotipos, se busca dar razoável disposição estética aos formulários, na tentativa de personalizar as instituições, criando condições favoráveis para sua posição no sistema competitivo da estrutura capitalista. Pre-

ocupação que, de resto, ainda não teria função específica no período do advento do capitalismo. Steinberg é um dos poucos historiadores da imprensa que tiveram perspicácia para compreender esse fenômeno; ele chama a atenção para o fato de que a produção de livros não constituiu o resultado da revolução projetada pelo uso dos tipos móveis nas atividades de impressão, até mesmo porque antes de Gutenberg já se imprimiam livros e porque os primeiros livros impressos conservaram exatamente a forma dos antigos manuscritos. Precedendo a "grande aventura da impressão de livros", Gutenberg e Fust iniciaram a "publicação de indulgências, calendários e panfletos sobre temas efêmeros", produtos que continuariam a fabricar concomitantemente com os livros. Por isso, afirma Steinberg (1963, p. 24-25) que estava lançado o germe da "moderna publicidade impressa, que se baseia na produção massiva de material idêntico e na livre combinação de tipos, em uma quase infinita variedade de composição".

1.3 *Expansão*

A rapidez com que a nova técnica de impressão difunde-se por toda a Europa indica a significação social do feito gutenbergiano e a sua repercussão como instrumento útil à vida do Continente.

Febvre e Martin comentam esse fato, dizendo que se fôssemos analisá-lo numa perspectiva contemporânea constataríamos ter havido uma lentidão muito grande na transferência da imprensa, da Alemanha para outras regiões européias. Mas, à luz das condições que caracterizam a época – marcada por dificuldades de transportes, pela pobreza tecnológica, pela escassez de matérias-primas e de pessoal especializado – reconheceremos que houve, na verdade, uma "extraordinária rapidez" na sua difusão (1962, p. 192).

A cronologia elaborada por Rizzini (1968, p. 139) permite uma visão de conjunto desse processo de expansão da tipografia na Europa, no século XV:

1450 – Alemanha (Mogúncia)
1464 – Itália (Roma, convento de Subíaco)
1467 – Suíça (Basiléia)
1470 – França (Paris)
1472 – Holanda (Utrecht)
1473 – Hungria (Buda)
1473 – Espanha (Valência)
1474 – Bélgica (Lovaina)
1475 – Polônia (Cracóvia)
1476 – Inglaterra (Londres)
1482 – Áustria (Viena)
1482 – Dinamarca (Odensee)
1483 – Suécia (Estocolmo)
1487 – Portugal (Faro)

No fim do século já se espalhavam pelo Continente cerca de 1.200 oficinas tipográficas (Martins, 1957, p. 179; Rizzini, 1968, p. 139), que lançaram aproximadamente 20 milhões de exemplares dos chamados *incunábulos* (Braudel, 1970, p. 330). Isso, afora as produções não literárias, em sua maioria efêmeras, que se diluíram na torrente do cotidiano, não merecendo o registro destacado das estatísticas e da História.

É interessante chamar a atenção para o papel representado pela Alemanha nos primórdios da arte tipográfica. Principal centro impressor da região (nos fins do século XV, 23 cidades alemãs já possuíam oficinas, cifra que se ampliou para 50 nos começos do século XVI), originaram-se aí as principais iniciativas para instalação de tipografias em outros países. Tanto assim que Wilson Martins atribui à imprensa dois caracteres externos, entre os quais o de "arte eminentemente alemã"; o outro caráter é o "nomadismo", resultante da aparelhagem reduzida das tipografias, o que dava uma grande facilidade de locomoção aos seus artífices e proprietários (1957, p. 134-135). Essa última circunstância impelia os tipógrafos a se movimentarem constantemente

de um local para outro, fixando-se onde os seus serviços eram requisitados e pelos quais percebiam remuneração adequada.

"Como os artilheiros à procura de emprego – registra Braudel – companheiros impressores com um material de acaso viajaram à sorte, instalando-se onde calhava, voltando a partir para aceitar o acolhimento de um novo mecenas" (Braudel, 1970, p. 330).

Por isso mesmo, o desenvolvimento da imprensa não pode ser avaliado apenas sob o prisma da sua significação sociocultural, mas também da sua importância econômica. Steinberg (1963, p. 25) ressalta esse aspecto da questão ao observar que a nascente indústria tipográfica "havia-se revelado como um negócio lucrativo". Se, por um lado constituía uma atividade rendosa, por outro lado, a imprensa exigia investimentos para a sua instalação, o que se tornava possível graças aos ricos comerciantes que custeavam a organização de novas oficinas (Febvre e Martin, 1962, p. 193). E esse problema agravou-se com o crescimento das próprias atividades impressoras, que foram perdendo o seu caráter meramente artesanal e transformando-se em indústrias livreiras. Organizado o comércio do livro, as principais casas editoras estabeleceram-se nas cidades universitárias ou nas cidades comerciais. Mas, à medida que se expandia a produção de livros para exportação, os editores preferiam concentrar-se nos grandes centros mercantis, onde dispunham de capitais mais acessíveis e de facilidades para distribuição dos seus produtos, utilizando a estrutura já solidificada do comércio em geral, ou seja, suas rotas e seus agentes.

A comercialização de livros em âmbito europeu torna-se exeqüível em face da utilização do *latim* como língua internacional dos eruditos. Dentro dessa perspectiva, explica-se a predominância de obras escritas em latim (77%), no conjunto da produção livreira do século XV. Explica-se, também, o fato de alguns países, como a Alemanha, a França e os Países Baixos, se haverem transformado em centros exportadores de livros, condição que perderiam no século XVI com o advento das línguas nacionais (Febvre e Martin, 1962, p. 266 e 338).

Do ponto de vista do conteúdo, a maior proporção de livros era de caráter religioso (45%), seguindo-se os textos literários

(30%), os de Direito (10%) e as obras científicas (10%). Entre os livros religiosos, avultavam as edições da Bíblia, então muito procuradas e lidas (Idem, p. 266).

Deduz-se dessas informações percentuais a validade daquele comentário de Schramm (s.d., p. 67), quando afirma que, ao surgir, "a nova arte é posta a serviço do principal centro de poder dos tempos: a Igreja". Deduz-se, igualmente, que a imprensa já nasce como uma das características que se afirmaria como fundamental para a indústria da comunicação de massa – a de guiar-se pelas tendências do mercado, seguindo o gosto popular. Afigura-se, portanto, muito apropriada a observação feita por Febvre e Martin a propósito das edições da Sagrada Escritura: – "Que outra publicação podiam os livreiros considerar mais produtiva, em uma época em que a maioria dos leitores eram clérigos?" (p. 267).

Margaret Aston examina a questão a partir de uma variável que é marcante na estruturação inicial do comércio do livro. Toda a produção impressa, no campo da literatura, segue exatamente as mesmas tendências dominantes nos processos comerciais dos manuscritos. "Os primeiros editores foram comerciantes, e não aventureiros intelectuais", – diz a autora – "Estes artífices itinerantes, como homens de negócio, não guiavam o gosto, seguiam-no" (Aston, s.d., p. 76-77).

O panorama vai mudando, pouco a pouco, a partir do século XVI, quando cresce o número de leitores leigos, mais interessados em obras de direito, medicina, ciências e literatura (sobretudo as obras novelescas, em particular os livros de cavalaria). Todavia, a procura de livros profanos só se tornaria significativa a partir do século XVII, especialmente na França, Espanha, Inglaterra e Holanda. Esse período marcaria a decadência do livro religioso, no conjunto da produção editorial européia (Febvre e Martin, 1962, p. 299-307).

No que se refere à imprensa periódica, o século XV viu algumas de suas formas embrionárias – as relações *nouvelles*, *avvisi* ou *Zeitungen*, folhetos impressos e lançados quando ocorriam acontecimentos de grande repercussão: acesso de um rei ao trono; passagem de cometas; campanhas militares; descobrimentos marítimos, etc. (Bellanger, 1969, p. 27-30). Eram folhas vo-

lantes vendidas nas feiras e nos mercados pelos mesmos indivíduos que comercializavam produtos semelhantes: livros, folhetos teológicos, letras de canções. A relação não constitui uma compilação de várias notícias, mas "trata minuciosamente de um único assunto", como explica Brandenburger (1922, p. 83). Nem tampouco substitui as "cartas manuscritas", como dão a entender Bellanger e seus colaboradores (1969, p. 29), sendo interessante registrar que esses canais de comunicação popular subsistem até o século XVII. Rizzini (1968, p. 88-89) apresenta duas razões para a retração dos editores desses gazetins à tipografia: custos elevados e necessidade de licença oficial para impressão, numa época em que a censura já se havia implantado.

Demoraria mais de um século para que o jornalismo pudesse surgir, através do seu principal veículo – o jornal.[6]

Ou, como analisa Margaret Aston (s.d., p. 70): "passou-se um largo período de tempo antes que a imprensa tivesse influência decisiva como meio de revolucionar a informação e o conhecimento – quer o conhecimento sobre acontecimentos recentes, quer o conhecimento de fatos antigos apreciados à luz de novos fatores."

[6] A respeito dessa controvérsia – o surgimento do Jornalismo – tivemos oportunidade de registrar a nossa opinião em trabalhos anteriores. Tomando como ponto de referência as características essenciais do Jornalismo, segundo Rizzini ("livre publicação, regular e contínua de informações") ou segundo Otto Groth (periodicidade, atualidade, universalidade, recepção coletiva), não podemos aceitar a tese de que o Jornalismo tenha surgido antes da tipografia ou tenha se robustecido naquelas manifestações não-tipográficas que prosperaram nos primeiros séculos da imprensa. Entendemos que essas mensagens de comunicação social, sobretudo as cartas manuscritas, formas embrionárias de jornais, possuíam *atualidade, periodicidade e universalidade*, mas não *recepção coletiva*, pois eram destinadas a grupos restritos de pessoas, até mesmo em fase da ausência daquela característica essencial para Rizzini – liberdade de publicação. A idéia da recepção coletiva, no sentido de acessibilidade potencial de toda a sociedade aos veículos de comunicação de atualidade, só se concretizaria depois da ocorrência de dois eventos de grande significação histórica – a produção em massa, gerada pela Revolução Industrial, e a liberdade de imprensa, gerada pela Revolução Burguesa. (Vide: Marques de Melo, 1970, p. 72-75; 1972, p. 11-13.)

1.4 *Conseqüências*

Ao analisar as conseqüências imediatas da imprensa no processo de transformação do continente europeu, é preciso deixar bem nítidos os limites da sua influência, evitando superestimar a sua repercussão social, o que constitui um erro de perspectivas em alguns estudiosos.

Um dos equívocos em que incorrem determinados pesquisadores é o de considerar a imprensa como canal de comunicação que afeta diretamente as massas, nos primórdios da sua existência. Esse é um dos reparos feitos por Finkelstein à tese de McLuhan, segundo a qual a imprensa teria contribuído, entre outras, para a rebelião dos camponeses alemães. Finkelstein (1969, p. 22) indaga quantas pessoas sabiam ler, no século XVI, para usufruir os benefícios da letra de forma. Ele próprio responde: "naturalmente, muito poucas, e entre as massas populares pobres, praticamente ninguém sabia ler".

Encaramos com reservas, portanto, a posição de Alfred Weber (1970, p. 381-382) a esse respeito, uma vez que o mesmo analisa as conseqüências da imprensa, no século XVI, dando a idéia de que as massas populares são beneficiárias diretas da nova técnica.

O uso da imprensa, nesse período, restringe-se a uma minoria a – elite intelectual,[7] assim descrita por Margaret Aston (op. cit., p. 41): "os que escreviam e liam livros, que transcreviam e transportavam manuscritos, que difundiam idéias através das fronteiras dos países e dos idiomas, e que trocavam impressões e conversavam, fazendo uso do internacionalismo do latim". Enfatiza, porém, a autora: "esses eram somente muito poucos entre a

[7] Escarpit (p. 15-32) comenta que o preço do livro, além dos problemas de analfabetismo, foi um dos fatores responsáveis pela sua circulação restrita, tornando-se acessível à burguesia, mas não às classes médias e menos ainda às classes trabalhadoras. Isso, apesar da tendência constante na Europa Ocidental para o seu barateamento. O escritor francês assegura que do século XVI ao século XVIII o livro "só se difundiu num círculo social muito restrito". Ele ilustra sua afirmativa com os seguintes dados: na Inglaterra, o país mais culto do século XVIII, as tiragens não ultrapassavam mil exemplares; na França, elas eram bastante inferiores. Daí a conclusão de que os "leitores de livros constituíam uma pequena aristocracia da cultura escrita".

população, embora neles se incluíssem todos os indivíduos importantes.

Quanto à maioria, para ela a vida permaneceu estacionária, circunscrita aos reduzidos horizontes espaciais, "talvez só ligeiramente influenciada, de longe em longe, pelos acontecimentos distantes e pelos mais importantes movimentos que deram unidade às correntes intelectuais da época" (idem, p. 40-41).

É dentro dessas balizas que vamos considerar as principais conseqüências da imprensa, e que poderíamos resumir aos fenômenos já destacados por McLuhan (1972) – (a) *nacionalismo*, (b) *individualismo* –, acrescentando-lhes um terceiro – (c) *espírito de critica*. De qualquer maneira, é indispensável esclarecer que não entendemos esses fenômenos como decorrência direta e exclusiva da imprensa, mas como eventos gerados pelas condições estruturais da sociedade européia em ebulição, e para cuja configuração o aparecimento da tipografia contribuiu decisivamente.

a) **Nacionalismo** – Antepondo-se ao ideal de unificação européia pretendido pela Igreja, figurando o poder papal como centro irradiador das decisões políticas fundamentais, meta de certo modo alcançada no período de luta contra os povos não-cristãos, o nacionalismo consolida-se como um movimento resultante da afirmação das línguas regionais e da centralização de poder buscada pelos monarcas.

McLuhan (s.d., p. 202) explica que "a unificação política das populações por meio de agrupamentos vernáculos e lingüísticos não foi possível até que a imprensa transformasse cada idioma em meio de massa extensivo". Efetivamente, essa foi a contribuição da imprensa para a formação das nações européias, sobretudo a partir do momento em que o latim, língua até então considerada como "meio de expressão literária, artística e científica, e, principalmente, como meio de comunicação superior dos círculos mais elevados" (Alfred Weber, 1970, p. 320), começa a

perder terreno para as línguas nacionais, que adquirem pouco a pouco o porte de línguas literárias.[8]

O desenvolvimento de uma literatura em vernáculo estimulou, nas diversas regiões européias, a formação daquilo que Alfred Weber (1970, p. 320) chama de "consciência do valor da nacionalidade intrínseca", acelerando os conflitos que cindiram e fizeram ruir o universo medieval.

Não obstante o latim continuasse a ter razoável utilização no restrito círculo da ciência e da filosofia, as línguas européias tornaram-se mais exatas e rigorosas. O que favoreceu um amplo movimento de secularização, permitindo recrutar a intelectualidade em bases mais amplas, e configurando, segundo Darcy Ribeiro (1972, p. 151), os "espaços modernos nacionais" que advêm da "segmentação dos povos em entidades étnico-nacionais carregadas de hostilidade umas para com as outras".

b) **Individualismo** – Fenômeno social que tem suas raízes no mecanismo da economia monetária, aguçando o sentido da propriedade pessoal e particular, resultante das relações de produção criadas pela indústria (Von Martin, 1970, p. 19-29), o individualismo rompe as tradições corporativistas da Idade Média. No plano cultural, a imprensa liberta o indivíduo dos grilhões que o prendiam ao coletivismo da cultura manuscrita.

O livro impresso contribuiu para o individualismo pelo seu "caráter portátil", como argumenta McLuhan, tornando-se acessível a um público cada vez maior. "Esse desejo muito natural de se ter facilmente livros à disposição, e livros de formato cômodo e portáteis, acompanhou passo a passo a crescente rapidez da leitura, que se tornara possível com a impressão do texto em tipos

---

[8] A Igreja opõe-se resistentemente à utilização das línguas nacionais, defendendo o latim e esforçando-se para recolocá-lo na posição de idioma internacional da diplomacia e da ciência, tarefa a que se entregaram com fervor os padres da Companhia de Jesus. Por essa razão, durante muito tempo, os sábios continuaram a registrar em latim as conclusões dos seus estudos e pesquisas, quando nada para não suscitar a ira da estrutura inquisitorial já em funcionamento. Aliás, é curioso como a Igreja apegou-se ao cultivo do idioma clássico dos antigos romanos, revogando somente neste século a obrigatoriedade do seu uso nas cerimônias litúrgicas e admitindo as suas substituições pelas línguas nacionais, com movimento de renovação desencadeada pelo Concílio Vaticano II. (Vide: Febvre e Martin, 1962, p. 346-347; Dale, 1973.)

uniformes e móveis, em contraste com a leitura mais dificultosa dos manuscritos" (1972, p. 281).

No período dos escassos livros manuscritos, a leitura era feita em voz alta, sobretudo nas universidades, afigurando-se esta como uma atividade eminentemente grupal, onde cada indivíduo se obrigava a um esforço desmesurado de memorização que prejudicava a reflexão concomitante.

Numa outra perspectiva, o elevado preço e o número reduzido dos manuscritos impunha a leitura em bibliotecas, subordinando o cidadão letrado às normas e às circunstâncias que caracterizam as instituições de uso coletivo. Assim sendo, o caráter portátil do livro impresso permitia a qualquer um a posse das produções da elite cultural, criando um ambiente novo de leitura silenciosa, eminentemente visual, que conduzia ao isolamento e estimulava o raciocínio imediato. Um dos pilares do individualismo é justamente essa agilidade mental que a leitura isolada proporciona ao homem comum, neutralizando o antagonismo entre memorização e reflexão, e estimulando a formação de um rico universo intelectual, que floresce em ambiente inteiramente privado, até então privilégio dos claustros, em cujas celas se recolhiam os monges para estudar e meditar.

McLuhan chama atenção para um outro aspecto do individualismo que se manifesta através da cultura impressa. O livro converte-se em "meio direto para conduzir à fama e à perpetuação do nome", pois no contexto da cultura manuscrita "não só era desconhecida a autoria particular no sentido corrente do livro publicado, como também não havia público leitor" (idem, p. 184-185).

Era, aliás, costume da época, como acentua Von Martin, considerar o saber como uma "propriedade coletiva impessoal" (1970, p. 51), não havendo lugar para o individualismo intelectual e a projeção pessoal, com exceção, evidentemente, dos antigos autores greco-latinos. Só o livro impresso produz esse tipo de abertura, criando novas condições para o triunfo da propriedade individual no campo da literatura e da ciência, uma vez que

o público leitor criado pela indústria editorial[9] valoriza os novos autores, preocupando-se com a autenticidade das obras adquiridas.

Se, de um lado, manifesta-se o individualismo do autor, cujas produções passam a ser reconhecidas como suas, começam a ter personalidade, conduzindo ao sucesso e à imortalidade; de outro lado, acentua-se o individualismo do consumidor, que acumula as obras dos diversos autores, formando um patrimônio cultural que ele digere no isolamento do seu mundo privado.

O individualismo de ambos – autor/leitor – levou a uma procura de isolamento intelectual, resultando aquela "cadeia de dupla solidão" a que se refere Escarpit (1968, p. 50).

c) **Espírito de crítica** – A ampla difusão de conhecimentos que a imprensa realiza, trazendo a público obras de certo modo inacessíveis no período medieval, enfraquece a posição da Igreja como instituição normativa do comportamento intelectual, introduzindo o "espírito de crítica e de livre exame" (Martins, 1957, p. 213) que emancipariam o pensamento.

Diz Von Martin (1970, p. 32-37) que "o homem se dá conta de que deve usar suas próprias forças; e a superioridade da *ratio* sobre a *traditio*, incrementada pelo espírito mercantil, lhe proporciona o vigor necessário". E, mais adiante, explica que "isto equivale à sublimação absoluta do livre arbítrio humano", pois "já não se crê na existência de fatores irracionais que possam estorvar deliberadamente os próprios planos racionais".

O racionalismo,[10] enquanto fenômeno que estimula o homem ao uso da razão, a partir do conhecimento que ele adquire

---

9 Beltrão faz algumas ressalvas sobre a natureza dos receptores no processo da comunicação literária pré-gutenbergiana. Na sua opinião, havia um *público leitor e consumidor* das obras de Platão, Aristóteles, Cícero, Homero, Virgílio, os padres e filósofos da Igreja, e outras obras editadas em manuscrito, antes do século XV. O que não havia era o *público de massa*, no sentido de audiência inumerável, inindentificável, dispersa no tempo e no espaço, nascida exatamente com os meios de comunicação impressa e solidificada com os meios audiovisuais. (Vide: Beltrão, 1972. A esse respeito, é interessante a leitura do capitulo "O intelectual e os meios de comunicação", p. 69-96.)

10 Racionalismo, aqui, tem aquele sentido de "racionalismo prático" definido por Max Weber como "o tipo de atitude que encara e julga o mundo conscientemente em termos dos interesses mundiais do ego individual". (Vide: Max Weber, 1967, p. 51.)

sobre si mesmo e o mundo que o rodeia, foi uma decorrência natural do individualismo, que fomentaria o espírito de pesquisa e levaria à dúvida e à contestação. A própria Reforma e o surgimento do Protestantismo situam-se nesse quadro de exercício do livre pensamento que a imprensa aceleraria, com a difusão, em escala razoável de livros e outras publicações, aguçando a capacidade de crítica. Por isso, Febvre e Martin (1962, p. 305-306) proclamam que a imprensa teve "um papel essencial" no desenvolvimento do protestantismo, esclarecendo ainda que a Igreja enfrentou e derrotou, anteriormente, todos os movimentos heréticos, o mesmo não ocorrendo com Lutero e Calvino que tiveram à sua disposição "a força todo-poderosa" da nova técnica e reprodução.

Já, a partir do século XV, o homem adquire consciência da importância do conhecimento como "agente de perigosa transformação social", usando a expressão de Margaret Aston, e busca utilizar os livros que tem à disposição para ampliar a sua bagagem cultural. "Os que podiam ler ou tinham acesso ao mundo do livro sentiam-se mais aptos para argumentar com os seus superiores eclesiásticos em pé de igualdade ou, até, em tom de superioridade. Os hereges das classes sociais mais baixas, munidos da Bíblia, sentiam-se devidamente equipados para desafiar um bispo, com base na justiça divina" (Aston, s.d., p. 130).

E esse espírito de crítica tornar-se-ia mais efetivo à proporção que decrescia o poder da Igreja, minado em suas bases doutrinárias, com o triunfo das religiões protestantes, e minado em suas bases econômicas, com a decadência do papado.

Mas o principal resultado dessa nova fase que experimenta a atividade intelectual dos leigos que compõem a elite européia é o desenvolvimento da ciência, preparando as bases para uma posterior revolução no campo da tecnologia. Daí a significação da análise de Schramm sobre a influência social da imprensa (s.d., p. 68-69): "Aonde quer que fosse, o prelo se metia nos assuntos que exaltavam, estimulavam ou perturbavam o homem. Servia aos que estavam no poder, mas também servia a todas as revoluções do espírito e do corpo políticos. [...] Sem a imprensa é possível que tivéssemos tido o Iluminismo, mas é muito para

duvidar que ocorressem um dia a Revolução Francesa ou a Revolução Norte-Americana".

1.5 *Controle*

O entusiasmo com que a imprensa foi recebida pelos detentores do poder político no século XV arrefeceu imediatamente sob o impacto das conseqüências advindas da sua força disseminadora de idéias e conhecimentos. Assim, tanto a Igreja,[11] quanto os governantes civis,[12] abandonam a posição inicial de tolerância e marcham para um controle rigoroso da sua expansão.

Deste modo, os séculos XVI e XVII vão presenciar uma fase de decadência[13] da imprensa, em toda a Europa,[14] convertendo-

[11] A Igreja teve um papel saliente na expansão da tipografia, seja através das abadias, mosteiros ou bispados, que apoiaram as atividades dos primeiros impressores, contratando os seus serviços para a execução de obras destinadas a fomentar a religião, seja através da própria Cúria, que buscou o auxílio dos tipógrafos para os trabalhos básicos da administração papal – impressão de indulgências, bulas, formulários oficiais, decretos, circulares, etc. (Vide: Steinberg, 1963, p. 49-66; Febvre e Martin, 1962, p. 184.)

[12] Também as autoridades civis contribuíram para o florescimento da imprensa, sobretudo os detentores de grandes fortunas, que estimulavam a edição de determinados textos, ficando vinculados aos mesmos os nomes dos seus patrocinadores. Era uma tentativa de buscar a imortalidade através da letra impressa, ainda que a autoria dos textos publicados pertencesse a terceiros. Essa atitude marcaria fundamentalmente a iniciativa dos mecenas renascentistas, que atraíam para as suas cortes, não apenas artistas e escritores, mas também impressores. (Vide: Febvre e Martin, a962, p. 183.)

[13] Referimo-nos à decadência da imprensa nesse período, no sentido de atrofiamento da produção difusora que marcou o século XVI. Com a vigência dos dispositivos censoriais, a atividade livreira, principalmente, restringe-se às edições autorizadas pela Igreja ou pelos órgãos governamentais. Não se trata, portanto, de uma decadência técnica. Registra-se, até mesmo, uma sensível melhoria no que se refere aos processos de apresentação gráfica, sobretudo a ilustração, aspecto que Dahl analisa com destaque em sua História do Livro. (Vide: Dahl, 1960, p. 89-185.)

[14] A decadência da imprensa como resultante do controle exercido pelas autoridades civis e eclesiásticas, perdura, praticamente, até o século XVIII, na maioria dos países. As únicas são a Inglaterra, que a partir de 1695 conquista a supressão da censura prévia, e, de certo modo, a Holanda, que mesmo no século XVIII, já exercitava o liberalismo em matéria de imprensa, convertendo-se em centro exportador de publicações eivadas de conteúdo político antiabsolutista para todo o continente. (Vide: Rizzini, 1946, p. 117-138: "Da liberdade de imprimir".)

se em instrumento exclusivo dos regimes absolutistas triunfantes, que cerceiam as atividades dos tipógrafos e impressores, ao contrário do século XV, quando havia uma relativa liberdade de imprimir e editar quaisquer publicações, facilitando a divulgação das idéias das várias correntes que integravam a elite cultural.

A iniciativa da censura prévia é da Igreja, abalada em seus alicerces doutrinário-teológicos com o movimento contestatório que desencadearia a Reforma. O papa Alexandre VI institui, em 1501, a obrigatoriedade da licença para a impressão de quaisquer obras, nos países católicos. Posteriormente, seriam expedidos outros regulamentos, dos quais o mais importante é o *Índice de livros proibidos*, aprovado pelo Concílio de Trento e publicado, em 1563, pelo papa Pio IV, através da bula "Dominici Gregis" (Blanco, 1966; Dale, 1973; Oliveira, 1968).

Diz Bourquin (1952, p. 205) que "as autoridades temporais não tardariam a seguir o exemplo" da Igreja. E, pouco a pouco, os soberanos dos diversos países foram tomando medidas idênticas, no sentido de submeter a imprensa ao jugo da censura estatal. Trata-se de um recurso largamente utilizado, tanto nos países católicos, quanto nos países protestantes, para fortalecer o poder real, então empenhado na centralização absolutista como forma de governo (Molinero, 1971, p. 9-12; Beneyto, 1961, p. 16-19; Sington, 1966, p. 17-28).

O controle das atividades de impressão configurou-se sob duas modalidades principais: (a) sistema de privilégios, concedendo o monopólio da imprensa, através de patentes, a determinadas pessoas selecionadas pelo governo e que lhe eram fiéis; esse foi o caminho escolhido pela Inglaterra; (b) sistema de vigilância, permitindo a propriedade de tipografias a particulares, mas exercendo a verificação prévia das obras a serem impressas.[15]

Não tardariam, nos países católicos, a surgir conflitos entre a autoridade estatal e a autoridade eclesiástica, na realização das atividades censórias. Essas crises, no entanto, só agravariam as condições sob as quais se faziam o exame dos livros destinados à publicação, tornando a censura mais rigorosa.

[15] Siebert, "La teoría autoritaria de la prensa", op. cit., 1967, p. 17-48.

Inicialmente, essa missão é confiada às Universidades, como ocorreu na França, ou então às próprias autoridades eclesiásticas, como se verificou na Inglaterra (Bourquin, 1952, p. 206-209). Mas, à medida que se ampliam às desavenças entre a Igreja e os protestantes, ou entre o governo e os seus opositores políticos, os mecanismos de controle da imprensa tornam-se mais refinados e eficientes. Além dos censores reais, estabelecem-se tribunais censórios sob a égide da Igreja. À Inquisição caberia um papel proeminente no combate à circulação de livros proibidos (que, apesar de toda a vigilância, continuavam a entrar em vários países, exportados pelas editoras holandesas), promovendo espetáculos públicos, através de fogueiras onde eram jogadas as publicações apreendidas ou onde eram executados os autores de livros considerados heréticos (Blanco, 1966, p. 24-26; Oliveira, 1948, p. 182-193).

É evidente que a imprensa não poderia experimentar uma fase de progresso, diante de tais restrições. Servindo exclusivamente aos interesses daqueles que manipulavam a estrutura decisória, em cada país, florescia ou regredia de acordo com a intensidade do controle que lhe era imposto. E, cada vez que o rigor dos censores amainava, sob o influxo das pressões manifestadas pelos não poucos letrados que continuavam a exercer sua capacidade crítica, as atividades tipográficas registravam momentos de expressiva produtividade.

Aliás, o retardamento que ocorre no nascimento do Jornalismo, como forma de comunicação coletiva, deve-se inclusive ao regime de controle a que é submetida a imprensa nos séculos XVI e XVII. As publicações periódicas que surgem já no século XVII (Boivin, 1949, p. 9) e no século XVIII, pelo fato de estarem vinculadas a iniciativas governamentais, e conseqüentemente submetidas à censura prévia, não conseguem impor-se como veículos de informação popular, nem tampouco conseguem neutralizar o impacto das clandestinas gazetas manuscritas e dos pasquins.

Essa imprensa oficiosa provoca "o riso ou zombaria dos filósofos". Segundo Terrou (1964, p. 23-25), "O declínio do poder que vai se acentuando ao longo do século (XVIII), o progresso das luzes, os clãs entre os quais se podia jogar habilmente, vão

criar, no entanto, progressivamente uma espécie de tolerância, ao mesmo tempo em que vão determinar ou precisar o princípio da liberdade de imprensa e as condições de sua realização".

Não obstante a Inglaterra inicia o século XVIII com a abolição da censura prévia,[16] na verdade a liberdade de imprensa só se consolidaria na Europa, no fim do século, com a vitória dos ideais libertários da Revolução Francesa. A partir daí, a imprensa teria um desenvolvimento excepcional, tornando-se pouco a pouco uma imprensa de massas, condição que se avultaria no século XIX, com o crescente aumento das tiragens, não apenas dos livros e das revistas, mas principalmente dos jornais diários.[17]

16 A liberdade de imprensa, consubstanciada na publicação de livros e outros impressos independentemente da censura prévia, triunfa na Inglaterra, em 1695, com a abolição do "Licencing Act". Na França surgiria somente em 1789, incluída como um dos itens da "Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão". Espanha e Portugal esperariam o século XIX para erigir princípios semelhantes; na Espanha, em 1812, a censura prévia é abolida com a nova "Constituição" aprovada pelas Cortes; em Portugal, em 1821, com a "Constituição" promulgada pelos vitoriosos da Revolução do Porto. Assinale-se, no entanto, que essas conquistas liberais encontrariam resistências no correr do tempo, voltando os governantes, cada vez que as condições lhe são propicias, a afirmar o seu autoritarismo. (Vide: Terrou, 1964, p. 22; Bourquin, 1952, p. 66; Beneyto, 1961, p. 18; Rizzini, 1968, p. 134.)

17 O desenvolvimento impetuoso que a imprensa experimentaria no século XIX, sobretudo a imprensa periódica e jornalística, não decorreu somente da extinção da censura prévia, condição essencial, mas deveu-se antes de mais nada à expansão da educação, possibilitando a alfabetização de grandes massas populares, bem como ao êxito do industrialismo e da urbanização, que impuseram uma melhor distribuição de rendas na sociedade, permitindo aos trabalhadores o consumo de produtos culturais. Numa outra perspectiva, é indispensável mencionar que o século XIX introduz a necessidade de informação sobre os acontecimentos do mundo, levando os cidadãos a procurarem os jornais, numa busca de constante atualização. Isso foi facilitado pelo progresso industrial, que transformou a própria tecnologia da imprensa, libertando-a dos princípios gutenbergianos, em certo sentido ainda predominantes, e concretizando a reprodução de livros e jornais, em grande quantidade, num pequeno espaço de tempo. (Vide: Weill, 1941, p. 139-148; Godechot, 1964, p. 17-36; Marques de Melo, 1971, p. 14-18.)

2

Introdução da imprensa nos territórios coloniais

2.1 Visão comparativa dos sistemas coloniais

O século XVI assiste, na Europa, à consolidação do forte sentimento patriótico que impulsiona os novos países a percorrer os caminhos d'além-mar, sobretudo depois que os turcos dominam Constantinopla e impedem o acesso comercial aos povos do Oriente.

A expansão almejada pelas jovens nações faz eclodir aquele ciclo de descobertas e conquistas a que se entregam com voracidade portugueses e espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, lançando as bases de novos domínios em terras africanas, asiáticas e americanas.

Para tais empreendimentos – em cuja dianteira se encontram Portugal e Espanha – constataremos a existência de algumas inovações técnicas que os tornam exeqüíveis: a recente tecnologia da navegação oceânica, o aperfeiçoamento das armas de fogo e o surgimento da imprensa (Ribeiro, 1972, p. 131-132).

A engenharia náutica facilita a abertura de novos caminhos, provocando o que Braudel (1970, p. 329) chama de "um desequilíbrio, uma *assimetria* do mundo"; as armas de fogo tornam efetiva a conquista e submissão dos novos territórios; a imprensa facilita a dominação cultural sobre as populações nativas.

Se tivermos em conta as motivações não apenas econômicas, mas igualmente patrióticas e religiosas, que levam os europeus a conquistarem terras e povos além de suas fronteiras nacionais,[1] entenderemos o papel significativo que a imprensa desempenha nesse processo.

Emergindo de um período de intenso fervor religioso, forjado na resistência aos invasores sarracenos que dominaram durante séculos seus próprios territórios, e reavivado na grande polêmica que conduz à cisão do cristianismo (bifurcado em catolicismo e protestantismo), os países europeus buscam disseminar sua religião entre os povos conquistados, a pretexto de libertá-los do paganismo. De igual modo, o ardor patriótico, resultante da afirmação das línguas nacionais e da sua correspondente literatura, impele os conquistadores a difundirem os elementos característicos da respectiva nacionalidade junto às populações subjugadas.

Assinale-se, portanto, a diversidade de função que a imprensa teria nos territórios coloniais, comparando ao papel desempenhado nas metrópoles. Na Europa, a imprensa significou um elemento imprescindível à sedimentação do espírito racional e à formação da própria nacionalidade, do ponto de vista político e cultural, com a fixação sobretudo dos idiomas vernáculos. Enquanto isso, nas áreas periféricas, ela seria empregada para objetivos opostos: ajudaria a impor os valores dos conquistadores, esmagando as culturas autóctones.

Generalizando o fenômeno, poderíamos afirmar que a função da imprensa nos territórios coloniais tem sido a de veículo dos padrões culturais e valores religiosos dos dominadores, tornando mais consistente a dependência das populações nativas, na medida em que isso acarreta a destruição ou atrofiamento da cultura local.

No entanto, é preciso admitir algumas variações em relação ao princípio geral, tendo em conta os seguintes elementos: (a) estratégia de ocupação e dominação dos conquistadores; (b) condições socioculturais e geoeconômicas das áreas conquistadas.

[1] Dozer, "A Europa de Colombo", in: op. cit., 1966, p. 27-31.

A partir dessas premissas, podemos estabelecer algumas gradações quanto à função da imprensa nos territórios coloniais:

1) Há regiões onde a imprensa sequer foi necessária para a destruição das culturas tribais então existentes; outras armas revelaram-se mais eficazes. Isso ocorreu, principalmente, naquelas áreas ocupadas pelos povos que não ofereciam grande resistência cultural à dominação dos europeus. Ou em que os invasores não projetavam fixar-se definitivamente. Assinale-se, porém, que nessas mesmas regiões a imprensa seria chamada, mais cedo ou mais tarde, para auxiliar na tarefa de correção e reimplantação dos valores nacionais da metrópole, junto às elites coloniais, de certo modo já aculturadas e impregnadas de elementos diferenciadores, inevitavelmente recolhidos das culturas nativas em fase de extinção ou decadência.

2) Em outras regiões a imprensa afigurou-se indispensável desde os primeiros momentos da colonização. Sempre que os conquistadores pretendiam implantar extensões da civilização metropolitana, mas se deparavam com populações em estágio cultural mais elevado, cujas crenças e valores poderiam significar empecilho para a submissão aos interesses dos adventícios, estes então utilizavam os mecanismos da sua própria cultura. Nesses casos, a força e o poder das armas não eram suficientes para aniquilar a cultura autóctone. A destruição se fazia paulatinamente com o uso deliberado de instrumentos especiais para a introjeção dos padrões oriundos da metrópole, como é o caso da imprensa.

3) É preciso levar em consideração, entretanto, a natureza puramente instrumental e intermediária da imprensa no processo de dominação cultural. Nesse sentido, a sua atuação podia conduzir a resultados duradouros, impondo os valores peculiares dos adventícios aos nativos; mas também podia revelar-se um instrumento frágil, incapaz de produzir efeitos a longo prazo. A força da tradição secular, enraizada nos costumes da população e perpetuada nos documentos escritos disponíveis, impelia ao re-

nascimento, tão logo amainava a volúpia dos dominadores.[2] E aí a imprensa teria outra função: passaria a atuar como veículo de aceleração do reaparecimento daqueles valores telúricos, temporariamente sufocados pelos colonizadores.

Vamos mostrar, a seguir, alguns dados sobre a introdução da imprensa nos territórios coloniais do Oriente e do Ocidente, antecipando alguns dos elementos para a argumentação a ser desenvolvida no próximo capítulo. Ressalvamos a natureza estritamente informativa de tais registros, onde nos preocupou menos a tentativa de uma reconstrução histórica do que a reunião, nem sempre seqüenciada, de fatos que consideramos indispensáveis à compreensão do processo evolutivo da imprensa nas áreas extra-européias. É dentro desses exatos limites que alinharemos alguns episódios marcantes.

2.2 *A Imprensa no Oriente: contribuição dos portugueses*[3]

Depois daquelas experiências pioneiras dos chineses, japoneses e coreanos (vide Capítulo 1), a imprensa regride e praticamente desaparece no Oriente, sendo reintroduzida, no século XVI, pelos portugueses. (Em face dos objetivos do presente estudo, vamos enfocar prioritariamente as iniciativas dos portugueses na difusão da imprensa entre os povos orientais.)

Nesse terreno, aliás, os lusitanos foram desbravadores. Precederam em muito os demais colonizadores europeus na utilização da imprensa como recurso para fixar o uso da sua língua e para disseminar a sua religião, nos territórios coloniais. Há indícios – mas não provas – de que essa iniciativa remonta já ao sé-

2 Alfred Weber (1970, p. 401) chama a atenção para a "bem-sucedida resistência" que chineses e japoneses opõem à dominação européia, movidos sobretudo pelo "sentimento de superioridade na esfera espiritual".

3 Pinto, 1948, p. 237-424; Peixoto, 1969, p. 405-408; Cerdeira, s.d., p. 278-336; Martre, 1962, p. 226-230; Morel Pinto, 1966, p. 167-176.

culo XV; é certo, entretanto, que ela se tenha concretizado no século XVI.

Justifica-se, deste modo, o entusiasmo patriótico de Américo Cortez Pinto, quando comenta: "Para bem se avaliar de quanto Portugal representa na difusão da Imprensa pelo Mundo, e como ele foi o grande pioneiro que fez irradiar a Tipografia e o Livro impresso pelos outros continentes, basta comparar estas datas com as seguintes: – o primeiro Livro impresso na Rússia data de 1563. A estréia da tipografia em Constantinopla, fez-se em 1727. E só em 1821 se imprimiu na Grécia!" Enfaticamente, ele conclui: "Há capitais da Europa que só imprimiram cerca de três séculos depois de Portugal introduzir a tipografia na Ásia" (Américo Pinto, 1948, p. 298-299).

A respeito da introdução de prelos na África, as informações existentes são contraditórias e pouco documentadas. Sabe-se, com certeza, que na expedição de 1490, enviada por D. João II à Guiné, e em expedições posteriores, boa quantidade de livros, sobretudo cartilhas e catecismos, foram destinados aos africanos. Não há confirmação, porém, do funcionamento de tipografias, no Congo, em 1492,[4] ou na Etiópia, em 1515.[5] Os escassos registros sobre o assunto permitem vislumbrar a ocorrência de um certo esforço das autoridades portuguesas com o fito de ali introduzirem a imprensa, para ser utilizada pelos religiosos com o objetivo proselitista de "minar a influência turca" (Américo Pinto, 1948, p. 299). Ou tais esforços encontraram óbices circunstanciais (naufrágios, destruições) ou esbarraram em dificul-

4 As suposições acerca da existência de tipografia no Congo, nessa época, advêm das anotações feitas pelo Dr. Jerônimo Münzer, no seu "Itinerário", segundo as quais dois impressores alemães teriam embarcado para aquela região na tentativa de fazer fortuna. Daí a indagação de Cortez Pinto (1948, p. 242): "O que atrairia à África dois impressores alemães a tentarem fortuna, senão fosse a possibilidade de ali virem a imprimir livros?"

5 Alguns historiadores fazem referências à existência de tipografia na Etiópia, no começo do século XVI. Existem documentos que provam a iniciativa de D. Manuel, enviando uma tipografia aos Negus, em 1515; Mas essa tipografia não chegou a seu destino, pois se perdeu no Mar Vermelho. Posteriormente, D. João III seria solicitado a enviar impressores para a Etiópia. Nada de concreto, porém, sobre a existência de tipografias ali funcionando, não obstante pressuposto apresentado por Cortez Pinto, o "hábito dos jesuítas montarem tipografias nos colégios das suas diversas Missões". (Vide: Américo Pinto, 1948, p. 351.)

dades estruturais, como é mais provável historicamente; ou seja, nos territórios coloniais da África a imprensa talvez não tenha sido importante e necessária aos portugueses como seria na Ásia.

É interessante assinalar que a primeira tipografia instalada na Índia, em 1557, destinava-se originalmente à Etiópia, tendo saído de Lisboa, no ano anterior, juntamente como o Patriarca da Abissínia, João Nunes Barreto. Chegando à Índia, e tomando conhecimento das hostilidades ali existentes contra os padres católicos, o Patriarca foi impedido de viajar e sua tipografia começou a trabalhar imediatamente, na cidade de Goa. Outras tipografias seriam instaladas na Índia, graças a iniciativas de particulares, sobretudo de impressores alemães e italianos, procedentes de Lisboa.

Na China, os jesuítas introduziram a imprensa tipográfica em 1588, não obstante já viessem realizando trabalhos de impressão xilográfica desde há alguns anos, em Macau, onde revivificaram a antiga arte chinesa de impressão tabulária.

As atividades tipográficas demoram a chegar ao Japão, em virtude da medida que, a partir de 1587, impediu a entrada de missionários católicos no país. Esclareça-se, aliás, que a primeira tipografia destinada a terras nipônicas veio de Roma pouco tempo antes daquela proibição, tendo sido encaminhada para a China, mais precisamente para o Colégio dos Jesuítas em Macau. Em 1590, cessadas as restrições das autoridades japonesas aos católicos, a Missão Portuguesa de Kazusa instala uma tipografia, cujo funcionamento verifica-se logo no ano seguinte. Há registro, ainda, de atividade de impressão tipográfica nas cidades de Amakusa e Nagasaki.

Enquanto, no Japão, os jesuítas usaram intensamente a imprensa tipográfica, no período de 1590/1614, na China eles preferiram voltar ao uso da impressão em blocos de madeira, em virtude da natureza monossilábica da língua, tornando mais fácil o preparo das matrizes para reprodução (Janeira, 1970, p. 252).

Tanto na Índia, como na China e no Japão, os jesuítas não se limitaram a imprimir obras em português e latim, mas realizaram vários trabalhos nas línguas nativas (Múrias, 1961, p. 102). Essa orientação marcou sobremodo o labor dos inacianos, que estu-

davam, aprendiam e ensinavam as línguas dos povos colonizadores, com a finalidade de atingir mais rapidamente o ideal apostólico de penetração da fé cristã. Isso lhes dava outra vantagem, além do êxito pastoral, que era a de encetar um processo mais intenso de comunicação com as populações nativas, seja diretamente, seja através dos convertidos ao catolicismo e adotantes do idioma metropolitano. Em decorrência, os jesuítas adquiriram uma posição política especial no conjunto da colonização, pelo controle e influência que podiam exercer sobre os nativos, o que nem sempre era possível aos leigos – funcionários reais ou comerciante. Esses, pelo fato de encontrarem dificuldades para uma comunicação direta com os povos colonizadores, ficavam na dependência, quase sempre, da mediação dos padres da Companhia de Jesus ou dos seus discípulos locais.

Impõe-se, aqui, uma observação sobre as circunstâncias que motivaram o pioneirismo dos portugueses no Oriente, implantando a imprensa, quando na própria Europa o seu desenvolvimento ainda se estava consolidando. Portugal atravessava, no século XVI, uma fase de grande ascensão econômica, fenômeno gerado pelos descobrimentos e pelas viagens marítimas. Arrebatando às cidades italianas a primazia do comércio com o Oriente, todos os esforços da nação se concentravam no domínio das regiões conquistadas e no controle das rotas comerciais abertas no Oceano Atlântico, garantido, assim, os enormes lucros que os produtos orientais proporcionavam no comércio europeu (Azevedo, s.d., p. 627-664). Esse foi exatamente o período em que a imprensa começou a se desenvolver, depois de suas primeiras manifestações em Faro, em 1487. E surgindo numa época de franco progresso econômico, a imprensa logo serviu aos interesses da elite cultural, no próprio país, bem como às necessidades de catequização, nos territórios coloniais. É significativo esse momento da imprensa portuguesa; ela cresce de "forma verdadeiramente explosiva", deixando de ser "uma arte confinada a dois ou três centros populacionais", como ocorria no século XV, cuja produção se havia reduzido a cerca de 30 incunábulos, che-

gando a alcançar 1.800 no século XVI.[6] Entende-se, a partir daí, a euforia de D. Manuel, mandatário da Casa de Avis, lançando "mão da imprensa como dum instrumento fiel para a construção do Império [...] e não só para o apostolado religioso, mas também para o apostolado nacionalista" (Américo Pinto, 1948, p. 311).

A carta régia de D. Manuel, de 10 de janeiro de 1511, que reeditava medida anterior de D. Afonso V, isentando de impostos "os livros de forma que vierem de fora do Reino", logo teria os seus efeitos neutralizados pela legislação restritiva dos anos seguintes. A situação seria agravada com a censura prévia que, a partir de 1539, passa a ser realizada pelo Tribunal do Santo Ofício, culminando com a instituição do Índice de Livros Proibidos, em 1547 (Oliveira, 1948, p. 193).

Aqueles feitos manuelinos iriam contrastar, pois, com os episódios posteriores que marcariam o desenvolvimento da imprensa, em Portugal e nas regiões ultramarinas, sobretudo depois que a dinastia da Avis começa a perder o seu prestígio político e a própria nação entra em decadência econômica, enfraquecendo-se perante as outras metrópoles européias que lhe arrebatam a liderança do comércio com o Oriente (Afonso, s.d., p. 175-178).

No panorama das contribuições portuguesas à implantação da imprensa no Oriente é sintomático o detalhe de que a única tipografia realmente procedente de Lisboa para aquela região tenha sido a de Goa (Índia). A tipografia de Macau veio de Roma; e a que foi introduzida no Japão, através da Missão Portuguesa, veio da China e não da Europa.

Outro aspecto a considerar é a iniciativa dos jesuítas, desencadeando esse processo, para o qual naturalmente conseguiram a benevolência das autoridades lusitanas. Os loiolistas tomavam, assim a dianteira naquela obra de "difusão da Fé e, com a Fé, da língua portuguesa", como assinala Múrias (1961, p. 105), deixando a reboque o próprio governo, aliás mais interessado na organização "de um império militar e comercial".

---

6 Peixoto, 1969, p. 405. Como fonte de referência para o estudo dessa produção da imprensa portuguesa é muito útil o trabalho de Antônio Joaquim Anselmo – *Bibliografia das obras impressas em Portugal no Século XVI* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926, 367 p.).

Essas circunstâncias se explicam pela precariedade das condições com que Portugal mantinha os seus domínios no Oriente, preocupado menos em realizar um programa de colonização do que em manter feitorias que lhe assegurassem a obtenção de produtos comerciáveis no mercado europeu. Tornou-se frágil, portanto, a sua posição, quando potências mais poderosas, como a Holanda e a Inglaterra, intensificaram a sua ação no continente asiático, contribuindo para a decadência do Império Lusitano, que se reduz a umas poucas regiões.

A intervenção dos missionários avulta-se sobretudo nesse período de declínio do poderio luso, conseguindo até mesmo reduzir o sentido originalmente comercial e militar da presença portuguesa no Oriente, acentuando a missão apostólica e cultural.

E o auxílio da tipografia foi buscado para essa obra missionária, cuja eficácia temporal não perduraria senão nas poucas áreas que os portugueses mantiveram sob seu domínio.

É compreensível que a imprensa tenha sido aí "uma técnica de circunstâncias, com um objetivo bem determinado", denotando evidentemente "uma certa incipiência", como caracteriza Jorge Peixoto, pela falta de profissionais e material de boa qualidade (1969, p. 406).

Seria estranhável se ocorressem fatos diferentes, considerando que o período de introdução da imprensa na China e no Japão coincide com a própria decadência de Portugal nesse setor, seja pelo controle inquisitorial dessas atividades, seja pela pobreza tecnológica que grassava no Reino. Daí, talvez o recurso adotado pelos inacianos pedindo diretamente a Roma o envio do prelo e da tipografia.

Descrevendo essa fase da imprensa lusitana, Rizzini (1968, p. 150) informa que "os tipógrafos portugueses [...], quase todos estrangeiros ignorantes do fabrico de tipos e ornatos, tiveram de contentar-se com o material trazido de suas terras, reutilizando-o indefinidamente na preparação de trabalhos as mais das vezes arbitrária de disparadamente compostos e enfeitados".

Depois dos portugueses, outros povos europeus levariam a imprensa para o Oriente – especialmente os holandeses, franceses, ingleses e espanhóis – estabelecendo-a em suas colônias,

com a finalidade de assegurar a predominância da cultura metropolitana sobre a cultura local. Tornariam mais fácil, assim, a tarefa de dominação do território e capitulação das populações, que passam a colaborar, geração após geração, com os interesses econômicos dos colonizadores.

Analisando, por exemplo, os padrões da imprensa asiática e africana, Passin (1967, p. 79-130) chega a conclusões impressionantes sobre a influência exercida pelas culturas européias. Diz ele que "muitas das características da imprensa em vários países só podem ser compreendidas em referência aos modelos estrangeiros com os quais estavam em contacto". Explica, ainda, que "o próprio Governo colonial publicava jornais, às vezes para estimular a modernização e a aquisição da civilização metropolitana". Assim foi no Japão e na Índia, onde os estrangeiros residentes começaram a publicar jornais em inglês, fornecendo desta maneira os padrões que seriam utilizados depois nas respectivas imprensas nacionais. Na África Ocidental Francesa, até pouco tempo atrás, "os únicos jornais importantes eram os dirigidos por estrangeiros". E na África Ocidental Britânica, informa ainda aquele pesquisador, os principais jornais de alguns países continuam sendo aqueles associados ao *Daily Mirror*, de Londres. Conclusões semelhantes podem ser extraídas também dos estudos que compõem o volume *The Asian Newspaper's Reluctant Revolution* (Lent, 1971, p. 273).

Sommerland (1966, p. 6), perito da UNESCO, que pesquisou a situação atual da imprensa nos países em desenvolvimento, observou como a dominação colonial marcou profundamente os jornais da Ásia, a ponto de o inglês constituir a língua predominante na imprensa daquelas áreas continentais. Vejamos o seu relato: "Muitos dos principais jornais da Ásia e da África são publicados em inglês, mais que no idioma nacional; por exemplo: os da Índia, Paquistão, Malásia, Ceilão, Nigéria, Gana, Quênia e Zâmbia. Isto, em parte, é uma herança do colonialismo, devido ao fato de que os jornais foram fundados pelos ingleses. Ademais, com freqüência, o inglês é o idioma comum das classes cultas, em países com muitos grupos tribais e uma multidão de línguas vernáculas. Por conseguinte, a imprensa se dedica aos

grupos selecionados e se rege por normas baseadas nos padrões da imprensa britânica".

2.3 *A imprensa na América: visão comparativa*

Logo no século XVI a imprensa é introduzida na América pelos europeus. A primazia cabe aos espanhóis, que instalam tipografias, no México, em 1533, onde fora estabelecido a sede do Vice-Reinado da Nova Espanha, e, em 1584, em Lima, onde se localizara o Vice-Reinado do Peru.

Não ocorreria, contudo, a expansão imediata das atividades tipográficas por todo o continente. Essa expansão seria uma decorrência natural do processo de ocupação das outras áreas territoriais, e atenderia sempre às exigências das próprias tarefas de colonização.

No entanto, essas circunstâncias não parecem muito claras para vários estudiosos da imprensa, sobretudo os historiadores do Jornalismo.[7] De um modo geral, ao analisar comparativamente o início das atividades de impressão nos territórios americanos dominados pelos espanhóis, portugueses e ingleses[8] aqueles autores costumam revelar uma certa surpresa ao constatar o distanciamento temporal entre as iniciativas de cada um dos conquistadores europeus.

Rizzini, um dos mais autorizados historiadores da nossa imprensa, descreve a questão nos seguintes termos (1968, p. 155):

---

7 Entre os mais ilustres e respeitados estudiosos da imprensa brasileira que apresentam esse tipo de perspectiva, destaca-se o pernambucano Alfredo de Carvalho, em cuja obra os historiadores mais recentes, como é o caso de Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Rizzini, têm buscado subsídios para os seus trabalhos, aceitando o seu ponto de vista na análise evolutiva da imprensa americana. (Vide: Alfredo de Carvalho, 1908a; Barbosa Lima Sobrinho, "A imprensa da Independência", in: op. cit., 1972, p. 9-43; Rizzini, 1968.)

8 Excluímos deliberadamente da presente análise os demais europeus (sobretudo franceses e holandeses) que encetaram atividades de colonização no continente, em face da reduzida significação quantitativa que elas assumiram no contexto global do desenvolvimento americano. Incluí-los, aqui, poderia acarretar deformações no panorama comparativo que constitui o objetivo central deste capítulo.

"Entrou a tipografia no Novo Mundo oitenta e oito anos após inventada, em 1553, pela sua porta mais civilizada: a da cidade do México, no vice-reinado da Nova Espanha. Três séculos levaria para cobrir o hemisfério; do México ao Domínio Britânico cento e cinco e ao Domínio Português duzentos e setenta e cinco".

O quadro seguinte permite visualizar melhor a situação:

Área colonial	Data de introdução da imprensa	Período que separa da iniciativa pioneira do continente
América Espanhola	1533	
América Inglesa	1638	105 anos
América Portuguesa	1808	275 anos

Colocado assim o problema, tendo como variável exclusiva o tempo, e sem a adição de outros elementos esclarecedores, a idéia que fica é a de uma relação direta entre a instalação da imprensa nas várias colônias americanas, sugerindo inclusive a existência de uma certa inferioridade histórica para as regiões que se localizam na escala seqüencial da cronologia apresentada.

Essa relação não pode, absolutamente, ser aceita, considerando que não existiu um processo único ou coordenado de ocupação dos territórios coloniais americanos (hipótese que a legitimaria), e assim vários processos, isolados e diferenciados, que refletiram as peculiaridades culturais dos colonizadores, bem como as características socioculturais e geoeconômicas das áreas colonizadas.

Uma outra maneira de observar o fenômeno seria correlacionando o início da efetiva ocupação territorial[9] e a introdução

[9] Outras datas poderiam ser tomadas como ponto de referência para caracterizar o início da efetiva ocupação territorial das colônias americanas. Entretanto, orientamos a escolha a partir daqueles fatos que nos parecem mais significativos para marcar, não apenas a posse dos territórios, mas, principalmente, a permanência dos colonizadores nos mesmos. Assim sendo, vamos encontrar espanhóis nas Antilhas e regiões próximas, desde os fins do século XV; mas o episódio marcante da colonização é o desembarque de Cortez em lucatã, em 1519. A América Inglesa começa a ser ocupada em 1607; no entanto, as colônias de povoamento só principiam em 1620, quando desembarcam os primeiros peregrinos que vieram para Plymouth. No caso brasileiro encontramos a presença dos portugueses nas costas do país, em missão de defesa, logo depois que Cabral aporta aqui pela primeira vez; todavia, o feito que consolidaria

da imprensa, em cada colônia; isso permitiria determinar o espaço que medeia entre um episódio e outro. Senão, vejamos:

Área colonial	Início da ocupação territorial	Data da introdução da imprensa	Período que separa os dois episódios
América Espanhola	1519	1533	14 anos
América Inglesa	1620	1638	18 anos
América Portuguesa	1532	1808	276 anos

Mesmo assim, incidiríamos no equívoco de comparar exclusivamente datas, sem ter em conta outros fatores, como por exemplo, a estrutura de cada processo de colonização, que, em última análise, determinaria a necessidade da imprensa e a sua conseqüente implantação. No exame do quadro acima, podemos ver que o início da ocupação territorial das áreas espanhola e inglesa dista muito pouco, no tempo, do estabelecimento das próprias administrações coloniais (*audiências* e *vice-reis*, nos domínios espanhóis; *assembléias colonizadoras* e *governadores*, na região em poder dos ingleses) fatos que são decisivos para configurar o aparecimento de atividades de impressão, como já vimos no caso europeu. Mas, em relação à América Portuguesa, há uma grande distância entre o começo da ocupação e o funcionamento efetivo de uma administração colonial, circunstância que, isoladamente, já pode esclarecer a ausência de tipografias naquele período.

A fim de evitar uma apreciação unilateral, vamos tentar a elaboração de um panorama comparativo dos processos de colonização, fazendo ao mesmo tempo um levantamento daquelas condições que, combinadas num determinado momento, determinaram o surgimento da imprensa como necessidade social. E, aqui, vamos atribuir maior ênfase aos sistemas predominantes

a dominação lusitana sobre o Brasil seria a expedição de Martin Afonso de Souza (fundando em 1532 a povoação de São Vicente), viagem essa cujo resultados levariam Dom João III a instituir o sistema Capitanias Hereditárias.

nas colônias espanholas e inglesas, já que a situação da colônia portuguesa merecerá um estudo especial no próximo capítulo, onde esses aspectos voltarão a ser analisados demoradamente.

Uma das características que assemelha os processos de colonização inglesa e espanhola, na América, é a significativa urbanização que ambos desencadeiam. Os espanhóis marcam a sua presença nos territórios conquistados através das cidades que vão criando e mantendo no curso da expansão territorial. Esse fenômeno seria, por um lado, conseqüência daqueles "instintos urbanos" que os castelhanos trazem da pátria e a eles se rendem no Novo Mundo;[10] e, por outro lado, seria uma injunção das condições encontradas no território colonial, já habitado por civilizações detentoras de elevado nível cultural, elas próprias urbanizadas.[11] No caso dos ingleses, que encontram na sua região habitantes em estágio cultural inferior, a criação das cidades constituiria uma exigência do próprio sentido da colonização, funcionando como suporte das atividades agrícolas desenvolvidas no campo. Levando em consideração o fato de que a colonização inglesa realizou-se, desde o início, com o objetivo de fixação de levas de imigrantes que procuravam melhores condições de vida e traziam suas famílias para ali permanecerem, é compreensível essa preocupação urbanizadora, constituindo núcleos que pudessem atuar como centros escoadores da produção rural e, ao mesmo tempo, como locais de abastecimento, onde os colonos dispusessem de produtos básicos para a sua subsistência, inclusive os implementos importados da metrópole.[12] A existência de cidades, desde o principio da ocupação dos respectivos territórios, permitiria aos colonizadores reproduzirem no continente americano sistemas de vida semelhantes aos da Europa, acarretando o funcionamento de inúmeras instituições urbanas, para as quais a imprensa se tornaria indispensável. A colônia portuguesa seguiria, sob esse aspecto, um caminho diametralmente oposto.

Nas cidades fundadas em seus domínios coloniais, tanto os espanhóis como os ingleses vão estruturando uma engrenagem burocrática, através da qual os funcionários reais defendem os interesses das respectivas coroas, cobrando impostos, fiscalizando o comércio, administrando a justiça, etc. (Chaunu, 1971, p. 30-38). Na medida em que essas atividades vão assumindo proporções crescentes, evidentemente o movimento dos papéis torna-se complexo, exigindo soluções mais racionais para a reprodução de formulários, leis e demais expedientes burocrático-mercantis. A imprensa constituiu, quase sempre, a solução para esses problemas. É aliás muito natural que a maioria das cidades hispano-americanas possuidoras de imprensa no início da colonização tenham sido justamente aquelas em que se localizaram as sedes dos vice-reinados, das capitanias e das audiências.[13] No

10 Pendle ressalta como o "padrão urbano da América espanhola" foi estabelecido "rápida e decisivamente pelos conquistadores", mostrando o número de cidades fundadas ainda na primeira metade do século XVI: México (1521), Quito (1534), Lima (1535), Buenos Aires (1536), Assunção (1537), Bogotá (1538), Sucre (1538), Santiago (1541), Potósi (1545), La Paz (1548). (Vide: Pendle, s.d., p. 39.)

11 As grandes civilizações com que se depararam os espanhóis na América-asteca, maia e inca – constituíam "impérios teocráticos do regadio", de tipo semelhante às "altas civilizações" da Mesopotâmia (2350 a.C.), Egito (2070 a.C.), China (1122 a.C.), etc. Configuravam civilizações urbanas que "tinham nas cidades os focos irradiadores dos conteúdos eruditos de sua cultura", destinados às populações rurais e aos outros povos que integravam o seu complexo imperial. (Vide: Ribeiro, 1970, p. 125-134.)

12 A sociedade norte-americana foi predominantemente rural, nos seus primórdios. Mas as cidades constituíram "uma característica significativa no cenário colonial". As primeiras cidades da colônia inglesa (Filadélfia, Nova Iorque, Boston, Charles Town e Newport), tinham, em 1760, cerca de 73.000 habitantes, quando a população total era de 1.600.000. (Vide: Aptheker, 1967, p. 35-39.)

13 Para se ter uma idéia dessa correlação, é interessante fazer um exame das estruturas governamentais espanholas, na colônia, e a cronologia relativa à introdução das suas primeiras tipografias. Tivemos o cuidado de comparar, por exemplo, a introdução da imprensa nas sedes dos Vice-Reinados e observamos que a instalação das autoridades governamentais precedeu sempre as tipografias. Vejamos melhor essa comparação no quadro seguinte. Os dados sobre a instalação dos Vice-Reinados foram obtidos em Dozer, enquanto os referentes à introdução da imprensa foram retirados de Rizzini.

Cidades	Data de instalação dos Vice-Reinados	Data de introdução da imprensa
México (Nova Espanha)	1529	1533
Lima (Peru)	1544	1584
Bogotá (Nova Granada)	1717	1738
B. Aires (Rio de la Plata)	1776	1780

Fontes: Dozer, 1966, p. 113-117; Rizzini, 1968, p. 156-157.

caso norte-americano, explica McMurtrie que "o motivo compulsor da introdução da arte tipográfica nas diferentes províncias foi a necessidade urgente de divulgar as leis em letra de forma".[14]

Outro aspecto intimamente ligado ao desenvolvimento da imprensa em ambas as colônias é a manutenção de atividades educacionais destinadas às elites, sobretudo aquelas realizadas em academias e universidades, produzindo uma inquietação cultural que buscava apoio e sedimentação nos livros. É verdade que a maior parte das publicações que circulavam nas colônias provinha das respectivas metrópoles;[15] mas é igualmente verdade que inúmeras obras foram produzidas nos prelos em operação no continente americano. Assim é que vamos encontrar atividades de impressão, no século XVI, na colônia espanhola, apenas naquelas cidades que possuíam Universidades: México e Lima (Pendle, s.d., p. 68). E, nos Estados Unidos, a introdução da primeira tipografia está diretamente ligada à iniciativa de criação da Universidade de Harvard, encetada pelo reverendo Glover.[16]

[14] McMurtrie, "A expansão da imprensa na América", in: op. cit., 1969, p. 401.

[15] Além daqueles livros destinados prioritariamente aos labores das Universidades, e que continuaram durante muito tempo sendo importados da Europa (nesse caso, sob a vigilância da Inquisição), é curioso como os livros de ficção também chegavam ao continente, sobretudo os livros de cavalaria, atendendo por certo ao apetite intelectual dos letrados da colônia. Febvre e Martin defendem o ponto de vista de que esses livros criaram "um clima favorável à exploração do Novo Mundo", pois descreviam "terras distantes e afortunadas nas quais moravam povos fabulosamente ricos", estimulando nos conquistadores "o desejo do ouro e a sede de aventura". Isso talvez explique a liberalidade do governo e das autoridades eclesiásticas, fazendo vistas grossas para esse tipo de literatura, que entrava com relativa facilidade nos portos americanos, seja diretamente das editoras espanholas, seja das editoras de Antuérpia. (Vide: Febvre e Martin, 1962, p. 220.)

[16] Como os colonos ingleses emigrados para a América Latina tinham a decisão de fazer da nova terra o seu lar, houve naturalmente a preocupação de pouco a pouco ir criando as condições necessárias para uma vida semelhante à de que dispunham na Europa. Entre as medidas iniciais, registrou-se a fundação de escolas para seus filhos. E logo veio a idéia de se estruturar uma Universidade, projeto que entusiasmou o reverendo J. Glover. Imediatamente ele embarcou para a Inglaterra, a fim de recolher donativos para aquela obra pedagógica bem como para adquirir uma tipografia que auxiliasse os trabalhos a serem desenvolvidos pela futura Universidade de Harvard. Glover não logrou chegar de volta à América, pois faleceu na viagem marítima; mas sua esposa levou adiante o empreendimento, com a ajuda dos tipógrafos que ele contratara na Inglaterra, e já em 1638 a impressora estava a funcionar. Quando foi criada, em 1640, a Universidade de Harvard, o prelo de Glover foi posto a serviço da nova instituição, pois a viúva do reverendo contraíra matrimônio com Henry Dunster, nomeado presidente daquela instituição. As primeiras universidades americanas apresentam os mesmos padrões da organização acadêmica inglesa. Mas as que surgiram no século XVIII (Yale, Princeton, Columbia, Filadélfia, etc.) buscaram novos caminhos propiciando um novo modelo de instrução universitária, diferente de todos os modelos então existentes, como analisa Aptheker. E cada universidade buscaria a ajuda de oficinas de impressão, que lhe propiciassem livros e outros instrumentos pedagógicos. (Vide: McMurtrie, 1969, p. 366; Aptheker, 1967, p. 157.)

Na colônia portuguesa, o surgimento da imprensa, em 1808, vai coincidir com as primeiras medidas tomadas pelas autoridades lusitanas no sentido de estimular as atividades culturais, criando academias, bibliotecas, instituições científicas, etc.

O aparecimento tão precoce de instituições universitárias nas colônias de Espanha e Inglaterra reflete inegavelmente o nível cultural dos seus imigrantes, ou, mais precisamente, das respectivas elites. Os soberanos espanhóis revelaram um cuidado especial na escolha daquelas pessoas que seriam enviadas para a conquista da América, exercendo "uma fiscalização rigorosa na saída dos imigrantes", como assegura Pendle, não apenas para excluir os hereges e preservar somente para os espanhóis as riquezas dos territórios dominados, mas também para "manter tanto quanto possível a pureza das tradições espanholas" (Pendle, s.d., p. 57). E uma missão dessa natureza só poderia ser confiada a pessoas dotadas de um certo refinamento cultural, que pudesse fazer florescer na América os valores da cultura ibérica, tal o patriotismo que os enlevava depois da Reconquista. O exemplo de Cortez, símbolo maior da dominação espanhola, é significativo: tratava-se de um homem de universidade, conhecedor de leis. Aliás, de um modo geral, a burocracia da colônia hispânica é constituída por letrados, cujo trabalho converteu a capitulação e domínio dos territórios americanos naquilo que Dozer chama de "uma criação intelectual", pois a sua influência fez com que a Espanha "se adiantasse de um século sobre as nações européias suas contemporâneas no tocante aos conceitos jurídicos e garantiu um império espanhol imune tanto à conquista pelos grandes exércitos como ao controle da força militar" (Dozer, 1966, p. 29). Quanto aos ingleses, a situação apresenta-se um pouco diferente, uma vez que não houve controle na seleção dos imigran-

tes; ao contrário, o próprio sistema de colonização, que admitiu as iniciativas particulares ou empresariais, tornou flexível a possibilidade de imigração. Leve-se em conta que a Inglaterra procurou nas colônias de povoamento da América uma solução alternativa para aliviar as tensões demográficas decorrentes do esvaziamento dos campos, como conseqüência da nascente industrialização, e buscou ainda uma saída para neutralizar os conflitos religiosos que se verificavam em todo o país, depois da eclosão do protestantismo. Nessas correntes migratórias espontâneas vieram, portanto, centenas de cidadãos "quase que, por definição, alfabetizados", como caracteriza Vianna Moog, ou seja, "alfabetizados somente para o fim prático, pragmático de ler a Bíblia", aspecto que marcou as populações protestantes européias, estimuladas pela polêmica reformista de Lutero, Calvino e outros líderes religiosos. "Acossados pela perseguição na pátria de origem", os primeiros povoadores ingleses vieram "em busca de terras onde pudessem cultuar o seu Deus, ler e interpretar a Bíblia [...]" (Vianna Moog, 1969, p. 103). Já, em relação aos contingentes portugueses destinados ao Brasil, observa-se uma quase totalidade de analfabetos.

Não percamos de vista, porém, a finalidade essencialmente apostólica que teve a imprensa nos seus primeiros dias de vida em nosso continente. Os prelos mexicanos destinavam-se a colaborar na "formação mais ampla da ação proselitista em que está empenhada a Igreja", conforme a anotação de Adolfo Otero (1953, p. 50). Relembremos que a sua iniciativa deveu-se ao bispo Juan de Zumárraga, o qual se dirigiu a Carlos V, lembrando que "sería cosa muy util y conveniente haber allá imprenta y molino de papel"; atendendo a esse pedido, as autoridades espanholas propiciaram condições para a ida de um impressor ao México, autorizando – "que se le dará pasaje y matalotaje y almojarifazgo y se le prestará allá alguna cantidad de la hacienda de Su Majestad para ajudar a comenzar, y privilegio por tiempo señalado" (Medina, 1958, p. 65). Foram elaboradas nessa oficina, cuja propriedade é atribuída a Esteban Martins,[17] bem como

[17] Essa é uma das questões mais controvertidas entre os historiadores da imprensa americana. Vários estudiosos opõem restrições à comprovação histórica das atividades de

nas posteriores, mantidas por Cromberger[18] e seus sócios, inúmeras obras para a catequese dos gentios (muitas delas nas línguas indígenas), bem como livros piedosos para estimular a religiosidade popular entre os "criollos". Esse foi o ponto de partida para a inglória tarefa de dominação cultural a que se prestaram os missionários (imbuídos da nobre missão de salvar almas), penetrando entre as tribos selvagens, através de suas próprias línguas, e, através delas, destruindo as suas tradições e a sua religião, impondo-lhes a cultura ibérica. Pouco a pouco, tornar-se-ia dispensável a utilização de catecismos nas línguas americanas, uma vez que a maioria das populações, "vendo-se dispersas e escravizadas nas minas e fazendas", tiveram de aculturar-se "pela contingência de aprender a língua e as compreensões comuns da cultura latina".[19]

As pesquisas realizadas por Toribio Medina (1958) sobre o início das atividades de impressão nas cidades hispano-americanas comprovam esse sentido eminentemente apostólico. Das vinte regiões que possuíram tipografia até 1808, doze (ou seja, 60%), contaram com a participação da Igreja para o estabelecimento daquelas oficinas. Eram iniciativas, ou dos próprios Bispos (caso do México, por exemplo), ou das ordens religiosas (tendo os jesuítas se destacado pela introdução da imprensa em

Esteban Martins, no México, sob a proteção do Bispo Zumárraga. Entretanto, José Toribio Medina, talvez a maior autoridade hispano-americana nessa área, pelas suas meticulosas pesquisas nos arquivos do "Consejo de Indias", encontrou algumas informações que lhe permitem inferir a presença de Martins no México, naquele período, mas que não esclarecem definitivamente a sua ocupação como impressor. Valendo-se da autoridade de Toribio Medina é que os historiadores europeus e norte-americanos (Martin e McMurtrie, por exemplo) atribuem ao discutido tipógrafo o pioneirismo da imprensa mexicana.

[18] Juan de Cromberger é o famoso editor espanhol, a quem o vice-rei Mendonza e o Bispo Zumárraga recorrem, em 1542, para a instalação de uma sucursal da sua casa editora no México. Cromberger celebra um acordo com o italiano Juán Pablos, enviando à América, juntamente com "todo el aparejo necesario para imprimir libros de doctrina christiana". (Vide: Medina, 1958, p. 60-70.)

[19] A cultura *ladina* é uma cultura híbrica, resultante da conjugação de células neo-indígenas e neo-européias, que se mesclam e se interpenetram, no processo de colonização, tendo porém como substrato básico o idioma espanhol. "O esforço de ladinização se fez, essencialmente, como um mecanismo de engajamento das massas indígenas na força de trabalho do novo sistema produtivo". (Vide: Ribeiro, 1972, p. 127-128.)

seis regiões, o que representa metade das iniciativas eclesiásticas). As demais oficinas foram instaladas pelos próprios governos (três), ou por particulares (cinco) contando evidentemente com a autorização oficial. O quadro que segue, preparado com dados recolhidos por Medina, dá uma visão mais nítida do problema.

Região	Ano de introdução da imprensa	Iniciativas
México	1538	Bispo
Lima	1684	Jesuítas
Puebla de los Angeles	1642	Igreja
Guatemala	1660	Igreja
Paraguai (Missões)	1700	Jesuítas
Havana	1707	Impressor francês, autorizado pelo governo
Oaxaca	1720	Igreja
Bogotá	1739	Jesuítas
Ambato	1755	Jesuítas
Quito	1760	Jesuítas
Córdoba	1766	Jesuítas
Santiago de Chile	1780	Bedel da Universidade, autorizado pelo governo
Buenos Aires	1780	Igreja
Guadalajara	1792	Particular, autorizado pelo governo
Vera Cruz	1794	Particular, autorizado pelo governo
Cartagena de las Índias	1800	Governo Federal
Santiago de Cuba	1804	Bispo
Montevidéo	1807	Governo de ocupação (Inglaterra)
Porto Rico	1807	Governo colonial
Caracas	1808	Impressores ingleses, autorizadas pelo governo

Até mesmo entre os colonos ingleses, não incluídos naquela categoria de "impérios salvacionistas mercantis",[20] vamos identificar a imprensa servindo às tarefas do apostolado cristão. Um dos trabalhos daquela tipografia instalada pela viúva Glover é a *Bíblia Indiana*, traduzida pelo reverendo John Eliot, missionário dos índios, que "passou muitos anos a aprender a língua deles e finalmente conseguiu adaptá-la à letra de forma, pois logo se convenceu da necessidade de haver literatura evangélica e pedagógica na língua dos índios". McMurtrie registra, ainda, que aquela tipografia, com a ajuda da "Corporação para o estimulo e propagação do Evangelho de Jesus Cristo na Nova Inglaterra", (criada pelo Parlamento Britânico em 1649), passaria a ter como principal incumbência a produção de livros para os indígenas, sendo transferida, aliás, para a então criada Faculdade Indiana (McMurtrie, 1969, p. 368-370).

Essa missão apostólica representou, sem dúvida alguma, o derivativo opcional da imprensa, até às vésperas da independência, em todos os territórios americanos, uma vez que o controle das atividades tipográficas realizou-se com muita eficácia pelas autoridades coloniais ou pelas próprias autoridades metropolitanas.

No caso espanhol, por exemplo, os soberanos expedem uma *cédula real*, em Valladolid, em 1556, determinando que os livros referentes às colônias "no se impriman ni vendan sin que primero sean vistos y examinados en el nuestro Consejo de las Indias" (Salvador, 1961). Instituída, assim, a censura prévia, e reforçada pela legislação que se editaria nos anos seguintes[21] o governo da Espanha trata imediatamente de criar os mecanismos para tornar efetiva a sua aplicação. E já em 1559 se instala no México o

[20] Os "impérios salvacionistas mercantis" correspondem àquelas áreas marginais da Europa: a Ibéria e a Rússia, em contraposição às formações "capitalistas mercantis", que se configurariam inicialmente na Holanda, Inglaterra e França. O salvacionismo dos ibérios (espanhóis e portugueses) e dos russos, na passagem do século XV para o século XVI, adquiriu "forças para as façanhas da sua própria expansão" naquelas "energias mobilizadas para reconquista de seus territórios ocupados por árabes e por tártaro-mongóis", respectivamente. (Vide: Ribeiro, 1972, p. 133.)

[21] O conjunto de documentos recolhidos por Medina constitui um acervo precioso para o estudo dos mecanismos jurídicos instituídos pelo Governo Espanhol, com vistas ao controle da imprensa.

Tribunal do Santo Ofício, com a incumbência de fiscalizar a edição de livros na colônia e examinar os livros importados da Europa. Essa vigilância da Inquisição, mais severa evidentemente com as obras heréticas se faria notar em todo o período colonial; em fins do século XVIII o catálogo dos livros proibidos pelos tribunais da Inquisição era composto por 5.420 títulos, onde os enciclopedistas franceses figuravam com destaque (Dozer, 1966, p. 119; Campos, 1968, p. 29-33; Prada, 1968, p. 13-20; Blanco, 1966, p. 34-39).

Nas colônias inglesas, a censura é decretada pelas autoridades coloniais logo que surgem as primeiras tipografias; e nenhum impresso podia circular sem a competente "licença". Tanto assim que John Tebbel chama de "crença estereotipada" a sociedade livre que os colonos de Massachusetts buscaram na América. "De fato, isso não ocorreu" – enfatiza o autor – pois criaram aqui "um sistema de controle político-religioso do pensamento e da vida cotidiana tão opressivo como o que haviam deixado atrás de si" (Tebbel, 1967, p. 10). Explica-se desta maneira o fato de só um pequeno número de tipografias haver se instalado nas cidades norte-americanas, no século XVII, uma vez que o governo apressava-se "a punir qualquer impressor que excedesse os limites da liberdade concedida", obrigando-os de certo modo a procurarem cobertura governamental para que suas atividades não se tornassem deficitárias; daí o interesse com que os impressores disputavam as nomeações de "impressor real" ou "impressor da coroa" (McMurtrie, 1969, p. 402).

A situação brasileira não se configurava diferente. A legislação portuguesa era tão rigorosa quanto a espanhola e a inglesa, de modo que nada se podia publicar sem o consentimento dos órgãos censórios. Se, na própria metrópole lusa o controle da imprensa era vigiado acerbamente pela Inquisição e pelo Estado, condição diversa não poderia esperar a sua colônia americana! (Costella, 1970).

O aumento das atividades de impressão, em nosso continente, vai ocorrer às vésperas dos movimentos emancipacionistas, quando as amarras que nos impunham as metrópoles, nesse setor, tornam-se mais brandas. Em relação aos Estados Unidos e ao Brasil, a imprensa ganha maior ímpeto quando a censura prévia é abolida em ambas as nações, medidas que se fariam cumprir também nos territórios coloniais, abrindo caminho para o surgimento do Jornalismo. Na Inglaterra, isso ocorre em 1695; e a partir do século XVIII observamos em sua colônia o nascimento de uma grande quantidade de jornais, cujo número é calculado por Emery em aproximadamente 2.120, incluindo os periódicos da última década do século XVII e das duas primeiras do século XVIII.[22] No Brasil, a censura deixa de existir, com a Revolução do Porto, em 1820, seguindo-se a instalação de tipografias nas principais províncias e a criação de diversos jornais (Cunha, 1941, p. 226-280).

Nos territórios espanhóis, a censura persiste até o movimento da independência, pois as Cortes só instituem a liberdade de imprensa em 1812, quando a insurreição já se espraiava vitoriosa em todo o continente. Todavia, desde o início do século XIX, quando a Espanha capitula perante Napoleão, o rigor das autoridades coloniais diminui sensivelmente, ensejando até mesmo a formação do sentimento antifrancês que propicia a campanha da independência, sob a liderança das elites crioulas. Na verdade o jornalismo aparece nas colônias espanholas muito antes da independência, estimulado, controlado e usado pelas autoridades coloniais para atingir determinados objetivos. Trata-se, portanto, de uma manifestação limitada pela sua natureza, onde havia menos a preocupação da atualidade viva, do que o registro dos fatos para conhecimento dos pósteros. Essa característica está bem nítida naquela *Gaceta de México*, que circula em 1722, cuja finalidade era a de obter "uma fidelíssima relación de lo que acaece en estas dilatadas regiones", servindo para "formar unos anales en lo futuro, en que sin el cuidado de examinarlos, logre el aplauso de escribirlos, y los correspondientes, el de complacer a los que la Europa piden noticias de la América, para enriquecer con novedad sus historias" (Puente, 1962, p. 36).

[22] Emery observou também que esses jornais tiveram uma vida muito efêmera e mais da metade morreu antes de completar dois anos de idade; somente 34 conseguiram durar uma geração. (Vide: Emery, 1962, p. 81.)

A pesquisa realizada por Adolfo Otero,[23] catalogando as primeiras manifestações de Jornalismo em cada país hispano-americano, permite compreender melhor esse panorama. Predominantemente, as iniciativas de criação de jornais[24] decorreram de atos das autoridades governamentais seja para divulgar os fatos de interesse da Coroa, como destacamos acima, seja para defendê-los da rebelião emancipacionistas, em marcha. Vamos analisar essa situação, no quadro que segue, elaborado com dados coligidos por Otero:

País	Data de publicação do 1º jornal	Nome do jornal	Circunstâncias que levaram à sua fundação
Argentina	1801	Telégrafo Mercantil	Apoiado pelo Vice-Rei Juan José Vertiz
Bolívia	1811	El Telégrafo	Fundado pelo General Castelli
Colômbia	1808	El Papel Periódico	Fundado pelo Vice-Rei Espeleta
Costa Rica	1833	El Noticiero Universal de Costa Rica	Fundado pelo Governo independente
Cuba	1782	La Gaceta de la Habana	Jornal a Serviço do Rei
Chile	1812	La Aurora	Jornal a Serviço da Independência
Equador	1792	Premicios de la Cultura de Quito	Jornal Independente, que logo deixou de circular por não ter sido bem compreendido pelas autoridades coloniais.
El Salvador	1824	El Semanario Politico-Mercantil	Fundado pelo Governo Independente

[23] Reconhecemos que o trabalho de Otero apresenta algumas deficiências no seu conjunto. No entanto, decidimos tomá-lo como ponto de referência, em razão da sua metodologia homogênea, fornecendo elementos capazes de serem comparados, e incluindo todo o continente. Outros trabalhos do gênero, mais afamados, como é o caso do livro de Suarée, nem sempre permite uma visão global e semelhante da evolução do jornalismo em cada país. (Vide: Otero, 1953; Suarée, 1948.)

[24] Ao identificar os primeiros jornais do continente, desprezamos, seguindo a orientação de Otero, aquelas manifestações embrionárias de jornalismo, tipo *relações*, que não apresentaram periodicidade.

País	Data de publicação do 1º jornal	Nome do jornal	Circunstâncias que levaram à sua fundação
Guatemala	1729	La Gaceta de Guatemala	Órgão do governo colonial
Honduras	1830	La Gaceta del Gobierno	Órgão do governo independente
México	1722	Gaceta de México	Apoiado pelas autoridades coloniais
Nicarágua	1835	El Telegráfo Nicaraguense	Fundado pelo governo independente
Panamá	1819	El Fiscal y La Ley	Jornal a Serviço da independência
Paraguai	1845	El Paraguai Independiente	Fundado pelo Governo independente
Peru	1715	La Gaceta de Lima	Órgão do governo colonial
Porto Rico	1808	La Gaceta de Puerto Rico	Órgão do governo colonial
Rep. Dominicana	1821	El Telégrafo Constitucional de Santo Domingo	Órgão do governo independente
Uruguai	1807	The Southern Star / La Estrella del Sul	Órgão das Forças Britânicas de ocupação
Venezuela	1808	La Gaceta de Caracas	Órgão do governo colonial

Observamos, portanto, que dos 19 países hispano-americanos, 16 tiveram os seus primeiros órgãos jornalísticos graças a iniciativas governamentais, seja no período colonial, seja no período independente. Contrariam a tendência geral apenas três países: Chile e Panamá, cujos primeiros periódicos surgiram para servir à causa da independência; e Equador, onde o jornalismo nasceu como tímida iniciativa de jornalismo independente, e logo sofreu a sanção das autoridades coloniais. De tal modo foi a incompreensão em torno de *Premicios de la Cultura de Quito*, que outro jornal só apareceria no país, em 1809, já no curso do movimento de libertação.

Para tornar mais explícita essa tendência dominante no processo de estruturação do jornalismo hispano-americano, vamos apresentar outro quadro, por ordem cronológica:

Ano de publicação do 1º jornal	País	Período histórico			Natureza do jornal		
		Colonial	Transição	Republicano	Oficial	Oficioso	Independente
1715	Peru	x			x		
1722	México	x				x	
1729	Guatemala	x			x		
1782	Cuba	x				x	
1791	Colômbia	x			x		
1792	Equador	x					x
1801	Argentina		x		x		
1807	Uruguai		x		x		
1808	Venezuela		x		x		
1808	Porto Rico		x		x		
1811	Bolívia		x		x		
1812	Chile		x				x
1819	Panamá		x				x
1821	Rep. Dominicana			x	x		
1824	El Salvador			x	x		
1830	Honduras			x	x		
1833	Costa Rica			x	x		
1835	Nicarágua			x	x		
1845	Paraguai			x	x		

Mas o verdadeiro desenvolvimento da imprensa na América só se configurou, com todas as suas potencialidades, depois que cada país adquiriu a sua independência política e surgiram condições para incrementar a educação, a urbanização e a industrialização, fatores considerados indispensáveis, segundo Schramm (1970), para acelerar esse processo. Nos países que não conhece-

ram a imprensa no período colonial, como vimos no quadro anterior, todas as iniciativas para fomentar esse tipo de imprensa foram tomadas pelos novos governos independentes. Isso reflete a ausência de condições estruturais capazes de atrair o interesse dos particulares. E problemática semelhante iria ocorrer na maioria dos países ainda mesmo naqueles que já possuíam imprensa, impelindo os governos republicanos a subsidiarem as atividades das empresas jornalísticas e editoriais aí estabelecidas. Não é de estranhar, portanto, que os Estados Unidos, o país que primeiro alcançou no continente aquelas condições indicadas por Schramm, tenha sido o que mais desenvolveu a sua imprensa, efetuando uma revolução tecnológica, nessa área, que iria assumir projeção não apenas regional, mas mundial.

3

Implantação da imprensa no Brasil

3.1 Fatores que geraram o seu retardamento

A imprensa é oficialmente implantada no Brasil em 1808, logo depois de chegar a Corte de D. João ao Rio de Janeiro, onde se instala a sede do Reino Português, impedido de permanecer em Lisboa em face da invasão francesa.

Essa transferência circunstancial do governo luso para a sua colônia americana vai exigir uma série de transformações na estrutura social e econômica da região, de modo a criar condições para a permanência dos cortesãos emigrados. Mantinha-se o Brasil, até aquela época, em situação de atraso, não preenchendo os requisitos mínimos para abrigar o Príncipe Regente e seus nobres acompanhantes, acostumados aos progressos de uma capital européia.[1] Explica-se então o desvelo joanino em superar

[1] A intempestiva chegada da Família Real ocasionou transtornos à população do Rio de Janeiro, uma vez que a cidade não oferecia condições para acolher tantos e tão nobres viajantes. Assim é que "os principais negociantes e proprietários haviam cedido – consoantes a informação de Armitage – as suas respectivas casas para o alojamento da real comitiva; haviam aqueles desprezado e sacrificado seus interesses particulares por um desejo de honrarem os seus distintos hóspedes". Mas nem todos os recém-chegados eram tão distintos e tão pouco corresponderam com distinção aos seus hospedeiros. Ressalta Armitage que "um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a Família Real: foi necessário admiti-los nos diferentes ramos da administração. [...] Os novos hóspedes pouco se interessavam pela prosperidade do país: consideravam temporária a sua ausência de Portugal, e propunham-se mais a enriquecer à custa do Estado, do que administrar justiça ou a beneficiar o público". (Vide: Armitage, 1934, p. 34-35.)

rapidamente essas limitações do meio, tomando as providências necessárias para fazer funcionar aqui a máquina administrativa do seu governo.

Armitage, um quase contemporâneo desses acontecimentos, assim os descreve e sintetiza (1934, p. 33-34):

> "A esquadra portuguesa, composta de cinco naus, quatro fragatas, doze brigues, e alguns navios mercantes, deu à vela do Tejo no dia 29 de novembro de 1807, acompanhada pela divisão inglesa comandada pelo Almirante Sir Sidney Smith. Durante a viagem foram dispersas os navios por uma tempestade, que os obrigou a arribarem na Bahia; seguiram depois para o Rio de Janeiro onde a Família Real chegou em 7 de março de 1808. Um decreto datado de 28 de janeiro já havia franqueado os portos do Brasil às nações estrangeiras, e em 21 de outubro do mesmo ano se organizou um Banco nacional no Rio de janeiro. Criaram-se logo os principais tribunais para a administração das finanças e da justiça; promulgou-se um decreto permitindo o livre exercício de toda a espécie de indústria; instituíram-se várias repartições de segunda ordem para regularizar o comércio e outros objetos; e *finalmente estabeleceu-se a Imprensa Régia*. Fundaram-se uma Academia Militar, e outra de Cirurgia; *abriram-se ao público as portas da Biblioteca Real, que continha 60 mil volumes* [...]."

Observamos, portanto, que a implantação da imprensa não constituiu uma iniciativa isolada, mas vinculou-se a um complexo de medidas governamentais capazes de proporcionar o apoio infra-estrutural para a normalização das atividades da Coroa Portuguesa, aqui instalada de modo provisório.

Esse caráter de instituição prioritariamente destinada a executar os serviços da administração real está, aliás, bem demarcado no Decreto de 13 de maio de 1808:

> "[...] e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus Estados: sou servido, que a casa onde eles se estabelecerão sirvam interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação, e Papéis Diplomáticos, que emanarem de qualquer Repartição do meu Real Serviço" (Ipanema, 1949, p. 53).

Mas, numa região desprovida de oficinas tipográficas, obviamente os prelos transportados pela nau Meduza, por ordem de D. Antônio de Araújo Azevedo, depois Conde da Barca,[2] não poderiam ficar limitadas apenas à produção de impressos oficiais. As circunstâncias pelas quais a Corte emigrara para a colônia impunham um conjunto de necessidades a que a imprensa viria inevitavelmente a atender. Por um lado, a expectativa acerca dos acontecimentos que se desenvolviam na Europa como resultado do bloqueio continental organizado por Napoleão, e dos próprios fatos que ocorriam na nova sede do Governo, tornava imprescindível a obtenção de informações correntes ou esporádicas por parte da elite de reinóis. Por outro lado, a criação de escolas superiores e demais instituições culturais, bem como a dinamização do comércio, exigia a produção de livros, publicações e diferentes tipos de expedientes. Talvez, por isso mesmo, o decreto de Dom João fora redigido de modo a dar abertura para eventuais solicitações, diversas do objetivo principal como se pode depreender do item que completa o texto anteriormente transcrito: "e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras" (Ipanema, 1949, p. 153).

Logo depois, seriam publicadas as "Instruções Provisórias para o Regimento da Imprensa Régia" (24 de junho de 1808), onde a autoridade competente procurava estimular a edição de papéis comerciais e obras populares (folhinhas e almanaques), abrindo-lhes as portas da tipografia oficial:

[2] Registra Gondin da Fonseca que a tipografia trazida da Metrópole para a corte joanina era composta de "dois prelos e vinte e oito volumes de material tipográfico adquirido em Londres para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra". Apresenta aquele autor três hipóteses para o embarque do equipamento gráfico: (a) o embarque teria sido feito casualmente, na atrapalhação da fuga; (b) o embarque teria sido feito deliberadamente por Dom Antônio de Araújo Azevedo; (c) o embarque teria sido feito em Londres, e, não tendo havido oportunidade para desembarcá-lo em Lisboa, o material seguiu viagem para o Brasil. De todas, a hipótese mais provável é a segunda, pois à clarividência de um alto funcionário real como um futuro Conde da Barca não escaparia a grande utilidade da imprensa numa empreitada como a que se lançava Dom João, transferindo a sede do governo português para uma região pouco desenvolvida e onde poderia a Corte permanecer por largo período. (Vide: Fonseca, 1941, p. 12.)

"Igualmente procurará imprimir, a benefício do comércio, letras de câmbio, avisos mercantis, etc. Desde logo se ocupará da publicação de folhinhas para o próximo ano, e de ajuntar a elas tudo o que seja útil publicar para instrução do povo, assim como almanaques náuticos, de que há grande necessidade" (Ipanema, 1949, p. 155).

Não é sem razão que, além do material burocrático destinado à administração real, começam a sair daquela oficina alguns livros, opúsculos e instrumentos comerciais. Todavia, o seu mais significativo produto é, sem dúvida, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*,[3] cujo primeiro número circula no dia 10 de setembro de 1808, iniciando assim o jornalismo nacional.[4]

Examinando a legislação relativa à Impressão Régia, vamos observar que logo se afigura um certo conflito entre as facilidades proporcionadas por D. João para a edição de "quaisquer outras obras" e a presumível necessidade de se dar preferência aos impressos administrativos. É o que reflete concretamente uma das normas expedidas, no dia 26 de julho, em aditamento às instruções já aprovadas para o funcionamento daquela repartição:

3 A *Gazeta do Rio de Janeiro* surge de uma iniciativa de "funcionários superiores" da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, funcionando assim como *órgão oficioso* da administração portuguesa sediada no Brasil. Começa a ser publicada semanalmente, mas obteve grande aceitação, o que levou os seus dirigentes a abreviar a periodicidade, tornando-a bissemanal. Assim permaneceu até 1821; em agosto daquele ano (às vésperas da nossa emancipação política), passou a sair três vezes por semana, e mudou de denominação, chamando-se simplesmente Gazeta do Rio. Depois da proclamação da independência, viria a intitular-se *Diário do Império*. (Vide: Passos, 1952, p. 28-29).

4 Atribuir à *Gazeta do Rio de Janeiro* o início do jornalismo nacional representa uma das controvérsias mais discutidas na história da nossa imprensa, em face de a circulação do *Correio Braziliense* (editado em Londres, Hipólito da Costa) haver precedido o jornal do Frei Tibúrcio, em terras brasileiras. Deixamos, contudo, de analisar essa questão por considerá-la de reduzida importância para as finalidades do presente trabalho, e por entender também que o assunto já se encontra adequadamente estudado por autores como Carlos Rizzini, Alexandre Passos, Godin da Fonseca, entre outros. Sobre o papel e a contribuição de Hipólito da Costa para o nosso Jornalismo chamamos a atenção especialmente para os trabalhos de Rizzini, Mecenas Dourado, Fernando Segismundo; a respeito da significação da literária nos seus escritos do *Correio Braziliense*, mas vamos encontrar sugestivas análises nas obras de Antônio Cândido e Jacobina Lacombe. (Vide: Rizzini, 1957; Dourado, 1957; Segismundo, 1962; Cândido, "Os gêneros públicos – Hipólito da Costa", in: op. cit., s.d., p. 249-253; Lacombe, 1971.)

"A Direção fará imprimir antes de tudo as Leis e Ordens Régias que se lhes expedirem pelas repartições competentes, e depois os mais escritos, segundo as datas dos despachos da Direção para a sua impressão, e não permitirá alterar-se esta Ordem sem motivo urgente, ou determinação superior."[5]

Certamente, em razão disso, e é provável que também em face da estrutura censória logo instituída,[6] a produção da imprensa régia do Rio de Janeiro tenha sido limitada e medíocre, perfazendo um total de 1.154 trabalhos,[7] no período de 1808/1822. Eram "na maioria opúsculos e avulsos insignificantes, papéis de expedientes, editais, sermões, epicédios e epinícios, muitos impressos numa só página", segundo a observação de Rizzini (1946, p. 320).

5 Normas baixadas pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 26 de julho de 1808, com a aprovação do seu titular, Dom Rodrigo de Souza Coutinho. (Vide: Ipanema, 1968, p. 155.)

6 Inicialmente a censura das publicações editadas pela Impressão Régia coube à sua própria Direção, à qual foi atribuída "o encargo de examinar os papéis e livros que se mandarem imprimir, e de vigiar que nada se imprima contra a religião, governo e bons costumes" (Instruções Provisórias para o Regimento da Impressão Régia, 24/06/1808). Mas pouco tempo depois – em 27 de setembro do mesmo ano – o Príncipe Regente, por recomendação da Mesa do Desembargo do Paço, nomeava quatro censores régios: dois eclesiásticos e dois civis. (Vide: Ipanema, 1968, p. 154-158.)

7 A fonte utilizada por Rizzini para determinar o número de trabalhos impressos na tipografia real foi o estudo de Alfredo Valle Cabral (*Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*). Recentes pesquisas efetuadas por Maria Beatriz Nizza da Silva põem em dúvida a lista organizada por aquele autor, uma vez que o mesmo tomou por base, em muitos casos, os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, incluindo obras que teriam sido impressas em Lisboa e não no Brasil. Esse artifício de Valle Cabral deveu-se ao fato de que não lhe foi possível ver algumas das obras saídas dos prelos da Impressão Régia, pois já não eram encontradas nas bibliotecas brasileiras. De qualquer maneira a contestação da professora Nizza da Silva situa-se, ainda, no plano de mera hipótese de pesquisa, pois ela própria condiciona a sua opinião a um levantamento possível de ser realizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, a fim de determinar se algumas obras registradas por Valle Cabral "foram importadas e postas à venda na loja da *Gazeta*" ou se foram impressas no Rio. O argumento apresentado é o de que seria "pouco provável que houvesse outra edição carioca dos mesmos textos, no mesmo ano e com pouco intervalo de tempo, tanto mais que o custo da impressão era mais elevado no Rio do que em Lisboa". Por isso, a referida pesquisadora diz que continuará duvidando de Valle Cabral enquanto não tiver em mãos "edições desta obra com a indicação de terem sido impressas no Rio". (Vide: Maria Beatriz Silva, 1972.)

Na fase em que predominou o rígido controle das atividades de impressão (1808/1820), a média de trabalhos editados anualmente naquela oficina foi da ordem de 52 unidades, quantia que se avultou para 265 nos anos de 1821/1822,[8] quando é abolida a censura prévia no Reino, em conseqüência da Revolução do Porto de 1820.[9]

Analisando o conjunto das publicações impressas até 1821, Rizzini identificou pouquíssimas "obras científicas e literárias dignas de memória". O quadro seguinte permite visualizar comparativamente a produção global daquela oficina, segundo o levantamento de Valle Cabral,[10] e a quantidade de obras dotadas de significação intelectual, conforme a seleção de Rizzini:

[8] O total de trabalhos publicados pela Impressão Régia no período de 1808/1822 foi de 1.154, de acordo com a já citada fonte, comparando a produção dos dois anos que se seguiram à saída da Corte de Dom João VI do Rio para Lisboa (1821/1822) com o total de trabalhos executados no período anterior, vamos observar quão limitada foi a sua atividade, nos 13 primeiros anos de funcionamento. Vejamos essa relação no quadro que segue, estruturado com os dados recolhidos por Rizzini (1946, p. 320-321):

Período	Número de trabalhos publicados	%
1808/1820	623	54
1821/1822	531	46
Total	1.154	100

[9] Uma das medidas logo resultantes da Revolução do Porto (agosto de 1820) foi a expedição da portaria que facilitou "a impressão, e leitura dos bons livros e papéis Nacionais, e Estrangeiros para que não se retarde a notícia dos acontecimentos interessantes, nem a comunicação de idéias úteis para se dirigir à Opinião Pública, segundo os princípios de uma bem entendida liberdade civil". Vacilando ante a abolição imediata da censura prévia, o Governo Interino nomeia uma *comissão de censores* (20/09/1820); mas terminaria por baixar novo ato, atribuindo ao judiciário competência para decidir sobre os eventuais delitos cometidos através da imprensa (09/12/1820). Esses princípios foram incorporados ao estatuto aprovado pelas Cortes (09/03/1821), onde se proclamava que "a livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem" e que "todo o cidadão pode conseguintemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar". (Vide: Alfredo da Cunha, 1941, p. 163-269.)

[10] Valle Cabral, 1881, apud: Costa e Vidal, 1940, p. 98-99. Explicam aqueles autores que aquelas cifradas correspondem à "produção dos prelos da Oficina Régia até a Independência, afora outros trabalhos de menor valia". Valle Cabral é também a fonte utilizada por Oliveira Bello para o capítulo sobre "A Impressão Régia" do seu livro *Imprensa nacional – apontamentos históricos* (1908).

Ano	Produção da Impressão Régia	
	Total de trabalhos publicados, segundo Valle Cabral	Número de obras científicas e literárias dignas de memória, segundo Rizzini
1808	37	1
1809	62	2
1810	99	8
1811	70	4
1812	61	5
1813	30	3
1814	24	3
1815	43	2
1816	46	1
1817	44	1
1818	40	1
1819	44	2
1820	41	1

Com referência à produção de 1821/1822, "nada há a citar-se". Repercutindo aqui as medidas liberais proclamadas na metrópole, e dando vasão ao mesmo tempo aos anseios de independência que campeavam no país, "os prelos só imprimem panfletos, cartas, falas e proclamações" (Rizzini, 1946, p. 320-321).

Além da Impressão Régia, foram instaladas no Brasil, durante a permanência de D. João VI, mais duas tipografias: uma na Bahia (autorizada a funcionar em 1811) e outra em Pernambuco (autorizada em 1815, mas que só entrou em atividades em 1817). A oficina da Bahia contou com o patrocínio do Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, e funcionou normalmente, imprimindo diversos trabalhos sempre examinados e aprovados pela *comissão de censura* (três civis, dois eclesiásticos e um militar) ali instituída, além do *Jornal Idade d'Ouro do Brasil*, que publicou, até 1821, "os atos oficiais, anúncios e notícias gratulatórias e fúnebres" (Passos, 1952, p. 34-35). Já a oficina pernambucana teve vida efêmera, pois o início do seu funcionamento coincidiu com a Revolução de 1817, onde foram impressos alguns documentos revolucionários. Em conseqüência, as autoridades reais determinaram o seu confisco e o envio do material

apreendido ao Rio de Janeiro, para ser recolhido às dependências da Impressão Régia.[11]

Na realidade, a dinamização da imprensa em terras brasileiras só vai ocorrer depois da abolição da censura prévia no Reino. Se, até 1821, funcionaram regularmente tipografias em apenas duas cidades (Rio e Salvador), a partir daquele ano mais quatro receberiam os seus benefícios (Recife, São Luís, Belém, Vila Rica). No Rio de Janeiro, entrariam em funcionamento duas novas oficinas em 1821 e mais quatro em 1822 (Rizzini, 1946, p. 322). Excetuando-se, porém, essas regiões que dispunham de um certo nível de progresso já na época de dependência a Portugal, a imprensa só muito lentamente se iria expandindo por todo o país. Esse processo levaria cerca de trinta anos (a partir da emancipação política) para se completar, abrangendo todas as unidades estaduais, como se pode ver na cronologia elaborada por Rizzini:[12]

Estado	Ano de funcionamento regular das atividades de impressão tipográfica
1ª fase	
Rio de Janeiro	1808
Bahia	1811
2ª fase	
Pernambuco	1821
Maranhão	1821
Pará	1821
Minas Gerais	1821

[11] O governador Luiz do Rego Barreto não cumpriu totalmente as ordens emanadas da sede do Reino, retendo em Pernambuco uma parte do material que constituiria a tipografia de Catanho. Esse equipamento ficou depositado nos "Armazéns do Trem", denominação antiga do "Arsenal de Guerra", e serviu para imprimir a *Aurora Pernambucana*, jornal que circula a partir de 1821. Tendo ficado no Recife um conjunto de tipos, o governador Rego Barreto determinou entraria em funcionamento regular a partir de 1821, depois dos acontecimentos verificados em Portugal no ano anterior. (Vide: Vasconcelos, 1939, p. 45-46; Nascimento, 1971, p. 10-14; Nascimento, 1969.)

[12] Rizzini, 1946, p. 315-322. É interessante registrar que Luiz do Nascimento, em recentes pesquisas sobre a cronologia da imprensa nacional, apresenta algumas divergências em relação às datas apontadas por Rizzini. Vamos indicar, a título ilustrativo, essas variações: Pará (1822), Minas Gerais (1822), Mato Grosso (1839), Paraná (1854) e Amazonas (1851). (Vide: Nascimento, 1971, p. 19-21.)

Estado	Ano de funcionamento regular das atividades de impressão tipográfica
3ª fase	1824
Ceará	1826
Paraíba	1827
São Paulo	1827
Rio Grande do Sul	1829
Estado do Rio	1830
Goiás	1831
Santa Catarina	1831
Alagoas	1832
Rio Grande do Norte	1832
Piauí	1832
Sergipe	1840
Espírito Santo	1840
Mato Grosso	1849
Paraná	1852
Amazonas	

3.2 *Circunstâncias do retardamento: os aspectos políticos e econômicos*

O atraso na implantação da imprensa, em nosso país, é um dos assuntos que tem merecido pouca atenção dos especialistas. Os pesquisadores que o examinaram até agora o fizeram de modo parcial, não se detendo para uma análise aprofundada das circunstâncias que geraram o retardamento.

Não obstante constitua um problema escassamente investigado, a verdade é que lhe são feitas referências nos trabalhos de diversos autores. De um modo geral, trata-se de apreciações sumárias e pouco explícitas, revelando julgamentos em certo sentido apressados. O que talvez seja uma contingência da natureza das obras em que estão inseridos, quase sempre monografias e ensaios destinados a traçar roteiros evolutivos da comunicação impressa.

Com pequenas variações de perspectivas, esses autores identificam-se por um tipo de análise que enfatiza os aspectos políticos da questão. Filiam-se a essa corrente, entre os mais antigos, Alfredo de Carvalho (1908a, p. 638), Moreira de Azevedo (1865, p. 169-224), Cunha Barbosa (1902, p. 239-262); e, entre os mais recentes, Alexandre Passos (1952), Juarez Bahia (1972), Barbosa Mello (1972).

Alfredo de Carvalho, por exemplo, defende o ponto de vista de que a proibição da imprensa decorreu de uma diretriz geral do governo português, impedindo quaisquer melhorias na colônia, a fim de manter a sua situação de dependência.[13] Senão, vejamos:

[13] Considerando a hipótese de que o atraso na instalação da imprensa significou um artifício utilizado pela metrópole para evitar a nossa independência, é que alguns autores defendem o ponto de vista de que a ausência de tipografias no período colonial efetivamente retardou a emancipação política brasileira. Barbosa Lima Sobrinho, talvez o primeiro escritor a sugerir a segunda hipótese, procura apoiar-se naquela negativa de Jefferson a José Joaquim da Maia, apontando a inexistência da imprensa no Brasil como um dos obstáculos à independência. Tal proposição encontra, todavia, resistência por parte de alguns autores, como é o caso de Danton Jobim, que argumenta da seguinte maneira: – "É possível que algum historiador ou sociólogo de imaginação descubra conseqüências maiores para o nosso desenvolvimento da inexistência, no Brasil, por essa época, de periódico do tipo dos que se editavam em alguns países da América Espanhola. Mas a realidade é que se influência houve, deve ter sido desprezível. As folhas que se imprimiam nas colônias vizinhas eram muito rudimentares no que toca à sua capacidade de refletir as idéias e os acontecimentos. Estavam a serviço dos delegados espanhóis da América e eram lidas por número reduzidíssimo de pessoas. Sua possível influência só poderia ter sido decisiva se atingisse o núcleo pequeníssimo de letrados de onde saíram os líderes da geração da independência. E este núcleo começava a ser atraído no século XVIII pelas idéias novas, contrabandeadas na Europa, pouco se lhes dando o que se imprimia ou deixava de imprimir nos pobres jornais conformistas, redigidos *ad usum delphini*, a ponto de poderem ser considerados simples circulares ditadas pelos governos locais a seus escribas". Na verdade, a observação de Jefferson parece, à primeira vista, fora de propósito, querendo transpor mecanicamente para o Brasil (uma colônia em sua grande maioria de analfabetos) o papel desempenhado pela imprensa na consolidação dos ideais emancipacionistas da colônia inglesa (onde havia uma proporção razoável de pessoas alfabetizadas, que poderiam ter acesso a jornais, livros, panfletos). Mas o seu erro de perspectiva encontra explicação nos dados pouco realistas que lhe foram transmitidos por Vendek (pseudônimo de Maia). Na carta a Jay, resumindo os seus contactos com o estudante brasileiro, Jefferson dá a entender que a população do Brasil era formada por pessoas que, em sua maioria, sabiam ler e escrever. Admitindo como verdadeira essa informação, é natural que ele lastimasse a ausência da imprensa, indicando-a como obstáculo à independência política. Mais adiante, voltaremos a analisar alguns aspectos relacionados com essa questão. (Vide: Barbosa Lima Sobrinho, 1923, p. 84; Jobim, s.d., p. 180-181; Instituto Histórico..., 1884, p. 128.)

"em todo o longo transcurso do período colonial não houve no Brasil, talvez, manifestação alguma de progresso a que a metrópole deixasse de corresponder com medidas proibitivas, ou providências vexatórias, ditadas por uma política suspicaz que antevia na prosperidade da vasta possessão americana a certeza da sua independência" (Alfrredo de Carvalho, 1908a, p. 27).

Por sua vez, Moreira de Azevedo atribui à imprensa a tarefa de difundir a instrução e estimular o desenvolvimento cultural, fato que não poderia agradar às autoridades da metrópole. "Não convinha a Portugal – explica o autor – que houvesse civilização no Brasil; desejando conservar essa colônia atada ao seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância" (Moreira de Azevedo, 1865, p. 173). Enquanto isso, Cunha Barbosa refere-se de modo vago e pouco elucidativo ao "capricho do governo português em não consentir absolutamente o estabelecimento de uma imprensa no Brasil" (1902, p. 245).

Para Alexandre Passos (1952, p. 119), os lusitanos consideravam a imprensa como o instrumento que poderia perpretar o crime da independência: – "o arbítrio da realeza estava acima da menor aspiração de cultura, que pudesse, de longe, conduzir a colônia ao grande crime de querer ser livre".

Na mesma linha de pensamento, Juarez Bahia (1972, p. 13) responsabiliza o regime de Portugal pelo "atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias", uma vez que, "por todo o período colonial, asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa".

E, proclamando a "obstinada oposição obscurantista da Metrópole",[14] Barboza Mello louva o decreto de 13 de maio de 1808, por meio do qual D. João criou a imprensa régia. "Nesse dia – acrescenta – tivemos a abolição das medidas da liberdade de pensamento através da palavra escrita" (Mello, 1972, p. 333).

Como se pode verificar, tais proposições revelam-se pouco homogêneas, denotando uma relativa pobreza de argumentação e

[14] Juízo semelhante formulam Luiz do Nascimento e Paulo Duarte. O primeiro afirma que "por motivos inconfessáveis, teimava Lisboa em não consentir o surgimento da imprensa no Brasil". O segundo escreve que o advento da imprensa em nosso país esteve sob o "signo da perseguição". (Vide: Nascimento, 1971, p. 10; Duarte, 1972, p. 2.)

indicando frágil apoio documental. Examinando detidamente a natureza das respectivas colocações, deparamo-nos, todavia, com uma base comum de sustentação, em alguns casos somente perceptível depois de exaustivas leituras dos textos que as abrigam.

Poderíamos resumir tais observações no seguinte postulado: – A imprensa demora a ser instalada no Brasil por razões essencialmente políticas. Portugal resguardando os seus interesses de metrópole colonizadora, utiliza todos os recursos disponíveis para impedir o funcionamento de qualquer tipografia na colônia americana. Essa posição teria fundamento na intransigência dos dirigentes lusos ante a possibilidade de se concretizar a independência brasileira.

Vamos analisar, a seguir, a procedência e a validade desses elementos explicativos.

Em primeiro lugar, não rejeitamos a hipótese de que Portugal poderia também ter suas razões políticas para evitar que a imprensa se desenvolvesse no Brasil, dentro do contexto global das limitações impostas pelas nações colonialistas aos seus territórios d'além-mar. Tanto, assim, que nenhuma providência formal foi tomada para introduzir prelos e tipografias em nosso país, durante três séculos de colonização, somente ocorrendo isto no início do século XIX.[15]

Mas, também, não podemos afirmar que a metrópole houvesse tomado medidas definidas, de ordem geral, para impedir o funcionamento da imprensa em terras brasileiras. O precedente verificado nos territórios coloniais do Oriente, como vimos no

[15] Referindo-se a esse aspecto da questão, declara Rubens Borba de Moraes, que "não se sabe de nenhuma iniciativa tomada, quer pelas autoridades da Colônia, quer pelas ordens religiosas, para se introduzir a imprensa no Brasil". Essa afirmativa merece algumas considerações: (1º) no que se refere às autoridades coloniais, é preciso dizer que as tentativas de implantação de tipografias em 1706, em Pernambuco, e em 1747, no Rio de Janeiro, contaram inegualavelmente com beneplácito dos governadores locais, respectivamente Francisco de Castro Morais e Gomes Freire de Andrade; (2º) no que se refere às ordens religiosas, não se tem evidentemente nenhuma prova substancial que permita negar a sua observação. No entanto, o testemunho do Pe. Serafim Leite dando a entender que no Rio de Janeiro os jesuítas tentaram manter uma tipografia, por volta de 1724, já é um ponto de partida para se formular um certo julgamento sobre a posição dos eclesiásticos. (Vide: Moraes, 1965, p. 148.)

capítulo anterior, põe por terra toda a argumentação de que Lisboa visualizava na imprensa um instrumento revolucionário, capaz de propiciar a libertação dos povos colonizados, e que, por isso mesmo, deveria ser aniquilada. Ao contrário, a imprensa foi no Oriente um recurso eficaz para assegurar a submissão das populações, tarefa a que os missionários se entregaram com entusiasmo.

Em complementação a esse raciocínio, diríamos que não existiu uma legislação expressamente restritiva à instalação de tipografias no Brasil.[16] O que se costuma apresentar como prova da intransigência lusa são documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades. Referimo-nos aos textos legais de 1706 e de 1747, determinando a apreensão de tipografias aqui instaladas clandestinamente.[17]

[16] Na realidade, o governo português não chegou a expedir disposições legais que vedassem explicitamente a instalação e funcionamento de tipografias no Brasil. Na vasta bibliografia sobre a imprensa brasileira nada se registra a esse respeito. A única referência sobre a matéria é feita por Pereira dos Reis, que menciona um alvará (20 de março de 1720), proibindo "a impressão de livros na Colônia, para proteger as edições da metrópole". Todavia, é bastante duvidosa a existência de tal diploma legal. O autor não menciona a fonte da sua informação, o que impede uma diligência para comprová-la. Independente disso, realizamos uma busca minuciosa na legislação portuguesa referente ao Brasil, especialmente sobre a imprensa, não encontrando nenhum indício do suposto alvará ou de legislação semelhante. Ademais, em se tratando de um alvará, dispositivo legal de grande amplitude, seria muito difícil que escapasse à observação de um Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro que permitiu a instalação da oficina de Isidoro da Fonseca, em 1747, ou do bispo da mesma cidade, que favoreceu a impressão de algumas obras, expedindo a licença solicitada. É difícil crer, também, que pesquisadores do porte de Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa ou Carlos Rizzini, para só citar um contemporâneo, deixassem passar despercebido tão significativo documento. Acreditamos, realmente, que Pereira dos Reis fez a indicação sem procurar verificá-la com exatidão, incidindo portanto num lamentável engano. (Vide: Reis, 1964, p. 66.)
Wilson Martins mostra-se cético ante a existência da carta régia de 1706, que determina a busca e apreensão da tipografia que funcionou no Recife. Vejamos a sua argumentação: "[...] teriam realmente existido oficina e ordem régia dessa data?" Pesquisando o assunto, a meu pedido, no Arquivo Nacional, verificou Edson Nery da Fonseca a inexistência de qualquer ordem ou carta régia com aquela data, sobre oficinas tipográficas no Brasil. Suponho, em consequência, que Alfredo de Carvalho se haja enganado na data da ordem régia de 06 de julho de 1747, que essa, sim, existe, e praticamente com a mesma redação". No entanto, mostra-se muito frágil a contestação de Wilson Martins, baseando-se apenas numa pesquisa feita no Arquivo Nacio-

Ora, há uma diferença muito grande entre um diploma legal proibindo taxativamente o funcionamento de tipografias (que não chegou existir) e determinações isoladas de confisco das oficinas montadas sem autorização dos governantes metropolitanos.[18]

Aliás, é importante assinalar que a fundamentação daqueles textos jurídicos pauta-se muito mais em razões econômicas do que políticas. Cotejando as referidas cartas régias e provisões, podemos apontar os seguintes elementos que norteiam a decisão dos dirigentes lusos: (1) os custos de impressão seriam maiores na colônia que no Reino; (2) a exigência de obter licenças da Inquisição e do Conselho Ultramarino tornaria moroso e dispendioso o processo de edição; (3) esses aspectos vinham favorecer as tipografias metropolitanas, que poderiam confeccionar todo o

nal, onde estão guardados quase que somente os documentos legais dirigidos ao Governador do Rio de Janeiro, e, depois, ao Vice-Rei do Brasil. A fonte de Alfredo de Carvalho é, contudo, fidedigna, invalidando quaisquer dúvidas a respeito. Aliás, diga-se de passagem que Alfredo de Carvalho foi um historiador em cujo "método de trabalho paciente e contínuo" Gilberto Freyre identificou a marca do impacto germanizante que caracteriza a sua origem e a sua formação intelectual. O que se traduz por seriedade e rigor científico. Mas a sua fonte foi o pernambucano Pereira da Costa, que selecionou e catalogou os mais importantes documentos existentes nos arquivos públicos de Pernambuco, muitos deles vindo a constituir o atual acervo do Arquivo Público Estadual, entre os quais estaria a carta régia de 8 de julho de 1706, dirigida ao governador Francisco de Castro Moraes. Segundo o registro feito por Pereira da Costa nos *Anais Pernambucanos*, aquele texto legal ordenava ao governador de Pernambuco "que mandasse seqüestrar as letras impressas e notificar os donos e oficiais de uma tipografia estabelecida na povoação do Recife – que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma tipografia". A propósito dessa questão, Serafim Leite apresenta um argumento definitivo, quando informa que teve em seu poder um dos documentos impressos na tipografia pernambucana. Vejamos, o seu testemunho: "Houve uma tipografia em Pernambuco nos princípios do século XVIII, que imprimiu letras de câmbio, orações e estampas religiosas, os chamados *registros*, um dos quais, possuíam, oferecemos, em 1950, ao Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, diretor dos Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil. Essa tipografia foi mandado fechar por ordem régia em 1706". (Vide: Martins, 1957, p. 340; Pereira da Costa, 1953, p. 92-93; Freyre, 1971b, p. 104-126; Leite 1953, p. 102-103.)

[18] Não obstante os proprietários das tipografias montadas no Recife em 1706, e no Rio, em 1747, tivessem deixado de pleitear antecipadamente a licença das autoridades metropolitanas, é plausível, no entanto, que contassem com o beneplácito das autoridades locais (governadores), sem o qual ambas as tipografias não poderiam ter funcionado, dadas as características do meio, certamente sob o controle total.

material necessário à colônia e providenciar também a liberação daqueles trabalhos cuja circulação dependesse de autorização expressa dos órgãos censórios.[19]

Essa interpretação encontra amparo na diretriz seguida pelo governo português, e, de resto, por todos os países colonizadores, evitando a existência de atividades industriais nas colônias. Isso significava uma defesa dos interesses metropolitanos, assegurando o privilégio das iniciativas manufatureiras para as regiões européias e reservando aos territórios ultramarinos o papel de consumidores dos produtos industriais do Reino. Se isso ocorreu no setor da indústria têxtil e em outros setores básicos da atividade colonial, não seria difícil que o mesmo princípio fosse seguido na esfera cultural, certamente considerado um luxo naquela ocasião. (Vide: Novaes, 1966, p. 145-146; Sodré, 1969.)

Reportando-nos às experiências das colônias inglesa e espanhola na América, lembremos que as escassas tipografias ali existentes não significaram, em momento algum, concorrência aos estabelecimentos gráficos das respectivas metrópoles. As suas atividades foram suficientemente limitadas para circunscreverem-se à impressão de trabalhos catequéticos ou material burocrático de pequena monta. Durante todo o período colonial, aqueles territórios mantiveram-se importando livros e outras publicações das editoras européias.

Rubens Borba de Moraes, pesquisador consagrado na área da bibliografia brasileira, apresenta argumento com o qual o nosso raciocínio coincide em alguns pontos.

No seu entender, "o governo português tinha motivo (tendo-se em conta a mentalidade da época) para temer uma futura concorrência à indústria gráfica do Reino. Convinha, portanto, matar a iniciativa logo de início. As razões que levaram o governo a confiscar a tipografia de Isidoro da Fonseca em 1747 e a lhe ne-

[19] A legislação sobre a matéria é a seguinte: Carta régia de 8 de julho de 1706, dirigida ao governador de Pernambuco, Francisco de Castro Morais Rego; provisão de 10 de maio de 1747, dirigida ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire; carta régia de 6 de julho de 1747, dirigida ao governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha; provisão de 6 de julho de 1747, dirigida ao governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire. (Vide: Martins, 1957, p. 341; Pereira da Costa, *Anais*..., p. 92-93.)

gar a volta ao Brasil em 1750,[20] estavam baseadas em princípios mercantis vitais para a economia da metrópole".[21]

Outro aspecto a merecer reflexão é a condescendência com que Portugal procedeu em relação aos autores brasileiros. Ao invés de impedir a publicação dos seus livros – como seria de se esperar em havendo uma orientação política no sentido de restringir a manifestação de pensamento, através da imprensa, daqueles que viviam na colônia – autorizou a impressão dos mesmos nas tipografias do Reino e permitiu a circulação inclusive em terras brasileiras.[22] Para isso, certamente contribuiu aquele espírito mercantil de incrementar a produção da indústria gráfica

[20] A propósito da recusa que o governo português antepôs secamente ao pedido de Antonio Isidoro da Fonseca para voltar a trabalhar, com sua oficina, no Rio ou na Bahia, em 1750, outra interpretação não podemos dar que a de um castigo imposto a alguém que ousara a desafiar as autoridades metropolitanas. O fato de instalar no Brasil uma tipografia sem obter a anuência do Conselho Ultramarino e das repartições competentes já era suficiente para lhe fechar as portas dos favores reais. Considere-se, ainda mais, que Isidoro da Fonseca, antes de emigrar para a colônia, experimentara embaraços financeiros do reino, razão pela qual também não gozaria de boa reputação junto à administração lusitana. Nem mesmo o seu passado de impressor conceituado em Lisboa, onde trabalhou durante mais de dez anos, até 1745, ano de sua viagem ao Brasil, atuaria como atenuante para a obtenção da *clemência* solicitada. Tanto assim que a sua petição teria sido indeferida liminarmente, sem sequer entrar autoridade na apreciação do mérito. (Vide: Rizzini, 1946, p. 312-313.)

[21] Moraes, 1969, p. 153. Max Fleiuss, não obstante atribua validade à tese de natureza política, reconhece e enfatiza também os motivos de ordem econômica. "À velha Metrópole – afirma – muito principalmente convinha manter sempre subjugadas ao despotismo reinol as suas melhores colônias, se liberdade de comércio ou de indústria, entregues completamente à própria miséria e ignorância. Receando qualquer prurido de independência, destruía os prelos, como máquinas infernais e perseguia os míseros impressores, como falsários". [...] "Era principal interesse de Portugal garantir, a todo transe, o monopólio de suas indústrias, excluindo a concorrência das fábricas congêneres de Além-Mar, a exemplo, aliás do que impusera a política ferrenha de lorde Chatam, na Inglaterra, às colônias inglesas da América". (Vide: Fleiuss, 1922, p. 1552.)

[22] Naturalmente a permissão dada para a publicação dos livros de autores brasileiros não escapou à severa vigilância que em todo o Reino se fazia através da Inquisição e de outros órgãos censórios. Como explica Soares Amora: "*A literatura luso-brasileira* desenvolveu-se nos meados do século XVI ao começo do século XIX, no estado do Império Português, o que significa que desenvolveu dentro das condições culturais, ou mais particularmente, políticas, que mantiveram a unidade desse Império. E a esse propósito já não é novidade dizer que a política imperial portuguesa, inconfundível em seus aspectos morais e éticos, fez-se sempre, muito naturalmente, no sentido da posse ciosa do mundo que conquistou, povoou e civilizou". (Vide: Amora, 1958, p. 5.)

e editorial da metrópole, que, como sabemos, era pouco desenvolvida.

Basta examinar, mesmo rapidamente, a substanciosa Bibliografia Brasileira do Período Colonial, compilada por Rubens Borba de Moraes (1969), para se ter uma idéia da relativa facilidade que encontravam os escritores do período colonial brasileiro para editarem as suas obras em Portugal.[23]

No conjunto dos estudos históricos sobre o jornalismo brasileiro, vamos encontrar um único autor, cuja análise do fenômeno do retardamento da imprensa em nosso país denota uma posição original, destoando dos demais pesquisadores já mencionados. Trata-se de Nelson Werneck Sodré, responsável por significativas contribuições à história da imprensa nacional.[24] Sua obra reúne um acervo de informações de grande valor, não apenas por englobar todos os períodos da evolução do nosso jornalismo, mas também pela própria metodologia adotada,[25] o que oferece

[23] Antônio Cândido justifica em parte essa facilidade, quando analisa a natureza das obras escritas por brasileiros no período colonial. "Os homens que escrevem aqui durante todo o período colonial são, ou formados em Portugal, ou formados à portuguesa, iniciando-se no uso de instrumentos expressivos conforme os moldes da mãe-pátria. A sua atividade intelectual, ou se destina a um público português, quando desinteressado, ou é ditada por necessidades práticas – administrativas, religiosas". Conclui, advertindo: "É preciso chegar ao século XIX para encontrar os primeiros escritores formados aqui e destinando a sua obra ao magro público". (Vide: Cândido, 1968, p. 92.)

[24] Antônio Cândido justifica em parte essa facilidade, quando analisa a natureza das obras escritas por brasileiros no período colonial. "Os homens que escrevem aqui durante todo o período colonial são, ou formados em Portugal, ou formados à portuguesa, iniciando-se no uso de instrumentos expressivos conforme os moldes da mãe-pátria. A sua atividade intelectual, ou se destina a um público português, quando desinteressado, ou é ditada por necessidades práticas – administrativas, religiosas". Conclui, advertindo: "É preciso chegar ao século XIX para encontrar os primeiros escritores formados aqui e destinando a sua obra ao magro público". (Vide: Cândido, 1968, p. 92.)

[25] Fugindo completamente ao esquema da análise peculiar à maioria dos trabalhos sobre a imprensa brasileira, Werneck Sodré propõe um tipo de abordagem que procura conjugar a periodização da nossa história política e a periodização da própria história do jornalismo. Nos estudos anteriores ao seu, encontramos quase sempre a predominância das fases marcantes da nossa evolução política, vindo a reboque o desenvolvimento da imprensa e dando muitas vezes a entender que seriam coincidentes. Apesar da natureza sumária das suas considerações metodológicas, identificamos em Werneck Sodré o primeiro pesquisador a se preocupar em estabelecer uma periodização autônoma para a história da imprensa brasileira. Ele aponta a seguinte divisão, afir-

outras orientações para o estudo da comunicação impressa e da comunicação de atualidades no panorama do desenvolvimento cultural do Brasil.

A interpretação de Werneck Sodré caracteriza-se por uma diretriz eminentemente econômica. Ele defende a idéia de que a imprensa constituiu, nos seus primórdios, uma decorrência da estruturação do capitalismo, convertendo-se pouco a pouco em instrumento da sociedade por ele gerado. Logo, a atividade capitalista representa condição indispensável para a existência e o desenvolvimento da imprensa (Sodré, 1969, p. 1-6).

Partindo dessa premissa, entende aquele historiador que o Brasil-Colônia não apresentava uma situação econômico-social capaz de propiciar o advento da imprensa, sobretudo em face do escravismo dominante. Esse aspecto, na sua opinião, afigurava-se como obstáculo mais poderoso que os impedimentos oficiais determinados pelas autoridades metropolitanas (Sodré, 1969, p. 19-20).

Comparando a posição da imprensa na América Espanhola e Portuguesa, ele diz que tanto a imprensa como a universidade foram instrumentos através dos quais os colonizadores procuraram impor suas respectivas culturas, destruindo ou sufocando as culturas locais, onde encontraram civilizações adiantadas. No Brasil, essa necessidade não ocorreu, pois os portugueses aqui surpreenderam comunidades primitivas, na idade da pedra lascada. Daí a inexistência de tipografias e universidades no período colonial (Sodré, 1969, p. 12-14).

No entanto, o elemento fundamental da sua argumentação é o vínculo indissolúvel entre imprensa e capitalismo. No caso brasileiro, ele explica o fenômeno como conseqüência natural da "ausência de capitalismo, ausência de burguesia", enfatizando: "só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu" (Sodré, 1966, p. 33).

---

mando que é "a única repartição acorde com a realidade": *imprensa artesanal e imprensa industrial*. Relacionando esses períodos com as fases da história política do Brasil, ele adota em seu livro um roteiro que pode ser descrito da seguinte maneira: (1) imprensa artesanal: imprensa colonial, imprensa da independência, pasquins, imprensa do império; (2) imprensa industrial: a grande imprensa e a crise da imprensa. (Vide: Sodré, 1966, p. 7.)

Inegavelmente, as hipóteses levantadas por Werneck Sodré revestiram-se de singularidade, dentro dos marcos conceptuais até então utilizados pelos estudiosos da nossa imprensa. Como vimos anteriormente, a maioria dos pesquisadores da evolução do jornalismo nacional situa-se numa perspectiva que valoriza apenas os aspectos de natureza política. Introduzindo uma abordagem econômica, ele traça novos caminhos para um reexame das teorias aceitas e acatadas tradicionalmente.

Contudo, isso não significa que as suas teses possam ser recebidas de modo tranqüilo. Elas encerram alguns aspectos que inspiram fragilidade, quando não se revelam contraditórias em seu próprio contexto.

Vamos retomar os elementos básicos da argumentação proposta por Werneck Sodré, submetendo-os a um exame crítico, dentro dos limites que caracterizam o objeto do presente estudo.[26] A única dificuldade para realizar adequadamente essa tarefa é a escassez de informações que permitam delinear com precisão as hipóteses formuladas pelo autor. A questão que nos interessa em especial não foi tratada senão ligeiramente, circunstância justificável pela natureza da obra em que está localizada. Por isso, recorremos a outros livros do escritor para buscar dados complementares tentando assim elucidar aqueles conceitos registrados de modo sintético, sem muita clareza e objetividade.

Consideremos inicialmente o seu postulado principal: ligação entre imprensa e capitalismo, constituindo o primeiro elemento um reflexo do segundo. Essa questão enseja dois tipos de comentários:

a) Realmente a imprensa surge na Europa na época de formação do capitalismo[27] e estrutura-se com uma orientação in-

---

[26] Deixamos, aqui, de considerar uma série de outros problemas e dúvidas que se nos apresenta a leitura do livro de Werneck Sodré, para concentrar as nossas observações às suas teses sobre o atraso com que a imprensa surge no Brasil. Entendemos correto esse procedimento para evitar dispersão de esforços na compreensão daqueles aspectos fundamentais para a estrutura do presente trabalho, mesmo desprezando outros elementos que teriam interesse complementar. Todavia, faremos referência a alguns deles, sempre que os julgarmos imprescindíveis para formular a nossa própria argumentação.

[27] "Quando falamos em capitalismo, – diz Honório Rodrigues – queremos sempre nos referir ao Capitalismo moderno, ou seja, à sociedade em que predomina a economia

trinsecamente mercantil, como vimos no primeiro capítulo; representando "a primeira mecanização de um ofício manual)", como analisa McLuhan,[28] é evidente o seu relacionamento com a ordem capitalista em ascensão, cujo desenvolvimento se fará de modo concomitante com o desenvolvimento da imprensa.

b) Mas, daí a sugerir que a evolução da imprensa é resultante única e exclusiva do desenvolvimento do capitalismo, há uma grande diferença. Como observamos inicialmente, o aparecimento da imprensa deve-se à conjugação de uma série de fatores, em que a expansão mercantilista na Europa, embrião do capitalismo, situa-se como uma das variáveis.

Poderíamos, aliás, contra-argumentar que o desenvolvimento capitalista não prescindiu da utilização da imprensa para a sua solidificação, seja através da produção de instrumentos básicos da sua engrenagem (expedientes comerciais, bancários e burocráticos de um modo geral), seja através da difusão de conhecimentos que conformariam a atuação da nova elite dirigente, seja finalmente através do uso do seu potencial de influência junto às massas alfabetizadas, contribuindo para abalar a estrutura do poder feudal.

Poderíamos também formular concepção oposta, apresentando grosseiramente o capitalismo como resultante da imprensa; isso se adotarmos a ótica de Max Weber (1967) que subordi-

monetária, na qual os trabalhadores trabalham pelo salário e os empregadores como proprietários controlam os meios de produção e decidem como usá-los, de acordo com um cálculo de lucro. Queremos nos referir a esse período atual da história das sociedades ocidentais em que o capital se tornou um fator essencial da produção industrial e subtrai uma parte dos lucros da indústria. Ele não deve ser datado de idade muito recente, como fez Marx, a saber, do desenvolvimento das instituições inglesas, da descoberta da máquina a vapor, do triunfo definitivo do individualismo. Nascer com as descobertas marítimas, com a abertura dos mercados imensos, com os novos centros de produção e com o afluxo de metais preciosos. O comércio e o mercado mundial é que o inauguram definitivamente, quando, no século XVI, se verifica a expansão mercantilista de algumas nações européias". (Vide: Rodrigues, 1970, p. 232)

[28] McLuhan não apenas considera a imprensa como "a primeira mecanização de um ofício manual", mas a aponta como responsável pela experiência da "produção em série", que robusteceria sensivelmente a estrutura do capitalismo industrial. No sua opinião, "a palavra imprensa foi a primeira coisa produzida em massa, foi também o primeiro *bem* ou *artigo de comércio* a repetir-se ou reproduzir-se uniformemente". (Vide: McLuhan, 1972, p. 176-200.)

na o desenvolvimento do capitalismo à vigência da ética protestante. Não é tão difícil aceitar essa correlação, se admitirmos, com Febvre e Martin (1962, p. 305), que o livro desempenhou "um papel essencial" no desenvolvimento do protestantismo. Vê-se, portanto, que o problema não é demasiado simples e tangível como pretende Werneck Sodré.[29]

Outro aspecto a merecer nossa atenção é a afirmativa que constitui um corolário da questão anterior: a imprensa não surgiu antes no Brasil porque não havia capitalismo e burguesia no período colonial. Encaramos essa posição como uma tentativa de aplicar literalmente os modelos que presidiram o desenvolvimento da imprensa européia ao seu advento e progresso em terras americanas. Tanto assim, que o autor admite só haver a imprensa encontrado ambiente favorável nos países onde, o capitalismo se desenvolveu. Esse raciocínio apresenta-se, em certo sentido, marcadamente contraditório. O autor conceitua capitalismo como o "regime de produção" sucessivo em relação à comunidade primitiva, escravismo e feudalismo (Sodré, 1971, p. 4). Como tal, não se confunde com o desenvolvimento mercantil (de um modo geral considerado como a sua primeira fase), mas, surge em decorrência deste. Na sua opinião, o capitalismo e a burguesia configuram-se apenas quando a sociedade se divide em dois grupos: o dos proprietários e o dos assalariados (Sodré, 1964, p. 22). Se assim fosse, o nascimento e a expansão da imprensa na Europa só teriam ocorrido um ou dois séculos depois, quando "se completam as condições que permitem o aparecimento" da nova classe, promovendo a "liquidação das relações feudais" (Sodré, 1964, p. 18). Essa perspectiva choca-se completamente com a própria evidência da ascensão da imprensa, que antecede o "regime de produção" a que Werneck Sodré insinua a sua ligação umbilical. Para indicar de modo mais explícito à sua contradição, vejamos o seguinte: referindo-se a Portugal na épo-

[29] Nesse sentido, as observações de Werneck Sodré sob as vinculações entre imprensa e capitalismo pecam por um esquemático simplificador que torna difícil a compreensão dos seus conceitos, muitas vezes apresentados sob a forma de palavras-chave. Daí o recurso que adotamos de procurar subsídios em suas obras anteriores, onde algum desses aspectos não diretamente relacionados com a imprensa estão mais bem desenvolvidos.

ca dos descobrimentos marítimos, ele assegura que "não havia, então, modo capitalista de produção e não havia, em conseqüência, burguesia como classe dominante, embora tenha havido, e com papel de relevo, um grupo mercantil relativamente importante". E acrescenta: – Esse grupo não pode ser confundido, "com a existência de uma classe social, a burguesia" (Sodré, 1971, p. 27). A partir daí, como explicar o fato de que a imprensa portuguesa experimenta os seus primeiros momentos de afirmação nesse período? Evidentemente, logo depois que esse grupo mercantil entra em declínio, a imprensa sofre um abalo no seu crescimento, praticamente amofinando-se. Mas esse fenômeno seria peculiar a toda a Europa, a partir do século XVI, como analisamos atrás, em face da escalada absolutista, que impõe severas amarras às atividades tipográficas.

No que se refere à ausência de capitalismo e burguesia no Brasil Colonial, diríamos que essa é uma posição equívoca, sobretudo porque a colonização portuguesa afigura-se como um empreendimento capitalista, no sentido mercantil, aqui implantando unidades industriais de produção de açúcar para o comércio europeu. Como explica Celso Furtado (1967, p. 52), "o empresário açucareiro teve, no Brasil, desde o começo, que operar em escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos", pois, "uma vez em operação", o valor destes deveria pelo menos dobrar o capital importado sob a forma de equipamentos e destinado a financiar a transladação dos operários especializados". Num outro sentido, é preciso considerar que os territórios colonizados pelos países europeus já se incorporam à geografia econômica como peças indispensáveis da própria estrutura capitalista; emergiram desses territórios o ouro, os metais preciosos e os produtos comerciais que deram alento à expansão do capitalismo. Logo, a posição das áreas colonizadas no arcabouço do capitalismo é a de pólos marginais (onde predominam relações escravistas de trabalho), voltados para a produção de artigos a serem exportados para as respectivas metrópoles, os pólos centrais, que acionam e controlam o processo mercantil.

Na verdade, a análise realizada por Werneck Sodré padece daquela limitação teórica, em que Darcy Ribeiro (1970, p. 23-

29) vislumbra o estigma de um "marxismo dogmático", procurando transpor mecanicamente para as Américas as teses clássicas de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo europeu. Tendo como pressuposto básico aquele evolucionismo unilinear que contempla etapas sucessivas de relações de produção, busca o referido historiador identificar aqui a ocorrência dos mesmos fenômenos que marcaram a transformação européia, a partir do fim da Idade Média. Esquece, entretanto, que no sistema internacional do capitalismo "o Brasil e demais povos e países de sua categoria se enquadram como simples elementos periféricos e subsidiários, campos e horizontes de negócios comandados e usufruídos pelos centros controladores do sistema", condição que, de resto, permanece "em curso no cenário internacional de nossos dias", conforme a perspectiva delineada por Caio Prado Jr. (1972, p. 32).

Mas, tomando ao pé da letra a proposição de Werneck Sodré, verificaremos que ela é inconsistente se compararmos a situação da imprensa nos territórios coloniais da América, mantidos por ingleses, espanhóis e portugueses, e que desfrutaram, com pouquíssimas diferenças, de um mesmo estágio econômico, atuando como regiões caudatárias de potências comerciais européias. Nos dois primeiros territórios a imprensa surge logo nos momentos iniciais da colonização, e no Brasil só iria aparecer três séculos depois. Poder-se-ia, acaso, dizer que as colônias espanholas e inglesas já se estruturaram com relações capitalistas de produção? Ou, dentro do mesmo raciocínio, já se projetam no cenário econômico com uma burguesia autônoma, situando-se como classe dominante? Essas premissas seriam fundamentais, dentro da teoria defendida por Werneck Sodré, para justificar a implantação precoce da imprensa naqueles territórios e a instalação retardada no Brasil.

Outra variável a ser incluída nessa teia de cogitações é o papel desempenhado pelo escravismo que teria funcionado como elemento de repulsa à imprensa. Diz textualmente Werneck Sodré (1966, p. 20) que "o escravismo dominante era infenso à cultura e à nova técnica de sua difusão". Retomemos a comparação entre as três áreas principais ocupadas pelos europeus na América, para refutar a validade desse argumento. Tanto a colônia por-

tuguesa, como a espanhola e a inglesa tiveram os seus empreendimentos agroindustriais ou extrativos sustentados pela mão-de-obra escrava, inicialmente a indígena e em seguida a africana. Isso não constituiu obstáculo para que a imprensa logo se estabelecesse nuns territórios e demorasse a surgir em outros.

Finalmente, examinemos a questão da utilidade da imprensa como instrumento indispensável à dominação cultural, naquelas áreas habitadas por civilizações adiantadas, tese que encontra precedente nas experiências anteriores dos europeus em suas colônias orientais. Mas, no contexto em que a situa Werneck Sodré, ela perde muito de sua força, uma vez que é sugerida como circunstância isolada, dentro da engrenagem das atividades colonialistas. Utilizando esse recurso para explicar a defasagem entre o aparecimento da imprensa na América Espanhola e na América Portuguesa, onde os colonizadores encontraram, respectivamente, civilizações adiantadas e atrasadas, olvida aquele pesquisador o exemplo da América Inglesa. Habitado por tribos indígenas em estágio cultural semelhante ao dos nativos brasileiros, os territórios coloniais incorporados aos domínios ingleses nem por isso deixam de receber os benefícios da tipografia e da universidade, logo no início do povoamento da área.

Esse dimensionamento crítico dos postulados teóricos defendidos por Werneck Sodré não constitui propriamente uma rejeição dos seus argumentos, mas significa uma indicação concreta da sua fragilidade conceitual, principalmente quando aparecem como fatores isolados numa estrutura analítica que já peca pelo unilateralismo. No caso presente, reafirmamos tratar-se de um unilateralismo econômico, aplicado ao estudo de um fato que possui também implicações sociais e culturais.

Vamos aproveitar, a seguir, algumas das suas observações, bem como dos autores que o precederam em nosso estudo.

3.3 *Uma nova perspectiva de análise: os fatores socioculturais*

Pretendemos, agora, analisar o problema, aplicando o método de interpretação funcionalista.

Reexaminando, de acordo com essa orientação metodológica, as contribuições anteriores sobre a implantação da imprensa no Brasil, veremos que o grupo de autores encabeçado por Alfredo de Carvalho realiza um tipo de análise que procura explicar o fenômeno a partir dos seus presumíveis efeitos. Ao dizer que a imprensa deixa de funcionar na colônia porque poderia provocar a ruptura do sistema de dependência a Portugal, ensejando a sua emancipação política, evidentemente aqueles escritores fazem um julgamento que acentua as conseqüências possíveis, deixando de correlacioná-las com as reais causas (e não as aparentes: "legislação restritiva") que produziram o retardamento.

No caso de Werneck Sodré notaremos procedimentos distintos. Ao explicar esse problema na América Portuguesa, ele focaliza as causas: ausência de burguesia e capitalismo; escravismo dominante. Mas, quando analisa a questão na América Espanhola, adota como prisma central os efeitos: esmagamento da cultura nativa, imposição da cultura metropolitana.

Procurando, todavia, observar aquela correspondência entre causas e efeitos proposta por Durkheim, é preciso deixar bem claro que, no fenômeno analisado, tomamos em consideração, não a imprensa como instrumento de difusão cultural, mas, fundamentalmente, o processo social de comunicação coletiva por ela engendrado. Assim, a nossa atenção não estará concentrada nas funções da imprensa enquanto canal de comunicação,[30] e sim nas funções sociais do processo daí resultante, ou seja, o papel desempenhado pela comunicação impressa no panorama da sociedade. Evidentemente, as funções específicas da imprensa re-

[30] As funções da imprensa enquanto canal de comunicação coletiva, nos países em vias de desenvolvimento, são quatro, segundo Leauté: informativa, recreativa, pedagógica e orientadora. (Vide: Leauté, 1964, p. 57.)

presentam, de acordo com a delimitação estabelecida por Roger Clausse, uma variável significativa para conformar as funções sociais do processo global gerado pela sua influência junto aos indivíduos, e, conseqüentemente, pelo comportamento "standartizado" que eles projetam no seio do organismo social.[31]

Isto posto, e para maior facilidade de trabalho, é importante definir com exatidão os elementos a serem confrontados na busca daquela correspondência entre causas e efeitos: o fato considerado é o *atraso na implantação da imprensa*, e o organismo social a que se vincula é a *sociedade colonial brasileira*.

Para identificar as *condições necessárias de existência* da imprensa na sociedade colonial brasileira, somos impelidos a admitir, como premissa básica, que o retardamento não se explica por uma única causa (política ou econômica), mas por um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. A essas causas chamaremos de fatores *socioculturais* – sugestionados, em parte, pela terminologia de Darcy Ribeiro (1972). Correspondendo a aspectos estruturais da Sociedade e da Cultura Brasileira, tais fatores marcaram profundamente a evolução do país, subordinando-a a um processo de mera *atualização histórica*.[32]

---

[31] Roger Clausse, partindo da "complexidade sociológica", das técnicas de difusão coletiva, propõe um esquema para as *funções* desempenhadas por seus veículos, advertindo: são "funções divergentes que se interpenetram de forma perigosa". Esse esquema apresenta-se da seguinte maneira: (A) *Funções de comunicação intelectual* – que correspondem a funções específicas do canal (difusão de mensagens). São elas: (1) informação (relação dos fatos: situação, ação, pensamento); (2) formação (esforço de educação); (3) expressão (produção de valores e de funções); (4) pressão (imposição das opiniões, atitudes, comportamentos). (B) *Funções psicossociais* – que correspondem às funções do processo da comunicação coletiva, e se conformam "por impregnação das outras funções e por ações próprias". Clausse enumera essas funções em três grupos: (1) Participação social (rompimento da solidão, busca dos laços primários ou substitutos para eles, comoção humana); (2) Diversão (recuperação física ou moral, relaxamento, distração); (3) Psicoterapia social (catarse ou purgamento, liberação das tensões e compensação das frustrações). (Vide: Clausse, 1961, p. 249-251.)

[32] Conceitua Darcy Ribeiro o processo de *atualização histórica* como procedimento através do qual os "povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica". Esse conceito retrata "tanto situações de caráter regressivo – do ponto de vista das entidades étnicas avassaladas, traumatizadas ou destruídas – como conteúdos progressistas, enquanto um procedimento de incorporação de povos atrasados a sistemas socioeconômicos mais avançados". Na verdade, a característica essencial do processo de atualização histórica está no seu sentido de "modernização reflexa", que conduz "fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência entre a sociedade reitora e a sociedade periférica, sujeita à ação reflexa". (Vide: Ribeiro, 1970, p. 44-45.)

Analisando esses fatores socioculturais, como causas eficientes que geraram o atraso da nossa imprensa, adotaremos o artifício de assinalar, em cada caso, o laço de solidariedade que os vinculam aos efeitos prováveis. Ou melhor, procuramos mostrar o *caráter de reciprocidade* que existiu entre cada fator e a respectiva função que a imprensa deixou de desempenhar (sem, contudo, afetar o organismo social).

Podemos enunciar os referidos fatores socioculturais na seguinte ordem:[33]

a) natureza feitorial da colonização;
b) atraso das populações indígenas;
c) predominância do analfabetismo;
d) ausência de urbanização;
e) precariedade da burocracia estatal;
f) incipiência das atividades comerciais e industriais;
g) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos.

Vamos apreciá-los, isoladamente, seguindo a diretriz metodológica já indicada.

a) Natureza feitorial da colonização

A ocupação do território brasileiro apresentou, desde o início, sérios inconvenientes para Portugal, cujas atenções estavam concentradas na próspera empresa mercantilista do Oriente. País escassamente povoado – sobretudo depois da peste que dizimou boa parte da população européia[34] – e sem dispor de grandes re-

---

[33] A ordem através da qual estão apresentados esses fatores não tem sentido de hierarquia, constituindo tão-somente um recurso didático, destinado a facilitar a explanação de suas características.

[34] Acredita Manuel Nunes Dias que mais de um terço da população da Europa Ocidental foi atingida mortiferamente pela peste negra, que se espalhou em 1348. "A medonha praga, irrompendo abruptamente, desafiando o socorro médico, propagando-se vertiginosamente de cidade em cidade, lançando o terror em todos os lares, visitou o Oci-

cursos para aplicar na vasta possessão americana, Portugal opta pela organização de feitorias na costa brasileira, utilizando-as estrategicamente como bases de defesa e comercialmente como entrepostos para explorar o pau-brasil.

Circunstâncias especiais – a cobiça de outras potências pelas terras quase abandonadas na América e o declínio da atividade lusitana no Oriente – levariam a administração portuguesa a incrementar a ocupação definitiva do nosso país. Não se trata, porém, de um esforço deliberado de colonização, pois este "não esteve jamais nos propósitos da empresa mercantil que impulsionou as navegações, montada especificamente para a troca", ademais de serem "penosas às condições de trabalho na colônia, ao lado das fraquíssimas possibilidades de enriquecimento", como analisa Werneck Sodré (1971, p. 61).

O que ocorre, aqui, é uma transferência quase forçada[35] de reduzidos contingentes populacionais,[36] que se dedicam a atividades de exploração econômica, por iniciativas de particulares, aos quais a Coroa Portuguesa transferiu implicitamente os encargos de manter e defender a colônia, sem que isto significasse ônus para os cofres reais. Explica Sérgio Buarque de Holanda que "essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não ema-

dente cristão" e encarregou-se de "ceifar mais vidas que a própria Guerra dos Cem Anos", alcançando também a zona rural. (Vide: Dias, 1963, p. 9.)

35 Sugere Werneck Sodré que os obstáculos para atrair povoadores refletiram-se no "controvertido problema dos degredados: tornar o Brasil destino deste parece ter sido uma das formas de vencer as naturais resistências à transplantação para uma terra que oferecia poucas perspectivas". (Vide: Sodré, 1971, p. 61.)

36 A emigração de povoadores brancos apresenta-se reduzida nos dois primeiros séculos da colonização. Diz Pedro Calmon que "a viagem difícil, de início, trouxe rudes marinheiros. Vieram depois os degredados [...]. Às centenas. Gente de má vida, judeus, aventureiros". Aqui chegaram sem as suas famílias, que as deixavam, quando as possuíam, na metrópole. "Foram as mulheres brancas tão escassas e requestadas, que os governadores e os padres reconheciam estar nisso a razão da mestiçagem crescente, do envelhecimento natural dos povoadores". Avulta-se, porém, a corrente migratória de Portugal para o Brasil, quando se intensificam as atividades de mineração. "Será tamanha a emigração para a colônia – comenta Caio Prado Jr. – que logo intervém medidas restritivas". Quatro leis no século XVII e nove leis no século XVIII "procuram criar embaraços à emigração". Isso, sem considerar os grandes contingentes de africanos que aqui aportam desde o primeiro século da colonização. (Vide: Calmon, 1935, p. 90; Prado Júnior, 1957, p. 88.)

nou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono" (1969, p. 12). Isso foi inegavelmente uma decorrência daquele *aventureirismo* que marcou a presença lusitana no Brasil, pois "o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa dinheiro" (idem, p. 18).

Por isso mesmo, não existiu interesse em implantar aqui uma civilização, criar cidades, desenvolver condições de vida organizada e duradoura, como extensão da cultura metropolitana.[37] Predominaram, no curso da evolução colonial brasileira, as iniciativas voltadas para a produção agrícola – açúcar, tabaco, algodão – e para a extração de metais preciosos – ouro, diamantes – reduzindo o país a vastas e isoladas empresas rurais, que passam a constituir, na expressão de Celso Furtado (1967, p. 8), "parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nelas se aplicam para criar de forma permanente um luxo de bens destinados ao mercado europeu".

Tanto é assim que o povoamento da área, lento e difícil, se faz sempre beirando o litoral, atendendo a esse imperativo de produzir para exportar. As incursões interioranas tiveram um caráter fortuito e esporádico – exploração de minas, busca de pedras preciosas, criação de gado – demarcando os contornos da nossa paisagem demográfica, no qual Manuel Diegues Jr. identifica um "interior abandonado, quase despovoado, escasso o povoamento, dispersas as povoações" (1971, p. 26).

Partindo dessas circunstâncias, Caio Prado Jr. ressalta a natureza feitorial da atividade desenvolvida pelos portugueses, que levam em consideração apenas os seus interesses comerciais e relegam a plano inferior a edificação de quaisquer melhoramentos na colônia.[38] Estes, quando existiam, eram sempre em função

37 Comparando com a atitude espanhola, que "tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela", diz Celso Furtado que a posse de "um tesouro como até então não se conhecera no mundo" permitirá à Espanha "financiar a defesa do seu rico quinhão". Essa defesa não se fará apenas militarmente, mas exigirá que se implantem no eixo produtor de metais precioso – México/Peru – comunidades urbanas à semelhança da civilização européia. (Vide: Furtado, 1967, p. 6-9.)

38 Essa é também a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda. "Mesmo em seus melhores momentos, a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem

daqueles objetivos mercantis. No seu entender, portanto, "a colonização do trópico toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu" (Prado Jr., 1957, p. 25-26).

Dentro de um contexto economicamente tão limitado, tornavam-se estéreis e quase inúteis as atividades culturais,[39] não havendo ambiente propício para que florescessem instituições como escolas, bibliotecas, universidades, e, também, a imprensa.

b) Atraso das populações indígenas

Gilberto Freyre descreve com um certo sabor literário o contacto dos povoadores europeus com as populações indígenas do Brasil, dizendo que "não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra adolescente, que aqui se verifica". Trata-se na realidade de "uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes civilizações americanas". Ao comparar com as populações nativas das áreas espanholas, o escritor pernambucano torna bem claro o contraste entre ambas. "Os portugueses [...] vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material – com palácios, sacrifícios humanos aos deuses, monumentos, pontes, obras de irrigação e de exploração de minas – mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente" (Freyre, 1966, p. 99-100).

Diante de povos tão atrasados, não seria difícil aos colonizadores portugueses completar a dominação, impondo-lhes os pa-

grandes obras, ao mesmo quando não produzissem benefícios imediatos. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultassem em prejuízos para a metrópole". (Vide: Holanda, 1969, p. 73-74.)

39 Para Alceu de Amoroso Lima, tendo sido fenômeno mercantilista uma "idéia-força da época", era natural que esse mercantilismo criasse uma "atmosfera hostil ao desenvolvimento intelectual". E explica: "O que realmente constituiu uma idéia dominante no período colonial foi a explosão econômica, com o máximo de retardamento de qualquer iniciativa intelectual". (Vide: Lima, 1971, p. 13.)

drões da sua cultura. Mas o caráter de transitoriedade, que marca os primeiros passos da ocupação territorial,[40] vai desencadear um fenômeno diverso. Os conquistadores praticamente se anulam, nos primeiros tempos, incorporando-se e acostumando-se à vida social dos aborígenes. Analisa Florestan Fernandes (1968, p. 298)que "os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto sua alimentação quanto sua segurança do que decidiram os *aliados* indígenas".

Submetendo-se às condições da vida tribal, os portugueses não tiveram, de inicio, qualquer necessidade de utilizar os instrumentos da cultura metropolitana – a imprensa, inclusive – pois ao invés de projetarem aqui os valores materiais da civilização lusa, quase que se adaptam aos costumes indígenas.[41]

Depois, ao alterar-se a correlação de forças, com o incremento da emigração branca, os colonizadores passaram a uma atitude de supremacia, esmagando e destruindo as populações nativas, quando não as conseguiam escravizar.[42] Mas traços sig-

40 "Dir-se-ia que, aqui, a colônia é simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos". (Vide: Holanda, 1969, p. 65.)

41 "Os portugueses precisam anular-se durante longo tempo para afinal vencer" – é a tese defendida por Sérgio Buarque de Holanda. Eis a sua argumentação: "Se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que aconteceu". (Vide: Holanda, 1969, p. 95-96.)

42 Friederici informa que inicialmente os portugueses escravizavam os índios para enviá-los à metrópole. Mas, à medida que crescia a empresa da colonização, eles se empenharam na caça e compra de bugres para a indústria açucareira. "Todos os indígenas eram ferreteados como escravos, os homens e moços vigorosos labutavam nos engenhos de açúcar, as mulheres iam para as roças de mandiocas, milho e batata, e as moças faziam os trabalhos domésticos e serviam de barregãs nas cabanas dos colonos". E mais adiante: "Durante duas gerações, por ordem do governo, sobre sua bandeira e às suas custas, estimularam diretamente a rapinagem e a caça ao escravo em grande escala, deixando atrás de si extensas áreas devastadas e despovoadas". A propósito da resistência indígena aos portugueses, diz Gilberto Freyre que ela "foi quase a de pura sensibilidade ou contratibilidade vegetal, o índio retraindo-se ou amarfanhando-se ao contacto civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime social e moral. Mesmo quando Acuirou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase que mero auxiliar da floresta". Mas Florestan Fernandes dá uma outra idéia da questão, afirmando

nificativos da cultura local permaneceriam nas relações com os europeus, como é o caso da *língua-geral*,[43] cujo uso se sobrepõe ao do idioma português, durante largo período, em diversas áreas do território nacional.[44]

que "nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade". Na sua opinião, o mito de que os aborígines brasileiros foram espectadores passivos da colonização está longe da verdade, pelos relatos da época. "A idéia de que estavam em nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção". (Vide: Friederici, 1967, p. 140; Freyre, 1969, p. 287.)

43 A conceituação da chamada *língua-geral* é assunto controvertido entre lingüista e antropólogo. Angyone Costa, por exemplo, refere-se aos povos de tronco tupi, dizendo que eles "ocupavam, de norte a sul, de leste a oeste, uma zona considerável, mais de quatro mil quilômetros, numa equivalência aproximada com o território brasileiro". E acrescenta que, "falando uma mesma língua, impunham seu comando, sem solução de continuidade, por toda a extensa região da costa, que se prolonga do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul". Essa teria sido a língua utilizada pelos colonizadores e pelos missionários para estabelecerem uma comunicação duradoura com os indígenas. Theodoro Sampaio confirma essa assertiva, quando escreve que era vastíssima a região dominada pela língua *tupi*; mas adverte que a sua notável expansão "deve-se aos próprios conquistadores europeus, às numerosas expedições ou bandeiras que penetraram nos sertões para descerem escravos índios e para a pesquisa do outro; deve-se principalmente à catequese que tornou *geral* esse idioma bárbaro e o cultivou". Por sua vez, Frederico Edelweiss defende o seguinte ponto de vista: "a língua-geral do Brasil costeiro é a resultante do convívio de tupis com os portugueses", argumentando que "atribuir a nossa língua-geral à influência dos jesuítas é desconhecer o verdadeiro desenvolvimento histórico do tupi". No entanto, Mattoso Câmara Jr. estabelece uma distinção entre o tupi falado pelos indígenas e o tupi disciplinado pelos jesuítas. O segundo seria a *língua-geral*, "que chegou a se implantar em certas regiões do Brasil". Ele explica que os missionários procuraram "um meio-termo lingüístico" para se comunicarem com os indígenas. E comenta: "O curioso é que o missionário obteve certo resultado com isso [...]. Fez um trabalho de disciplinização, de interpretação do Tupi, de acordo com certos ideais, certos preceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina. Usou a língua, assim disciplinada, na catequese; e o índio, ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente, também se ia lingüisticamente adaptando. Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua Tupi trabalhada pelos jesuítas. É a chamada *língua-geral*". (Vide: Costa, 1959, p. 183-203; Sampaio, 1955, p. 47; Edelweiss, 1969, p. 40; Câmara Jr., 1951, p. 101-102.)

44 Além de predominar naquelas regiões habitadas pelos indígenas que Almeida Prado cataloga como "gentios da costa", a língua-geral obteve uma penetração enorme em todo o país. Diz Friederici que "era a língua doméstica, familiar e corrente dos colonos, e o português, a oficial, que as crianças, mamelucos e também filhos de índios, aprendiam nas escolas, mas não falavam em casa". Por volta de 1694, toda a população de São Paulo, Paraná e a região sulina, até o Rio Grande e imediações do rio Paraguai, falava o tupi. Nas províncias do Norte – Maranhão e Pará – todos falavam também a língua dos indígenas, só começando a se implantar a língua portuguesa em

Apreciando esta questão, comenta Egon Schaden que "a bilateralidade do processo aculturativo não favoreceu a princípio a cultura dos adventícios a ponto de facultar a estes a imposição inconteste de seu idioma, ainda que de forma corrupta. Mais fácil e mais natural era, pelo menos em vastas regiões da colônia, a adoção da língua indígena [...].[45] Contribuiu para isso também – talvez em grau menor do que ordinariamente se admite – a circunstância de os jesuítas haverem escolhido esse idioma como língua de catequese, que foi ensinado, inclusive a catecúmenos de outras tribos[46] e aos filhos dos europeus" (Schaden, 1969, p. 195).

Tendo sido tão reduzida essa participação dos jesuítas na propagação da língua-geral, compreende-se o motivo pelo qual não necessitavam eles de tipografias no Brasil[47] para imprimir livros no idioma indígena, recorrendo tardiamente a Portugal para editar gramáticas e compêndios, pois na certa as cópias manuscritas desses textos lhes eram suficientes.[48] Defende Edel-

1755. "A língua-geral era o idioma das bandeiras" – enfatiza o autor alemão. "No tempo das grandes expedições dos desbravadores, quase todos os sertanistas, caçadores de escravos e garimpeiros falavam a língua-geral, que naquele tempo dominava o país". (Vide: J. F. Prado, 1966, p. 141; Friederici, 1967, p. 122.)

45 O antropólogo Egon Schaden prefere adotar os termos *Língua-Geral Brasílica*, ou *Tupinambá*, afirmando, segundo a expressão de Anchieta, que era a língua "mais usada na costa do Brasil". (Vide: Schaden, 1969.)

46 Referindo-se aos jesuítas esclarece Schaden que a sua atividade foi "a mais sistemática e, em certo sentido, a mais radical [...] das formas de intervenção dos europeus na vida e na cultura dos Tupinambás", afirmando tratar-se de "uma empresa consciente de aculturação provocada, dirigida e controlada". (Vide: Schaden, 1969, p. 44.)

47 Alfredo de Carvalho faz conjecturas sobre a existência de tipografias fundadas pelos jesuítas no Brasil, no início da colonização, baseando-se no procedente oriental. E reivindica a glória, que não chegou a existir, para "a opulenta e próspera capitania de Duarte Coelho". No entanto, ele próprio confessa o seu desvanecimento pela impossibilidade de comprovar tal hipótese. – "Todavia, urge confessar que, não obstante conjurarem circunstâncias tão propícias à introdução da arte tipográfica no Brasil e especialmente em Pernambuco, nos fins do século XVI ou começo do século XVII, nem uma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada. Além de não ser conhecido um só impresso aqui que se possa atribuir tal procedência, o completo silêncio dos documentos coesos e de todos os nossos cronistas sobre um fato que dificilmente passaria ignorado, contribui para ainda mais invalidar tal suposição". (Vide: Alfredo Carvalho, 1908b, p. 4-5.)

48 No seu estudo biográfico sobre Anchieta, Freitas Nobre observa que a *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* já circulava, antes mesmo da

daqueles objetivos mercantis. No seu entender, portanto, "a colonização do trópico toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu" (Prado Jr., 1957, p. 25-26).

Dentro de um contexto economicamente tão limitado, tornavam-se estéreis e quase inúteis as atividades culturais,[39] não havendo ambiente propício para que florescessem instituições como escolas, bibliotecas, universidades, e, também, a imprensa.

b) Atraso das populações indígenas

Gilberto Freyre descreve com um certo sabor literário o contacto dos povoadores europeus com as populações indígenas do Brasil, dizendo que "não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra adolescente, que aqui se verifica". Trata-se na realidade de "uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes civilizações americanas". Ao comparar com as populações nativas das áreas espanholas, o escritor pernambucano torna bem claro o contraste entre ambas. "Os portugueses [...] vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material – com palácios, sacrifícios humanos aos deuses, monumentos, pontes, obras de irrigação e de exploração de minas – mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente" (Freyre, 1966, p. 99-100).

Diante de povos tão atrasados, não seria difícil aos colonizadores portugueses completar a dominação, impondo-lhes os pa-

grandes obras, ao mesmo quando não produzissem benefícios imediatos. Nada que acarretasse maiores despesas ou resultassem em prejuízos para a metrópole". (Vide: Holanda, 1969, p. 73-74.)

[39] Para Alceu de Amoroso Lima, tendo sido fenômeno mercantilista uma "idéia-força da época", era natural que esse mercantilismo criasse uma "atmosfera hostil ao desenvolvimento intelectual". E explica: "O que realmente constituiu uma idéia dominante no período colonial foi a explosão econômica, com o máximo de retardamento de qualquer iniciativa intelectual". (Vide: Lima, 1971, p. 13.)

drões da sua cultura. Mas o caráter de transitoriedade, que marca os primeiros passos da ocupação territorial,[40] vai desencadear um fenômeno diverso. Os conquistadores praticamente se anulam, nos primeiros tempos, incorporando-se e acostumando-se à vida social dos aborígenes. Analisa Florestan Fernandes (1968, p. 298)que "os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto sua alimentação quanto sua segurança do que decidiram os *aliados* indígenas".

Submetendo-se às condições da vida tribal, os portugueses não tiveram, de inicio, qualquer necessidade de utilizar os instrumentos da cultura metropolitana – a imprensa, inclusive – pois ao invés de projetarem aqui os valores materiais da civilização lusa, quase que se adaptam aos costumes indígenas.[41]

Depois, ao alterar-se a correlação de forças, com o incremento da emigração branca, os colonizadores passaram a uma atitude de supremacia, esmagando e destruindo as populações nativas, quando não as conseguiam escravizar.[42] Mas traços sig-

[40] "Dir-se-ia que, aqui, a colônia é simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos". (Vide: Holanda, 1969, p. 65.)

[41] "Os portugueses precisam anular-se durante longo tempo para afinal vencer" – é a tese defendida por Sérgio Buarque de Holanda. Eis a sua argumentação: "Se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não podenam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que aconteceu". (Vide: Holanda, 1969, p. 95-96.)

[42] Frederici informa que inicialmente os portugueses escravizavam os índios para enviá-los à metrópole. Mas, à medida que crescia a empresa da colonização, eles se empenharam na caça e compra de bugres para a indústria açucareira. "Todos os indígenas eram ferreteados como escravos, os homens e moços vigorosos labutavam nos engenhos de açúcar, as mulheres iam para as roças de mandiocas, milho e batata, e as moças faziam os trabalhos domésticos e serviam de barregãs nas cabanas dos colonos". E mais adiante: "Durante duas gerações, por ordem do governo, sobre sua bandeira e às suas custas, estimularam diretamente a rapinagem e a caça ao escravo em grande escala, deixando atrás de si extensas áreas devastadas e despovoadas". A propósito da resistência indígena aos portugueses, diz Gilberto Freyre que ela "foi quase a de pura sensibilidade ou contratibilidade vegetal, o índio retraindo-se ou murchando-se ao contacto civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime social e moral. Mesmo quando Acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase que mero auxiliar da floresta". Mas Florestan Fernandes dá uma outra idéia da questão, afirmando

nificativos da cultura local permaneceriam nas relações com os europeus, como é o caso da *língua-geral*,[43] cujo uso se sobrepõe ao do idioma português, durante largo período, em diversas áreas do território nacional.[44]

que "nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade". Na sua opinião, o mito de que os aborígines brasileiros foram espectadores passivos da colonização está longe da verdade, pelos relatos da época. "A idéia de que estavam em nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção". (Vide: Friederici, 1967, p. 140; Freyre, 1969, p. 287.)

43 A conceituação da chamada *língua-geral* é assunto controvertido entre lingüista e antropólogo. Angyone Costa, por exemplo, refere-se aos povos de tronco tupi, dizendo que eles "ocupavam, de norte a sul, de leste a oeste, uma zona considerável, mais de quatro mil quilômetros, numa equivalência aproximada com o território brasileiro". E acrescenta que, "falando uma mesma língua, impunham seu comando, sem solução de continuidade, por toda a extensa região da costa, que se prolonga do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul". Essa teria sido a língua utilizada pelos colonizadores e pelos missionários para estabelecerem uma comunicação duradoura com os indígenas. Theodoro Sampaio confirma essa assertiva, quando escreve que era vastíssima a região dominada pela língua *tupi*; mas adverte que a sua notável expansão "deve-se aos próprios conquistadores europeus, às numerosas expedições ou bandeiras que penetraram nos sertões para descerem escravos índios e para a pesquisa do outro; deve-se principalmente à catequese que tornou *geral* esse idioma bárbaro e o cultivou". Por sua vez, Frederico Edelweiss defende o seguinte ponto de vista: "a língua-geral do Brasil costeiro é a resultante do convívio de tupis com os portugueses", argumentando que "atribuir a nossa língua-geral à influência dos jesuítas é desconhecer o verdadeiro desenvolvimento histórico do tupi". No entanto, Mattoso Câmara Jr. estabelece uma distinção entre o tupi falado pelos indígenas e o tupi disciplinado pelos jesuítas. O segundo seria a *língua-geral*, "que chegou a se implantar em certas regiões do Brasil". Ele explica que os missionários procuraram "um meio-termo lingüístico" para se comunicarem com os indígenas. E comenta: "O curioso é que o missionário obteve certo resultado com isso [...]. Fez um trabalho de disciplinização, de interpretação do Tupi, de acordo com certos ideais, certos preceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina. Usou a língua, assim disciplinada, na catequese; e o índio, ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente, também se ia lingüisticamente adaptando. Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua Tupi trabalhada pelos jesuítas. É a chamada *língua-geral*". (Vide: Costa, 1959, p. 183-203; Sampaio, 1955, p. 47; Edelweiss, 1969, p. 40; Câmara Jr., 1951, p. 101-102.)

44 Além de predominar naquelas regiões habitadas pelos indígenas que Almeida Prado cataloga como "gentios da costa", a língua-geral obteve uma penetração enorme em todo o país. Diz Friederici que "era a língua doméstica, familiar e corrente dos colonos, e o português, a oficial, que as crianças, mamelucos e também filhos de índios, aprendiam nas escolas, mas não falavam em casa". Por volta de 1694, toda a população de São Paulo, Paraná e a região sulina, até o Rio Grande e imediações do rio Paraguai, falava o tupi. Nas províncias do Norte – Maranhão e Pará – todos falavam também a língua dos indígenas, só começando a se implantar a língua portuguesa em

Apreciando esta questão, comenta Egon Schaden que "a bilateralidade do processo aculturativo não favoreceu a princípio a cultura dos adventícios a ponto de facultar a estes a imposição inconteste de seu idioma, ainda que de forma corrupta. Mais fácil e mais natural era, pelo menos em vastas regiões da colônia, a adoção da língua indígena [...].[45] Contribuiu para isso também – talvez em grau menor do que ordinariamente se admite – a circunstância de os jesuítas haverem escolhido esse idioma como língua de catequese, que foi ensinado, inclusive a catecúmenos de outras tribos[46] e aos filhos dos europeus" (Schaden, 1969, p. 195).

Tendo sido tão reduzida essa participação dos jesuítas na propagação da língua-geral, compreende-se o motivo pelo qual não necessitavam eles de tipografias no Brasil[47] para imprimir livros no idioma indígena, recorrendo tardiamente a Portugal para editar gramáticas e compêndios, pois na certa as cópias manuscritas desses textos lhes eram suficientes.[48] Defende Edel-

1755. "A língua-geral era o idioma das bandeiras" – enfatiza o autor alemão. "No tempo das grandes expedições dos desbravadores, quase todos os sertanistas, caçadores de escravos e garimpeiros falavam a língua-geral, que naquele tempo dominava o país". (Vide: J. F. Prado, 1966, p. 141; Friederici, 1967, p. 122.)

45 O antropólogo Egon Schaden prefere adotar os termos *Língua-Geral Brasílica*, ou *Tupinambá*, afirmando, segundo a expressão de Anchieta, que era a língua "mais usada na costa do Brasil". (Vide: Schaden, 1969.)

46 Referindo-se aos jesuítas esclarece Schaden que a sua atividade foi "a mais sistemática e, em certo sentido, a mais radical [...] das formas de intervenção dos europeus na vida e na cultura dos Tupinambás", afirmando tratar-se de "uma empresa consciente de aculturação provocada, dirigida e controlada". (Vide: Schaden, 1969, p. 44.)

47 Alfredo de Carvalho faz conjecturas sobre a existência de tipografias fundadas pelos jesuítas no Brasil, no início da colonização, baseando-se no procedente oriental. E reivindica a glória, que não chegou a existir, para "a opulenta e próspera capitania de Duarte Coelho". No entanto, ele próprio confessa o seu desvanecimento pela impossibilidade de comprovar tal hipótese. – "Todavia, urge confessar que, não obstante conjurarem circunstâncias tão propícias à introdução da arte tipográfica no Brasil e especialmente em Pernambuco, nos fins do século XVI ou começo do século XVII, nem uma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada. Além de não ser conhecido um só impresso aqui que se possa atribuir tal procedência, o completo silêncio dos documentos coesos e de todos os nossos cronistas sobre um fato que dificilmente passaria ignorado, contribui para ainda mais invalidar tal suposição". (Vide: Alfredo Carvalho, 1908b, p. 4-5.)

48 No seu estudo biográfico sobre Anchieta, Freitas Nobre observa que a *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* já circulava, antes mesmo da

weiss (1969, p. 40) o ponto de vista de que "a língua-geral do Brasil é resultante do convívio de tupis com os portugueses: da camada de mestiços, crescendo, no início, entre a mãe índia e o pai português. A seguir, em escala progressiva e por muito tempo, tanto a mãe como o pai seriam mestiços e sustentáculos em potencial da língua-geral".

Por isso, diz Theodoro Sampaio (1955, p. 49): "fazia-se à conquista, tendo por veículo a própria língua dos vencidos". Na sua opinião, aliás, a língua-geral era falada no Brasil em proporção duas vezes superior ao uso do português,[49] fato que tem encontrado acolhida tranqüila na obra de diversos estudiosos.[50] Considerando que essa proporção encerra um pouco de exagero,[51] Edelweiss admite, não obstante, que "tempos houve em que o próprio governo português reconhecera as vantagens da língua tupi e favorecia a sua propagação" (1969, p. 34). Em fins do sé-

sua edição em Portugal, em 1595. "Evidentemente, a edição é muito posterior à sua utilização no Brasil, onde circulava através de cópias manuscritas". (Vide: Freitas Nobre, 1966, p. 73.)

49 De um modo geral, parece que a posição de Theodoro Sampaio não tem sido compreendida pelos estudiosos que se fundamentaram nas suas pesquisas. Ao afirmar que "era mais ou menos de três para um, do tupi para o português", a proporção entre as duas línguas faladas no Brasil, evidentemente ele o faz dentro de certos limites, nem sempre observados pelos que seguem as suas lições. Ao referir-se ao uso da língua-geral em S. Paulo, R. G. do Sul, Amazonas e Pará, aquele escritor deixa bem claro que, nas duas primeiras, a língua-geral *era falada entre os homens do campo*, até fins do século XVII; e nas duas últimas, *era comum no seio da população civilizada dos tapuias*. E explica mais: "o português era, sim, a língua oficial [...]; a língua do comércio dos portos do litoral, nas cidades e nas vilas de mais importância e nos seios das famílias propriamente portuguesas; mas ainda aí aparecia o tupi, falado pelos fâmulos, quase todos índios ou de descendência índia". (Vide: Sampaio, 1955, p. 48.)

50 Luiz Beltrão, por exemplo vale-se do seu testemunho em estudo sobre "A comunicação no Brasil Colonial". Senão, vejamos: "De tal modo se impôs o tupi, como língua-geral, que até meados do século XIII, era falado de norte a sul. [...] Theodoro Sampaio ensina que, até os fins do século XII, a proporção entre o tupi e o português falado na colônia era mais ou menos de três para um, proporção que somente se veio alterar cerca de 1755". (Vide: Beltrão, 1971, p. 20.)

51 "Deve ser relegado ao domínio da fantasia a tão repetida afirmação de que até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português". (Edelweiss, 1969, p. 26.)

culo XVII, os jesuítas do Pará recebiam instruções para ensinar a língua-geral também aos filhos dos colonos.[52]

Referindo-se à utilização daquele idioma como "tática muito ponderada dos jesuítas, a tática por etapas, tão eficiente nas aculturações",[53] Edelweiss (1969, p. 36) constata que "em colônia alguma os conquistadores conseguiram impor a sua língua aos povos de baixa cultura, senão mui vagarosamente e apenas em núcleos onde os colonos chegaram a formar contingente apreciável comparado à população indígena".

Explica-se, então, o fato de que só no século XVIII, quando é intensificada a emigração européia, tenha Portugal tomado medidas concretas para neutralizar o uso da língua-geral, favorecendo o idioma metropolitano.[54]

52 Prova desse interesse das autoridades pela difusão da língua-geral apresenta-nos Dauril Alden, informando que "em 1689 a câmara de Belém queixou-se ao Rei que os padres não faziam caso da ordem de ensinar a língua-geral aos jovens portugueses, o que era essencial porquanto estes substituíam os pais como supervisores do trabalho indígena nas plantações". (Vide: Alden, 1970, p. 72.)

53 Há autores, porém, que não aceitam essa tese e referem-se a uma certa "capitulação pedagógica" dos jesuítas. Mecenas Dourado visualiza a questão sob um prisma diferente. Vejamos a sua contestação a respeito do problema da língua, "que os jesuítas não resolveram, ou o contornaram de maneira negativa": – "O sistema de aldeamento, e conseqüente isolamento, não facilitava ao indígena o aprendizado da língua dos catequistas, o que impedia a integração desse mesmo indígena à civilização, que se queria implantar. E a tal ponto chegou a capitulação pedagógica dos jesuítas, neste particular, que a língua da civilização inferior esteve prestes a absorver a dos conquistadores, mais civilizados, havendo necessidade, no século XVIII, de providências legais, proibindo que se falasse a língua-geral. Caiu-se, então, no impasse que foi a catequese: o selvagem que era segregado, sem poder comunicar plenamente com o meio pela língua, que não aprendia, ficava reduzido a um instrumento de trabalho nas mãos dos jesuítas". (Vide: Dourado, 1958, p. 103.)

54 Pela carta régia de 12 de setembro de 1727 recomendava-se o ensino do português aos índios. Posteriormente, o alvará de 17 de agosto de 1758 proibia o uso da língua-geral e determinava o ensino da língua portuguesa, a índios, e filhos de colonos. Esse alvará foi originado pelo controvertido *Diretório de Francisco Xavier Furtado de Mendonça*, que colocava a questão nos seguintes termos: "Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indispensável que este é um dos mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes: e ter mostrado a experiência que ao mesmo passo que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe. "Observando, pois, todas as nações polidas do mundo este prudente e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidavam os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da lín-

Num panorama com tais características, verifica-se que a imprensa pouco ou quase nada tinha a oferecer. Nem os missionários sentiram necessidade de utilizá-la em suas tarefas catequéticas, circunstância que se tornara comum em outras regiões. Imagine-se, portanto, o desinteresse dos colonizadores, que se alhearam quanto às suas próprias raízes culturais, a ponto de só no terceiro século da ocupação conseguirem impor totalmente a sua língua! Além disso, quando ocorre essa predominância do idioma lusitano, a imprensa não teria qualquer utilidade para que os indígenas assimilassem a cultura portuguesa. Ademais de serem ágrafos (excetuando-se aquelas minorias de servos alfabetizados pelos jesuítas), os nativos brasileiros, ou tinham sido exterminados, ou tinham sido compulsoriamente agregados às empresas comerciais dos portugueses (transmudando-se pela absorção dos novos valores, impostos pela força), ou se tinham embrenhado pelas matas e sertões, isolando-se mais e mais da civilização.

c) Predominância do analfabetismo

O fato de terem sido analfabetos os principais contingentes de povoadores marcaria profundamente o ambiente cultural da colônia. Excetuando-se alguns poucos proprietários, clérigos e funcionários reais, a grande massa de colonizadores é constituída de "homens do campo, rústicos ou analfabetos". Gilberto Freyre proclama, aliás, que "nesta colonização a força criadora mais constante parece vir sendo a forma pelos camponeses analfabetos", assegurando que "desde os primeiros dias do século XVI foram eles o elemento básico para o desenvolvimento, na

gua que chamam de geral, invenção verdadeiramente abominável e diabólica, para que, privados os índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição em que até agora se observaram. Para desterrar este pernicioso abuso será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentido por modo algum que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem a língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente a portuguesa, na forma que sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observam, com total ruínas espiritual e temporal". (Apud Edelweiss, 1969, p. 18.)

América Portuguesa, de uma nova e vigorosa cultura" (1971a, p. 47-49).

Reconhecemos a pujança da cultura "não meramente européia" (Freyre, 1971a, p. 48) que os lusitanos incrementam no Brasil, mesclada de elementos indígenas e africanos, se bem que impregnada daquele "caráter essencialmente português de sua maneira de viver", a que se refere Egon Schaden (1972, p. 2). Deve-se salientar que talvez em decorrência do analfabetismo dominante (aliado ao primitivismo dos indígenas) é que "tiveram os portugueses de renunciar a muitas de suas tradicionais técnicas adaptativas para, em grande medida, substituí-las por soluções existentes nas culturas aborígines" (Schaden, 1972, p. 2). Isso ensejou, não resta dúvida, o apelo crescente ao uso do recurso verbal – consoante a interpretação de Antônio Cândido (1965, p. 110-111) – numa região onde não havia lugar para o florescimento da cultura escrita ou impressa. "Nunca o verbal foi tão importante e tão adequado, sendo ao mesmo tempo a via requerida pela propaganda ideológica e o recurso cabível nas condições locais".

Não obstante existissem grupos letrados na metrópole, que cultivavam as formas escritas de manifestação cultural, é imprescindível reconhecer que ali grassava também o analfabetismo. Segundo Alves de Matos (1958, p. 37-38), eram analfabetas não apenas as massas populares, mas também a pequena burguesia, a alta nobreza, e, até mesmo, componentes da família real. "Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública".

Sendo Portugal um país sem tradições educativas,[55] é compreensível que o ensino da colônia fosse diminuto e inexpressi-

[55] O sistema escolar de Portugal só começa a esboçar-se por volta de 1549, época em que iniciava a colonização do Brasil. "O ensino primário não tinha feição própria, nem aparecia como estrutura definida dentro do sistema escolar. As assim chamadas *eschollas de leer e escreuer* eram apenas preparatórios apressados para as *eschollas de gramática*, como estas o eram também para a universidade. Em 1550 essas escolas primárias eram aproximadamente em número de sessenta para o todo reino, que então contava apenas com 1.800.000 habitantes; destas, 34 funcionavam em Lisboa, capital do país, com cerca de 50.000 habitantes". Se a maioria das escolas existentes concentrava-se na capital, imagina-se a penúria intelectual das regiões interioranas,

vo. Quase que só existiam "casas de formação sacerdotal", como as denomina Laerte Ramos de Carvalho. "Nas condições político-culturais da lusitanidade o ensino anterior às reformas pombalinas se caracterizava pelo predomínio dos fins religiosos sobre os interesses da sociedade civil". E comenta: "Aliás, não seria possível imaginar que as coisas se passassem de outra forma. A obrigação de ensinar a mocidade resultava, até então, muito mais de determinações canônicas do que de régias ordenações. Parece-nos natural, portanto, que as aulas externas[56] fossem ra-

especialmente das rurais, de onde procederam os grandes contingentes de imigrantes para o Brasil. (Vide: Matos, 1958, p. 39.)

56 Rizzini observou que "as escolas jesuítas nem se destinavam propriamente ao ensino e nem eram públicas. O seu fim estava no proselitismo e no noviciado, em instruir os de casa e em despertar a vocação nos de fora [...]. Excepcionalmente as escolas abriam-se aos rapazes talentosos, embora pobres e sem nomes. Mais tarde abriram-se também aos brancos nativos, nas condições de europeus. Quanto a mamelucos e mulatos, jamais tiveram nelas ingresso. [...] Desse modo, poucos foram e podiam ser os alunos das reduzidas escolas jesuíticas". A partir daí, é possível aceitar-se integralmente o desprezo de Sérgio Buarque de Holanda pela suposta tipografia que tiveram os jesuítas no Rio de Janeiro, em 1724, conforme as conclusões que se podem tirar dos registros de Serafim Leite. Diz Buarque de Holanda que "não se deve contudo atribuir extraordinária importância" a essa tipografia, pois o historiador jesuíta explica que "os livros eram compostos para uso privado do Colégio e dos padres". Aliás, a esse respeito, diga-se de passagem, que não é todo aceitável a comprovação da existência dessa tipografia, pois os autores se baseiam numa afirmação de Serafim Leite que é pouco esclarecedora e muito dúbia. Ele diz que na biblioteca dos jesuítas do Rio de Janeiro foram encontrados alguns livros "impressos na própria". Mas não esclarece se a casa era o Colégio do Rio de Janeiro, dando margem também a interpretar-se, pela ausência de qualquer documento histórico sobre o funcionamento de uma tipografia ali. Que os livros poderiam ter sido impressos fora do país, em outros estabelecimentos jesuíticos, admitindo-se o termo "casa" como expressão genérica do patrimônio loiolista. Em obra posterior, Serafim Leite volta a se referir à questão, numa outra perspectiva, porém inspirando a mesma dúvida que explanamos atrás. Quando se refere ao Irmão José Corrêa, que viveu no colégio do Rio de Janeiro, antes de 1720, e é apontado pelos catálogos jesuíticos como *tipógrafo*, tendo "produzido 400 volumes para o Colégio e Padres", Serafim Leite diz o seguinte: "Os termos usados *typographus* e *excusa* fizeram-nos hesitar algum tempo sobre a natureza do seu ofício. Mas, embora fosse tipógrafo, a descrição que se dá compagina-se com a de *encadernador* e *restaurador de livros*. Todavia, a palavra *typographus* e não simplesmente encadernador (*bibliopegus*), dá margem a supor a existência de tipos não só para títulos e lombadas, mas também para impressões miúdas privadas". Ficando, portanto, no terreno da suposição, quanto à tipografia, a única evidência que nos proporciona essa nova informação é a de que os livros do Colégio do Rio de Janeiro, tidos como impressos na casa, não passariam de meras encadernações

ras nos estabelecimentos religiosos que se instalaram nas terras brasileiras" (Laerte Carvalho, 1968, p. 76).

Mesmo depois das reformas pombalinas, o panorama pouco se modificou. Das 720 escolas primárias que os dados oficiais indicavam estarem espalhadas por todo o Reino, em 1779, informa Carrato (1968, p. 130) que "em sua imensa maioria, ou não funcionavam nunca ou jamais puderam contar com mestres eficientes e capazes, simplesmente porque não os havia, em número suficiente". E, na colônia, as escolas instituídas com o subsídio literário, em quantidade reduzidíssima para tão vasta extensão territorial,[57] pouca contribuição ofereceram para abalar o edifício solidificado do analfabetismo. Além de Portugal proceder com extrema "sovinice" no pagamento dos professores, os recursos do subsídio literário eram desviados e nem sempre foram aplicados na manutenção de uma rede escolar (Carrato, 1968, p. 148-151).

A propósito da expulsão dos jesuítas e do advento das reformas pombalinas, que implantam o ensino público, é interessante mencionar que essas duas medidas se separaram no tempo por um espaço de mais de dez anos. Daí, a crítica vigorosa de Fernando de Azevedo (1963, p. 539): "Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão".

O ensino existente na colônia, até o início do século XIX, era limitadíssimo, circunscrevendo-se a uns poucos estabeleci-

ali efetuadas. (Vide: Rizzini, 1946, p. 206; Holanda, 1969, p. 86; Leite, 1945 p. 26, Leite, 1953, p. 145-146.)

57 Pelo alvará de 4 de julho de 1779 a administração dos estudos menores foi transferida para o Real Mesa Censória. Logo depois, seriam criadas 17 "aulas de ler" no Brasil: duas no Rio de Janeiro, quatro na Bahia, quatro em Pernambuco e uma em Mariana, São Paulo, Vila Rica, Sabará, São João del Rei, Pará e Maranhão; quinze "aulas de gramática latina": duas no Rio, três na Bahia, quatro em Pernambuco, uma em Mariana, S. Paulo, Vila Rica, São João del Rei, Pará e Maranhão; seis "aulas de retórica": Rio, Bahia, Pernambuco, Pará, Mariana e S. Paulo, três "aulas de língua grega e filosofia": Rio, Bahia e Pernambuco. (Vide: Laerte Carvalho, 1968, p. 84-85.)

mentos de nível primário e secundário.[58] Não existiam, portanto, as condições para a formação de um público capaz de interessar-se por livros,[59] e, conseqüentemente, erigir a necessidade social da imprensa. Havia, é certo, um grupo de letrados que obtivera formação superior na metrópole,[60] mas em número também reduzido,[61] a ponto de não justificar sequer a abertura de livrarias na colônia para distribuir os livros editados em Portugal.[62]

---

58 "Quanto ao ensino superior – diz Américo Jacobina Lacombe – não chegaram os jesuítas a implantá-lo no Brasil. Apenas alguns graus acadêmicos foram conferidos pelo Colégio da Bahia. Fazia parte da política colonial portuguesa e concentração dos estudos universitários no Reino. Quando os mineiros se propuseram a manter à sua custa um curso superior médico, o Conselho Ultramarino declarou expressamente que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir a estudar a Portugal". (Vide: Lacombe, 1968, p. 72.)

59 Referindo-se, por exemplo, às teses de Oliveira Viana, segundo as quais havia fidalgos e nobres na colônia, reproduzindo aqui um modo de vida européia, retruca Werneck Sodré dizendo que "a vida colonial era apagada, monótona e pobre" pois os que emigram para "província tão áspera e distante, é exatamente porque a sorte lhes foi madrasta na terra natal". Logo, "nem traziam os mencionados elementos a cultura que lhes é atribuída, nem a poderiam aqui adquirir. Não estavam interessados nisso, e nada os estimulava para o rumo tão distante daquilo que constituía a preocupação dominante na colônia". E conclui, dizendo que não havia ambiente na colônia para proporcionar a "atividade intelectual em qualquer sentido" e não havia "espaço para as cogitações do pensamento e ainda menos para as da criação artística". (Vide: Sodré, 1964, p. 50-54.)

60 Informa, ainda, Lacombe que o governo português facilitava a concessão de bolsas e auxílios para os brasileiros fossem estudar em Coimbra. Mas de 3.000 estudantes da colônia americana receberam ali os graus de bacharel e doutor. (Vide: Lacombe, 1968, p. 72.)

61 Analisando a situação cultural em São Paulo, a partir dos antigos inventários, Alcântara Machado constata que "entre os colonos e naturais da terra se contam pelos dedos os letrados", quadro que permaneceria imutável até o século XVII. "Estamos em 1638 e continua a falta de letrados". Mas, no século XVIII por volta de 1714, ele indica que já dispunha a região de alguns homens portadores de conhecimentos, habilitados à leitura e à escrita. Quanto aos livros, diz ele que praticamente não existiam – "mesquinhas em quantidade e qualidade as bibliotecas particulares". E corrige imediatamente: "biblioteca é palavra muito grande para coisa tão pequena". Só 15 espólios incluíam livros; mesmo assim, "a maioria se compõe de devocionários e produções de literaturas religiosas" (Vide: Alcântara Machado, 1965, p. 99-129.)

62 Vejamos o depoimento de Pereira da Costa, a respeito dos documentos que se consultou registrando alguns dados sobre bibliotecas e livrarias. "Nos tempos coloniais não havia entre nós biblioteca pública de natureza alguma; possuíam, porém, os conventos, riquíssimas livrarias, de uso exclusivo dos religiosos, *onde nenhum profano ousava entrar*". Se não havia bibliotecas, "tão pouco havia estabelecimento comercial de venda de livros. Quem os queria, mandava vir de Lisboa, desde que não fossem proibidos pela cúria romana ou pelo governo da metrópole. Era costume então remeter o governo alguns raros livros para serem vendidos, mas que tinham difícil saída". E mais adiante: "Koster menciona no livro de suas viagens ao norte do Brasil, em 1810, que não havia no Recife nem tipografia nem livraria, e que apenas no convento da Madre de Deus se vendiam almanaques, estampas, história da Virgem e dos Santos, e outros livros da mesma espécie, mas de pequenos formatos impressos em Lisboa". (Vide: Pereira da Costa, 1965, p. 223-233.)

63 Em 10 de julho de 1802 o governo da capitania de Pernambuco dirigia, nos seguintes termos, um ofício ao Visconde de Anadia, Ministro do Ultramar: "Parece-me muito difícil que a grande quantidade de livro que temos recebido tenha breve extração, pelo que rogamos a V. Exa. a suspensão de nova remessa. Entretanto, para se dar extração aos muitos que ainda existem, tomamos o arbítrio de os fazer distribuir em diminutas porções por aqueles a quem provemos de oficiais de milícias e ordenanças, e que os querem receber voluntariamente". Em 6 de setembro do mesmo ano, a junta do governo daquela capitania comunicava ao diretor da Imprensa Régia, em Lisboa, o teor do ofício encaminhado ao ministro do Ultramar, esclareceu não ter sido possível "dar a devida extração aos livros recebidos, por haver poucos leitores". (Apud. Pereira da Costa, 1951, p. 443-445.)

64 Como vimos, as bibliotecas eram escassas na colônia, Rizzini, analisando a situação educacional brasileira nesse período, diz que "de bibliotecas nem é bom falar. Quando muito, as casas religiosas juntavam uma centena de volumes hagiográficos". Informa, a seguir, que a única coleção de livros dotada de significação era a do Colégio dos Jesuítas na Bahia, que foi completamente destruída pelo abandono, depois da expulsão dos inacianos, porque não apareceram "licitantes à hasta pública conseqüente ao seqüestro", tendo os volumes o destino de embrulhar mercadorias nas tendas e boticas, vendidos que foram a preço vis, já que ninguém se interessava em lê-los. Situação idêntica ocorreria com a biblioteca dos jesuítas no Maranhão, composta de dois mil volumes, que se deterioraram no depósito onde foram recolhidos. Referindo-se aos capuchos do Rio de Janeiro, que possuíam uma biblioteca apreciável, diz o mesmo autor que não houve necessidade de "seqüestro para estragar-se e sumir-se

Pereira da Costa, ilustrando essa pobreza intelectual que caracterizou o Brasil-Colônia, menciona que, por volta de 1802, as autoridades locais recebiam "livros para os vender" mas não encontravam compradores. E' patética a correspondência dos administradores da capitania de Pernambuco ao Ministro do Ultramar, solicitando a suspensão de novas remessas de livros e comunicando que as obras encalhadas haviam sido distribuídas "em diminutas porções" aos milicianos e ordenanças, "por haver poucos leitores".[63]

Está claro que, se até mesmo os livros enviados pela metrópole não encontravam aqui leitores em número suficiente para absorvê-los, a ausência da imprensa constituía uma decorrência natural dessa situação, não sendo talvez sequer notada pelos contemporâneos.[64]

d) Ausência de urbanização

A vida colonial brasileira será, toda ela, eminentemente rural, concentrando-se nos engenhos de açúcar, fazendas de gado, plantações de algodão, etc. Nessas grandes propriedades agropecuárias viviam as famílias dos colonos portugueses, cercadas de uma maioria de escravos e uns poucos trabalhadores livres, mantendo-se num regime de isolamento e bastando-se a si mesmas, à semelhança dos feudos medievais.[65]

Esse seria um dos aspectos marcantes da evolução da nossa sociedade, estigmatizada por uma "herança rural", usando a expressão de Sérgio Buarque de Holanda (1969, p. 41). "Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais".

Essa predominância da vida rural esterilizará, durante mais de três séculos, o germe do urbanismo. As poucas povoações aqui existentes (pequenas vilas ou arremedos de cidades) constituirão simples dependências das grandes propriedades agrícolas. "Em regra, eram apenas centro de residência de lavradores", segundo Nelson Omegna (1961, p. 29).

Como tais, não possuíam vida permanente. As casas estavam sempre fechadas, pois os seus moradores, vivendo no campo, só acorriam aos núcleos urbanos em ocasiões especiais, principalmente nas festas religiosas.[66] Assumiam, portanto, um caráter de

bastou o desmazelo dos frades, largando-a ao cupim e "à chuva". (Vide: Rizzini, 1946, p. 228-229.)

65 Não obstante a vida nas grandes propriedades nordestinas se assemelhasse aos feudos europeus da Idade Média, é interessante salientar que na verdade os engenhos constituíam unidades econômicas distintas. Explica Celso Furtado que "a natureza puramente contábil do fluxo de renda, dentro do setor açucareiro, tem induzido muita gente a supor que era essa uma economia do tipo semifeudal". E esclarece: "o feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que lhe permitem o nível da técnica já alcançada". No caso da indústria colonial açucareira, tratava-se de um tipo de unidade econômica voltada totalmente para o mercado externo. (Vide: Furtado, 1967, p. 55-56.)

66 Referindo-se a São Paulo, diz Alcântara Machado: "Na cidade o fazendeiro tem apenas a sua casa para descansar alguns dias, liquidar um ou outro negócio, assistir às

"vida intermitente", conforme a opinião de Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 96-97). "Cessado o movimento decorrente do afluxo de senhores de terra, tinham uma aparência de abandono e desolação. [...] A população urbana permanente compunha-se de grupos pouco numerosos. Além do funcionalismo – sempre reduzidíssimo – havia um esboço de comércio, e alguns oficiais mecânicos". Mesmo assim, a atividade desses artesãos e pequenos comerciantes estava em dependência total para com os rurícolas, seja nas ocasiões de afluência às povoações, seja no atendimento a necessidades eventuais dos engenhos.

Omegna diz que "a não ser um ou outro centro, como Salvador, Recife e Rio de janeiro, centros de governança numerosa e comércio ultramarino denso, ou as cidades do ouro, todas as demais cidades da colônia não têm de principio, por si, nenhum elemento ou interesse que lhes justifique a continuidade" (1961, p. 14).

Analisando, por exemplo, a formação da cidade de São Paulo, escreve Florestan Fernandes (1960, p. 180) que ela não passava de uma "povoação campesina". Essa característica persiste na verdade até às vésperas da Independência. Silva Bruno (1966, p. 77-100) diz que a capital paulistana, no século XVII, era um "burgo despovoado"; e, no século XVIII, ainda não havia desenvolvimento urbano, pois os seus habitantes continuavam a viver nos sítios. Belém, São Luís e Porto Alegre não registraram evolução como conglomerados urbanos senão no século XX, conforme o depoimento de Diegues Jr. (1960, p. 99).

Os primeiros esboços de vida urbana aparecem em Salvador,[67] Recife[68] e no Rio de Janeiro,[69] como decorrência da situa-

festas cívicas ou religiosas. Um pouco. Nada mais". (Vide: Alcântara Machado, 1965, p. 58.)

67 No século XVI, a cidade de Salvador, sede do governo-geral da colônia possuía cerca de 1.100 habitantes, excluindo-se a população indígena escravizada. Não era, ainda, uma grande povoação, porque existia como "dependência ou órgão político, administrativo, comercial e religioso do campo circunvizinho", sendo que "a população variava segundo as estações". Na época de moagem dos engenhos, todos saíam para o campo; mas "no inverno, de abril a junho, reabriram-se as *moradas nobres* das ruas centrais, reanimavam-se com o movimento de embarques dos *assuqueres* o comércio da Praia, no Terreiro corriam-se touros, saíam as procissões, tudo era animação e movimento". No século XVII, a cidade sofre alguns revezes, com a invasão dos ho-

ção especial de portos escoadores dos produtos destinados ao comércio europeu. Em Minas, insinua-se também um modesto surto urbano, que logo recrudesce com o declínio da atividade mineira.[70]

landeses, sendo praticamente destruída por incêndios e vandalismos das tropas ocupantes. Nessa ocasião já contava com 8.000 habitantes brancos e alguns milhares de escravos indígenas e africanos. Essa é talvez a razão pela qual logo se reconstrói e volta a desfrutar o movimento de antes. "Com o desenvolvimento da exploração do açúcar, tabaco, dos algodões e ainda do couro e da madeira, a cidade passou de centro simplesmente administrativo a um forte núcleo de homens de negócios". Na segunda metade do século, observa-se ali uma "vida antes ociosa, com religiosidade pomposa e exterior, muitas danças, banquetes e academias". No início do século XVIII, já vivia na cidade uma população da ordem de 21.000 habitantes, número que se eleva para 39.000 na segunda década do século. Salvador começa a perder sua importância somente na segunda metade do século XVIII, quando a capital é transferida para o Rio de Janeiro, para onde também se desloca o centro da vida econômica. Isso não significou, contudo, a sua decadência, registrando-se talvez um ritmo menor de crescimento que nos períodos anteriores, mas permanecendo naquela condição de um centro populacional em processo de caracterização como aglomerado urbano. (Vide: Azevedo, 1969, p. 154-5, 162-4, 170, 176, 196.)

68 Paul Singer é de opinião que, com Nassau, se inicia a urbanização do Recife. "Quando os holandeses são expulsos do Brasil já contava Recife com 2.000 casas e cerca de 8.000 habitantes. Sua grande prosperidade derivava da exportação de açúcar que atravessa, na primeira metade do século XVII, seu período de máxima expansão. Também se deve considerar, como tendo contribuído para o particular esplendor do Recife no período holandês, o caráter predominantemente comercial da colonização holandesa". Mais tarde, com a crise açucareira da segunda metade do século XVII, o Recife, "perdendo a função política e militar, especializa-se cada vez mais na função comercial". A cidade consegue sua autonomia em 1709, já com uma população de 12.000 habitantes. E, no século XVIII, será um centro distribuidor de produtos importados, para outras regiões do país. Singer defende, portanto, a idéia de que a evolução do Recife e a sua urbanização precoce é uma conseqüência da sua posição em relação ao comércio exterior. (Vide: "Recife", in: Singer, 1968, p. 273-285.)

69 "Deslocando-se o centro político do país, da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, essa cidade, escoadouro da opulenta produção das minas, e já agora a nova capital do Brasil, adquire com tal impulso que em 50 anos [...], a sua população se multiplica aumentando de 25 mil para 100 mil habitantes; cresce notavelmente a sua importância econômica e, senão se aformoseia propriamente no seu aspecto urbano nem ganha brilho a sua vida social, já apresenta uma extensão considerável e as proporções de uma capital, pela intensidade do movimento e pelo número e valor dos edifícios públicos". (Vide: Azevedo, 1963, p. 139-140.)

70 "Nas Minas Gerais as próprias condições criadas pela atividade de mineração contribuíram para a formação de cidades, menos como dependência dos núcleos rurais [...] do que como zonas, ou melhor, núcleos, onde facilmente desabrochou uma sociedade voltada preferencialmente para hábitos burgueses ou ao menos urbanos. [...] Aí as cidades desabrocharam, no século XVIII, não de maneira artificial ou puramente nominal, mas em típicas e nítidas características de vida urbana, nos hábitos sociais, nos

Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 50) encontra manifestações de urbanismo, no Brasil, a partir do século XVII. Fernando de Azevedo (1969, p. 138), por sua vez, classifica como "século do desenvolvimento das cidades", o XVIII. No entanto, vários outros estudiosos consideram que o urbanismo brasileiro começa apenas no século XIX. Sérgio Buarque de Holanda (1969, p. 41) chega, até mesmo, a sugerir que a predominância da vida urbana sobre a vida rural só ocorreria depois da libertação dos escravos. Situando-se em posição convergente, Diegues Jr. (1964, p. 124) e Darcy Ribeiro (1970, p. 300) acentuam que a urbanização, em nosso país, só seria acelerada com a emigração européia posterior à Independência.

De qualquer maneira, há um consenso entre os estudiosos sobre esse problema: apesar das manifestações embrionárias até então ocorridas, o desenvolvimento das cidades é um fenômeno que começa a consolidar-se no início do século XIX, pelo menos naquelas regiões já dotadas de um certo potencial econômico e que se beneficiaram com as novas determinações do regente luso: "Com a chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro – comenta Gilberto Freyre (1961, p. 3-4) – o patriarcado rural que se consolidara nas casas-grandes de engenhos e fazendas [...] começou a perder a majestade dos tempos coloniais [...]. Uma série de influências sociais – principalmente econômicas – algumas anteriores à chegada do príncipe mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido [...] também das cidades e das indústrias ou atividades urbanas".

Sendo a imprensa um tipo de atividade cultural essencialmente citadina, aspecto que marcou o seu próprio desenvolvimento, como analisamos no caso europeu, é natural que não haja encontrado qualquer ressonância no panorama colonial brasileiro. No que se refere, particularmente, à imprensa periódica, é preciso convir que o seu aparecimento decorreu sempre da ne-

usos, nas reuniões familiares, nas próprias manifestações literárias". Mas, com a decadência da mineração, "começa a transformar-se a paisagem regional. [...] Naquele esplendor de outrora, a quase opulência de alguns senhores, decaem, desaparecem, para dar lugar a uma situação de pobreza mais ou menos geral". (Vide: Diegues Júnior, 1960, p. 89-258.)

cessidade de comunicação extracomunitária provocada pela mobilidade social nos aglomerados urbanos. Os indivíduos que aí residem, mantendo-se também em contacto com cidadãos de outros aglomerados, não se conformavam em saber apenas o que ocorria no seu meio ambiente, mas precisavam, até mesmo para fins utilitários, conhecer os fatos do exterior. E a imprensa surge para atender a essa demanda de informações, sobretudo comerciais.

Ora, tal dinamismo não existiu no Brasil, como se pode deduzir dos elementos já explanados. Além de precárias e atrasadas, as cidades coloniais viviam em isolamento, pouco se intercomunicando. (Vide: Abreu, 1963; Travassos, 1942; Carvalho, 1957.) Logo, os seus reduzidos habitantes letrados satisfaziam-se com os canais de comunicação informal[71] disponíveis, prescindindo de uma imprensa local ou suprindo essa necessidade com a leitura das gazetas portuguesas que aqui chegavam (Costa e Vidal, 1940, p. 15).

O exame da evolução da imprensa brasileira, depois de 1808, e, até mesmo, depois de 1822, confirmará plenamente essa tendência. Enquanto as cidades não atingem plena autonomia econômica e social, a imprensa será sempre raquítica, ou, em alguns casos, inexistirá.[72]

e) Precariedade da burocracia estatal

O início da colonização brasileira vai coincidir com o declínio das atividades portuguesas no Oriente (Taunay, 1965, p. 267-365). No entanto, aqui não foi possível nada do que os europeus conseguiram naquelas paragens, impondo "sua administração e seu controle econômico, à custa de um transplante da máquina burocrática e bélica de suas metrópoles de origem", conforme a observação de Aziz Ab'Saber (1968, p. 70).

---

[71] Comunicação informal é, aqui, empregado naquele sentido que Luiz Beltrão formula em sua teoria de folkcomunicação, ou seja, o de meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. (Vide: Beltrão, 1971.)

[72] Basta uma rápida pesquisa naquela fase da imprensa brasileira que Nelson Werneck Sodré chama de "artesanal", e que vai até quase o fim do século XIX, para se ter uma idéia dessa correlação.

Predomina, no Brasil, a quase ausência da iniciativa estatal portuguesa, deixando-a na mão dos particulares (Calmon, 1935, p. 221). Mesmo quando a Coroa toma algumas providências para supervisionar os negócios da colônia e pretende realizar uma centralização administrativa através do Governador-Geral, surgem obstáculos de certo modo intransponíveis. Sérgio Buarque de Holanda assinala que "a mais importante estava na dificuldade das comunicações entre as diferentes capitanias, o que não lhe dava, nem aos seus colaboradores, meios de ação eficaz ao longo de toda a costa" (1968b, p. 122).

Isso acarreta aquele autogoverno municipalista, a que se refere Omegna (1961, p. 37), marcado por uma situação de extrema penúria, a ponto de em algumas regiões o escasso funcionalismo receber a sua remuneração em gêneros, como foi o caso de Olinda, localizada numa das mais prósperas capitanias (Costa Porto, 1968, p. 145).

Na verdade, a administração da colônia era exercida a distância, pelo Conselho Ultramarino, instalado em Lisboa. Por isso, diz Libânio Guedes que virtualmente o Brasil não teve administração. "Prevaleceu o marasmo administrativo, quando não a incompetência mais alarmante ou, o que era pior, a corrupção mais escandalosa".

Não se instalaram, aqui, centros administrativos como os da colônia espanhola, que reuniam altos dirigentes e ensejavam a concentração de vasto funcionalismo, criando ambiente propício até mesmo para o desenvolvimento de atividades culturais. Felipe IV, da Espanha, quando detinha também a Coroa portuguesa, cria o título de Vice-Rei do Brasil, mas deixa de providenciar a implantação do Vice-Reino. Tanto assim, que o titulo de Vice-Rei somente passa a ser conferido ao Governador-Geral, a partir de 1720 (Guedes, 1962, p. 19, 53, 73).

Contudo, assegura o mesmo autor que "os governantes, mandados para a América, não traziam nenhuma planificação administrativa [...]. Raramente surge o brilho de um administrador competente e sinceramente interessado em solucionar os problemas mais graves e imediatos da colônia [...]. O que prevalece na administração colonial é a mediocridade ou a incompetência" (Guedes, 1962, p. 53).

Não havendo praticamente aparelho estatal em operação, tornava-se dispensável todo aquele instrumental burocrático, para a confecção do qual a imprensa era sempre buscada. Não havia necessidade de formulários impressos, nem tampouco existia qualquer atividade decisória que exigisse a divulgação de leis, normas ou instruções (Sodré, 1970, p. 7).

A ausência de "coisa pública" no Brasil, usando a expressão de Werneck Sodré (1964, p. 43), era uma indicação concreta da precariedade da máquina burocrática.

O Brasil só vai ter administração funcionando regularmente, quando a Família Real desloca-se de Portugal e instala o seu governo no Rio de Janeiro. A descrição que Roberto Macedo (1964) faz da complexa engrenagem montada pelo Regente, a partir de 1808, permite concluir facilmente que quase nada existia aqui, tornando-se indispensável organizar todas as repartições necessárias ao exercício do poder centralizado. E' compreensível, portanto, que só nessa ocasião a imprensa tenha sido requisitada, convertendo-se em elemento útil para produzir expedientes burocráticos, editar leis, divulgar as informações de interesse dos governantes, e, também, atender às solicitações da elite culta que integrava a Corte, proporcionando-lhe alguns livros impressos ou dando letra de forma às suas eventuais criações literárias.

f) Incipiência das atividades comerciais e industriais

Vinculando-se à estrutura do capitalismo como pólo marginal e produzindo exclusivamente bens destinados ao comércio europeu, o Brasil assume uma feição econômica singular, onde as atividades comerciais e industriais constituem monopólio da Coroa Portuguesa e privilégio de alguns particulares, que obtêm concessões para atuar na colônia (Simonsen, 1969, p. 84).

As unidades econômicas que aqui se expandem, sob a forma de empresas agrícolas ou extrativas, estão voltadas apenas para a exportação, não gerando um mercado interno. O grosso da população é formado por escravos, que se dedicam não somente à produção de bens exportáveis, mas trabalham em culturas agrícolas subsidiárias, de reduzidíssima proporção, destinadas a

atender às necessidades básicas de alimentação da minoria branca e às suas próprias. Realizam também tarefas artesanais, confeccionando tecidos rústicos, calçados grosseiros e outros artigos afins, consumidos no âmbito restrito dos engenhos e fazendas, sem destinarem-se ao comércio (Lima, 1970, p. 123).

As necessidades adicionais da minoria colonizadora, sobretudo os artigos supérfluos, eram supridos pela Europa, de onde provinham inclusive os implementos indispensáveis às empresas escravistas,[73] transportados nos navios que faziam carreiras para estas regiões americanas, e cujo movimento era efetuado por intermédio da Coroa, sendo dificultado o acesso direto a outros países.[74]

Nos restritos núcleos urbanos, sobretudo nas regiões portuárias, desenvolvia-se, desde os primeiros tempos, um comércio insignificante, realizado por mascates, não havendo propriamente casas comerciais, salvo pequenas exceções. Esse panorama modifica-se com o correr do tempo, especialmente com o afluxo de reinóis, mas não chega a assumir proporções consideráveis. Sendo escasso o dinheiro em circulação na colônia, muitas das transações são feitas pela troca de produtos.[75] "Os métodos

---

[73] Celso Furtado menciona, por exemplo, como as empresas açucareiras brasileiras representam um estímulo para o desenvolvimento de uma indústria de equipamento em Portugal. "Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros". (Vide: Furtado, 1967, p. 10.)

[74] De início, a colônia portuguesa não experimentou restrições ao comércio com outros países. Os primeiros impedimentos surgiram na época da dominação espanhola. Depois da restauração, essas medidas restritivas foram revogadas, principalmente em face dos tratados de paz que Portugal, estabelece com a França, a Holanda e a Inglaterra. Mais tarde, a Inglaterra consegue privilégios no comércio com Portugal e suas colônias. Ainda no século XVII, reafirma-se, contudo, "a exigência de ser o comércio exterior do Brasil exercido através de Portugal. Houve exceções em relação ao comércio do Rio da Prata ou da admissão de navios espanhóis que buscavam refrescos nos portos brasileiros, quando em demanda daquele rio. Mas, exclusividade do comércio com a Metrópole foi praticamente mantida até 1808, quando D. João VI decretou a abertura dos portos às nações estrangeiras amigas". (Vide: Simonsen, 1969, p. 353-354.)

[75] Observa Costa Porto que "o comércio na Colônia não passava de escambo generalizado, trocando-se gêneros, servindo o dinheiro apenas como critério fixador do valor: se, por exemplo, a arroba de açúcar custava dois cruzados e um boi quatro mil réis, trocava-se a rês por cinco arrobas de açúcar. E a norma seria o negociante ganhar de

usuais de comércio, já em prática em outros países, como créditos, juros, etc., eram aqui desconhecidos ou não usados" (Lima, 1970, p. 136).

Quanto à indústria, excetuando-se as empresas exportadoras, nada ou quase nada existia. O pequeno surto artesanal que de quando em quando manifesta-se, como dependência das propriedades rurais, é, assim mesmo, cerceado pela metrópole, que se esmera na edição de leis, alvarás e outros instrumentos jurídicos, proibindo as indústrias de tecidos, calçados, vinhos, ourivesaria, etc., como bem o registra Pereira Reis (1964, p. 50). Essa posição, aliás, seria uma constante nos países colonizadores, nada diferindo das normas decretadas por Espanha e Inglaterra para suas respectivas colônias.

No entanto, apesar da fúria proibitiva da legislação portuguesa, realmente pequeno desenvolvimento teve o artesanato doméstico no Brasil-Colônia. Fernando Novaes comenta que não passava de suposição de Portugal a idéia de que difundia-se no país grande número de fábricas e manufaturas, pois na realidade pouca coisa se encontrou para apreender, como indica a documentação da época (Novaes, 1966, p. 150).

Relacionando esse quadro com as eventuais funções da imprensa, concluiremos que a incipiência das atividades comerciais e industriais lhe eram opostas. Não havendo necessidade dos usuais expedientes burocrático-mercantis (letras de câmbio, notas fiscais, formulários), pelo primitivismo dos métodos comerciais imperantes e pela atuação precária da máquina estatal, a imprensa não teria utilidade maior em terras brasileiras. Numa outra perspectiva, considere-se que a inexistência virtual de comércio interno e de unidades industriais que produzissem artigos destinados ao consumo local, em regime de competição, constituía um desestímulo à imprensa periódica, para não dizer um obstáculo à sua manutenção. Pois, como poderiam manter-se tipografias e jornais, sem aquele suporte financeiro proporcionado pela propaganda comercial (anúncios, volantes, tabela de preços)?

dois lados, vendendo a mercadoria pela hora da morte e adquirindo, na terra, gêneros a preço vil". (Vide: Costa Porto, 1968, p. 145-146.)

A dinamização do movimento comercial brasileiro ocorrerá com a abertura dos portos às nações estrangeiras, no início do século XIX.[76] E o começo da industrialização também ocorre com as medidas liberais de D. João, que revoga a legislação restritiva anterior e concede isenções tributárias, favorecendo assim a instalação de unidades fabris nacionais. Contudo, Nícia Vilela Luz (1961, p. 13-15) refere-se a esse surto industrial como reflexo dos "incentivos da política pombalina destinados à recuperação econômica dos domínios ultramarinos".

Werneck Sodré observa que, efetivamente, a política de liberdade comercial já "era uma reivindicação natural do latifúndio exportador", acrescentando que o período joanino "abre perspectivas à autonomia política que corresponde, adiante, à manutenção da liberdade de comércio" e "permite, ainda, o lançamento das bases do tipo de aparelho de Estado que presidirá os destinos do país, quando de sua autonomia" (Sodré, 1964, p. 56-57).

A instalação da imprensa na Corte do Rio de Janeiro constituiu, não resta dúvida, uma decorrência dessas medidas transformadoras, com o auxílio da qual elas seriam mais eficazes. Lembremos que no próprio regulamento da Impressão Régia as suas portas foram franqueadas aos estabelecimentos mercantis, que ali poderiam imprimir os seus instrumentos usuais, além de

[76] Virgílio Noya Pinto refere-se à abertura dos portos brasileiros como "fato inevitável", explicado pela conjuntura política européia. "Somente a situação criada pelo imperialismo francês alteraria a política metropolitana. Portugal, entre o Leão Britânico e a Águia Napoleônica, encontrou-se num dilema: aderir à França seria isolar-se de seu império colonial e arriscar-se à mesma sorte da Holanda e Espanha; aliar-se à Inglaterra seria garantir seu império, sacrificando o território europeu". E, mais adiante, diz que surpreende o curto espaço de tempo entre a chegada da Corte ao Brasil e a assinatura da Carta Régia de 1808, principalmente porque uma das características da burocracia metropolitana era a sua lentidão. "Porém podemos justificar a atitude do regime pela consciência da impossibilidade de sobrevivência sem o comércio exterior. Caos para o império seria conservar fechados para o mundo os portos da rica colônia, crise generalizada seria interromper o comércio exterior. Nenhuma outra solução restaria à Coroa: abrir os portos às nações amigas era manter o comércio com a Inglaterra [...]." Sobre esse assunto, é interessante também a contribuição de Pinto de Aguiar, analisando o papel de Cairu e dos ingleses nesse episódio histórico. (Vide Pinto, 1971, p. 130; Pinto de Aguiar, 1960; Pinto de Aguiar, 1972, p. 141-177.)

disporem das páginas da oficiosa *Gazeta do Rio de Janeiro* para a inserção dos seus anúncios.

g) Reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos

Atitude que caracterizou os governos nacionais europeus, a partir do século XVI, foi a rigorosa censura imposta à imprensa, limitando-a ao papel de difusora, no plano intelectual, de informações e conhecimentos convenientes aos detentores do poder. Nos países situados na órbita da Igreja Católica, esse controle mostrava-se mais acentuado, dele participando as autoridades eclesiásticas.

Em Portugal a situação orientou-se no mesmo sentido das outras nações católicas, instituindo-se mecanismos apropriados para coibir eventuais manifestações de pensamento que contrariassem a ideologia vigente. Antônio Costella (1970), em feliz síntese, demonstra como essa engrenagem evoluiu, ora sob o primado da Igreja, ora sob a regência do próprio Estado. Nenhum livro ou publicação circulava no Reino ou nas colônias[77] sem obter a necessária autorização dos órgãos censórios, quer em relação aos impressos em territórios portugueses, quer em relação aos importados de outros países.

Entende Cruz Costa que esse "monopólio de pensamento" contribuiu em grande parte para a própria decadência lusitana.

[77] É interessante mencionar que, não obstante esse rigorismo, algumas pessoas conseguiam licenças especiais para ler e possuir livros proibidos. Marcello de Ipanema registra que esse privilégio era obtido mediante autorização; e mostra o caso da Condessa de Vila Franca e sua família, que solicitam licença para ter alguns livros constantes do Index, tendo o parecer do relator sido favorável "vista a qualidade das pessoas". E, quando não era possível ou conveniente pedir as tais licenças especiais, sempre encontrava-se um meio de burlar a vigilância censória. Na própria colônia brasileira, vamos encontrar algumas coleções particulares, contendo livros não autorizados oficialmente a circular. É o caso, por exemplo, da biblioteca do Cônego Luis Vieira, em Minas Gerais, onde foram encontrados diversos livros proibidos, conforme a observação de Eduardo Frieiro. Analisando as atitudes de inovação no Brasil, no fim do século passado, Guilherme Mota constatou que "as importações de idéias eram freqüentes", indicando vários autores, então considerados revolucionários, lidos e discutidos no Rio de Janeiro e na Bahia. (Vide: Ipanema, 1968, p. 26; Frieiro, 1957, p. 32, 52, 64; Mota, s.d., p. 29.)

"A influência jesuítica fechara Portugal à renovação científica que se processava na Renascença e para a qual ele colaborara com o magnífico movimento dos descobrimentos marítimos. O notável surto que nascera da pertinácia do Infante decai e a cultura portuguesa científica e filosófica não mais encontrará, tão cedo, meio para prosseguir" (Cruz Costa, 1967, p. 20-23).

É natural que essas condições predominantes na metrópole se fizessem refletir diretamente, e com mais ênfase, sobre a colônia. "Parte integrante do império ultramarino português, – como assinala Fernando Novaes (1971, p. 47) – o Brasil-colônia refletiu, em todo o largo período da sua formação colonial, os problemas e os mecanismos de conjunto que agitavam a política imperial lusitana".

Ou, como analisa Darcy Ribeiro, explicando que a defasagem cultural do Brasil "provém do próprio atraso cultural da metrópole colonizadora". E prossegue: "Esta, não tendo conseguido estruturar-se como uma formação capitalista madura, nem se integrar na civilização industrial, foi ainda em situação de dependência com respeito à Inglaterra e afundando-se na pobreza até configurar-se, ela própria, como uma área neocolonial. Uma das conseqüências deste atraso é não ter Portugal empreendido jamais a alfabetização de sua própria população, como ocorreu a todas as nações que se industrializaram e só a estas. Apenas contou com uma estreita faixa de letrados, em sua imensa maioria medíocre e obscurantistas, de extração eclesiástica ou formados em universidades obsoletas". Conclui o eminente antropólogo brasileiro, afirmando que "o Brasil, como colônia submetida ao mais estrito monopólio, cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado que não permitiu a criação de um sistema popular de ensino no Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao mesmo tempo que a Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias. Assim, o Brasil emerge para a Independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta, e iletradas também suas classes dominantes" (Ribeiro, 1972, p. 114-115).

Além das restrições à livre publicação de livros, jornais e outros impressos, Portugal possuía uma indústria gráfico-editorial extremamente pobre e atrasada, situando-se como cau-

datária dos países mais desenvolvidos nesse setor, sobretudo a Inglaterra.[78] O que não produziu condições favoráveis para transplantar esses mecanismos para regiões periféricas. Vimos, por exemplo, em relação ao Oriente, que o material enviado à Índia era tão vagabundo que se deteriorou facilmente, tempos depois. Quanto à China e ao Japão, o material tipográfico introduzido pelos jesuítas portugueses procedeu de Roma e não de Lisboa.

Era tamanho o acanhamento cultural e social do Brasil-Colônia que Portugal não teve necessidade sequer de instalar aqui os organismos inquisitoriais. Alcântara Machado faz, a esse respeito, um comentário interessante: "É estranho que nunca se tenham lembrado de contemplar-nos com igual calamidade" (Alcântara Machado, 1965, p. 189). Não é de todo descabido o seu espanto, se consideramos que a Inquisição de Lisboa tinha sucursais em Evora e Coimbra, além de alguns territórios coloniais. No entanto, recentes pesquisas de Anita Novinsky permitem compreender que a não-existência de um tribunal da Inquisição no Brasil "liga-se menos à vontade régia ou dos Inquisidores do que a causas eminentemente *locais*". Esclarece que não compensariam, com o atraso do desenvolvimento brasileiro, "os gastos para se introduzir tão dispendiosa instituição".[79]

Se o nosso atraso foi o responsável pela ausência de um órgão permanente da Inquisição, obstáculo maior deve ter sido para a implantação da imprensa a união desse atraso com as pró-

---

[78] Lembre-se que o material tipográfico que originou a Impressão Régia do Rio de Janeiro acabava de chegar de Londres, encomendado pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para funcionar em Lisboa. Da mesma maneira, indique-se que as primeiras tipográficas brasileiras do século XIX (Bahia e Pernambuco) foram importadas da Inglaterra, pois a metrópole não teria condições de fornecê-las diretamente (isso, afora a circunstância de achar-se o país ocupado pelas tropas francesas). Sobre a contribuição inglesa para a tecnologia da imprensa luso-brasileira, Gilberto Freyre faz sugestivas observações. (Vide: Freyre, 1948, p. 60-63.)

[79] Explica Anita Novinsky que realmente houve intenção de instalar um Tribunal da Inquisição na Bahia, no século XVII, fato que logo entusiasma o Provincial da Companhia de Jesus. No entanto, tal acontecimento não chegou a realizar-se, por motivos até hoje não suficientemente esclarecidos. De qualquer maneira, o Inquisidor supria essa lacuna, contando com a colaboração de informantes locais (bispos e outros funcionários eclesiásticos), quando não designava Visitadores para cumprir missões específicas. (Vide: Novinsky, 1972, p. 103-110.)

prias restrições inquisitoriais. Contudo, pode-se admitir paradoxalmente que talvez a presença de um tribunal da Inquisição no Brasil pudesse representar um obstáculo a menos para a instalação de tipografias em nosso país. Isso, não obstante tratar-se de uma instituição cerceadora das atividades da imprensa. Aqui existindo, poderia semelhante organismo atuar como intermediário entre os impressores e a censura portuguesa, assumindo, por delegação, até mesmo algumas de suas atribuições, como ocorrera no México e em Lima.

De qualquer maneira, é preciso deixar bem claro que a imprensa pouco se desenvolveu em Portugal, sobretudo a imprensa periódica, não apenas em razão do pauperismo tecnológico, mas também em função das restritivas determinações da censura que desencorajavam quaisquer iniciativas nesse setor. Às vésperas da invasão napoleônica os jornais portugueses praticamente inexistiam, circunscrevendo-se a umas poucas folhas orientadas pelo governo (Tengarrinha, 1965, p. 31-50). A respeito desses periódicos, diz Rizzini que eram "todos mesquinhos, tanto por força das restrições e da censura quando do atraso mental do povo" (1946, p. 233).

O reflexo dessas condições na colônia americana redundaria inevitavelmente na própria ausência da imprensa. Se na metrópole, mais adiantada, quase não havia jornais e as atividades de impressão eram reduzidas e precárias (sobretudo comparando às vizinhas nações européias), é natural que a colônia apresentasse condições inferiores. Quando não pelo reflexo das limitações socioeconômicas e culturais de Portugal, a inexistência de tipografias no Brasil constitui um reflexo da censura estatal e eclesiástica, que deveria ser mais rigorosa aqui, principalmente pela sua situação de dependência política. A eclosão, no fim do século XVIII, de alguns movimentos emancipacionistas, tornaria muito mais intensa a repressão lusitana, considerando ademais que já campeavam em territórios portugueses, quer da Europa, quer da América, os princípios libertadores das revoluções francesa e norte-americana. E' compreensível, portanto, dentro do arcabouço do sistema de dominação portuguesa, que se redobrasse a vigilância para impedir a circulação de idéias que lhe fossem nocivas.

3.4 *As tentativas de implantação da imprensa no período colonial*

Cronologia

Antes da instalação da imprensa régia, no Rio, em 1808, ocorreram algumas tentativas para a manutenção de prelos e tipografias no território brasileiro, como já tivemos oportunidade de referir, se bem que rapidamente. Essas tentativas revelaram-se efêmeras ou infrutíferas, sempre pela ausência de condições que assegurassem um funcionamento permanente de seus trabalhos.

Os referidos ensaios de atividades impressoras[80] podem ser reunidos de acordo com a seguinte cronologia:[81]

1642 – Recife (Holandeses);
1700 – Paraná (jesuítas espanhóis);
1706 – Recife (Impressor anônimo);
1747 – Rio de Janeiro (Antônio Isidoro da Fonseca);
1770 – Salvador (Fábrica de cartas de jogar);
1807 – Vila Rica (Pe. Viegas de Menezes).

Em se tratando de episódios históricos suficientemente documentados na bibliografia brasileira do jornalismo,[82] julgamos

[80] Deixamos de incluir na relação dessas tentativas as supostas tipografias mantidas pelos jesuítas portugueses (Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro), por não haver suficiente documentação que comprove a sua existência. Com referência às atividades de impressão que se supõe terem realizado os colégios inacianos de Recife e Salvador, acompanhamos o ponto de vista de Alfredo de Carvalho, quando afirma tratar-se de "um fato que dificilmente passaria ignorado" e acrescenta que "nenhuma prova material da sua existência, única capaz de produzir a demonstração cabal de semelhante enunciado, foi até hoje encontrada". E, a respeito de idênticas atividades que teriam mantido os jesuítas no Colégio do Rio de Janeiro, em 1724, conforme indicação de Serafim Leite, reafirmo aqui as restrições já expostas na *nota 125* do presente capítulo. (Vide: Alfredo Carvalho, 1908a, p. 17.)

[81] Ao apresentar a cronologia das tentativas de implantação da imprensa no período colonial brasileiro, adotamos o critério de tomar como ponto de referência aquelas datas mais significativas, não obstante muito dos episódios descritos envolverem períodos variados, não circunscrevendo-se, portanto, aos marcos aqui destacados.

[82] É interessante ressaltar que não constituindo o presente trabalho um esforço para registrar historicamente aquelas tentativas, mas simplesmente uma busca de análise das

dispensável reproduzir aqui os detalhes de cada tentativa. No entanto, vamos indicar sumariamente as circunstâncias que marcaram cada uma delas, no sentido de realçar alguns elementos para a correlação que buscaremos com os fatores *socioculturais* já expostos e delineados.

Recife (1642)

O Conselho do Governo do Brasil solicita a Amsterdã, onde funcionava a Assembléia dos XIX Diretores da Companhia das Índias Ocidentais, o envio de uma tipografia para o Recife. Justificava o pedido a alegação de que se tornava indispensável ali a impressão de editais, ordenações, bilhetes de venda, etc., cuja reprodução era feita através de cópias manuscritas, que tomavam o tempo de muitos funcionários, subtraindo-os de suas atividades regulares. Contando, não obstante, com o interesse das autoridades holandesas em Amsterdã, revelado na correspondência encaminhada aos dirigentes holandeses em Pernambuco, que insistiram na sua pretensão, durante o período de 1642/1645, a tentativa revelou-se infrutífera.[83]

Paraná (1700)

Em território brasileiro situado nas margens do rio Paraná, instalaram os jesuítas espanhóis, no início do século XVIII, uma tipografia composta de prelos e tipos móveis fabricados pelos indígenas. Essa região era ocupada, naquele tempo, pelos castelhanos, onde os loiolistas mantinham aldeamentos de índios sob a sua tutela, recebendo constantes invasões dos paulistas comandados por Raposo Tavares, à procura de bugres amansados para aprisionar e escravizar. Quando cessou a investida dos bandeirantes – isso, depois de terem destruído 11 dos 13 aldeamentos existentes na região – os jesuítas reuniram os indígenas restantes e os abrigaram em povoações situadas entre o rio Paraná e o Uruguai. Ali funcionou, de 1700 a 1727, uma tipografia, com ca-

circunstâncias que as determinaram, não achamos conveniente transcrever e comentar as inúmeras controvérsias existente em torno de cada fato.

[83] Pereira, 1883, p. 121-126; Pereira da Costa, 1891, p. 25-50; Alfredo de Carvalho, 1899, p. 197-232; Pereira da Costa, 1952, p. 170-173.

racteres de madeira e de metal, imprimindo pequenos trabalhos nas línguas nativas (Rizzini, 1968, p. 158).

Recife (1706)

Durante o governo de Francisco de Castro Moraes funcionou uma tipografia clandestina no Recife, dedicada a imprimir letras de câmbio e orações devotas, cujo introdutor permaneceu anônimo.[84] Descoberta pelas autoridades metropolitanas, a oficina foi fechada e confiscada, obedecendo às determinações da carta régia de 8 de julho de 1706 (Pereira da Costa, 1953, p. 92-93). Há indícios de que essa tipografia tenha realizado trabalhos entre 1703 e 1707.

Rio de Janeiro (1747)

Antônio Isidoro da Fonseca, antigo impressor lisboeta, instala uma tipografia no Rio de Janeiro, com a anuência do governador Gomes Freire.[85] Essa tipografia funcionou durante dois anos

[84] Serafim Leite aventa a hipótese de que poderia haver alguma relação entre essa tipografia e o Ir. Antônio da Costa, registrado como *tipógrafo* nos catálogos da Companhia de Jesus. No entanto, não há qualquer evidência de que ele tenha residido no Recife, naquela ocasião; suas vinculações estão explicitas com o Colégio da Bahia, onde esteve nos fins do século XVII, a sua presença no Recife, no começo do século seguinte, não passa de sugestiva suposição do referido autor. (Vide: Leite, 1953, p 103-146.)

[85] Além da anuência do governador Gomes Freire, o impressor Isidoro da Fonseca conseguiu obter a complacência do bispo do Rio de Janeiro, referindo-se a esse episódio, comenta Rubens Borba de Moraes: "Como foi possível publicar no Brasil um livro sem *todas as licenças necessárias?* Isidoro da Fonseca, velho impressor em Lisboa, sabia muito bem que publicar um livro sem as licenças era muito grave. Não quis assumir essa tremenda responsabilidade. Requereu licença ao bispo. No requerimento (que vem impresso no fim da *Relação* com os despachos) diz que *pretende imprimir a Relação inclusa, mas como não esteja ainda revista por Vossa Excelência tanto como Inquisidor Delegado, como Ordinário, para se ver se tem cousa que ofenda à nossa Santa Fé, pede a V. Excelência que vista que seja a dita Relação não tendo contra os bons costumes, conceda V. Excelência a dita graça por ser obra volante.* D. Antônio mandou o Padre Cristóvão Cordeiro ver o *papel*. Este não achou *nele cousa alguma contra nossa S. Fé e bons costumes*. Então o bispo despachou, em 18 de janeiro de 1747: *pode-se imprimir, e não correrá sem ser revisto para ver se está conforme o original*. Em 7 de fevereiro, o Padre Cordeiro conferiu o texto já impresso informou: *Está conforme o Original*. No mesmo dia o bispo deu o último despacho. *Visto estar conforme o original, pode correr*. A impressão foi feita em vinte e um dias, mais ou menos uma página por dia, admitindo-se que tudo tenha sido feito sem demora". (Vide: Moraes, 1965, p. 153-154.)

(1746/1747), imprimindo somente quatro insignificantes opúsculos.[86] Como não tivesse sido autorizada pelo governo metropolitano, este, ao tomar conhecimento da sua existência, determina a apreensão e o confisco do material tipográfico, através da provisão régia de 6 de julho de 1747.

Salvador (1770)

Uma fábrica de cartas de jogar, ou seja, uma oficina de impressão tabulária, funciona na Bahia,[87] por volta de 1770, tendo os seus proprietários conseguido obter "privilégios, faculdades e isenções", concedidos pelo alvará régio de 8 de agosto de 1770. Em 1796, a referida fábrica ainda se encontrava em atividades, conforme requerimento feito à metrópole pelo funcionário João Gonçalves Ferreira, solicitando autorização para usar o "escudo das armas reais" (Rizzini, 1946, p. 176-177).

Vila Rica (1807)

O Pe. José Joaquim Viegas de Menezes, antigo aprendiz de artes gráficas na Régia Oficina do Arco do Cego, em Lisboa, monta uma pequena oficina de impressão calcográfica, sob os auspícios do governador Ataíde e Melo (Carrato, 1967, p. 65-100). Essa proeza do Pe. Viegas de Menezes não teria continuidade, a não ser no início da década de 1820, quando ele ajuda a manter uma oficina tipográfica na antiga capital mineira (Frieiro, 1962, p. 65-85).

[86] É interessante, a esse respeito, a polêmica travada na imprensa carioca entre Affonso de Taunay e Félix Pacheco sobre "O Exame de Artilheiros" e o "O Exame de Bombeiros". (Vide: Pacheco, 1931.)

[87] Marcello e Cybelle de Ipanema contestam esse episódio histórico por realçado por Rizzini, baseando-se mais em interpretações de documentos do que em fatos documentados que possam dar alento as afirmativas. Preferimos continuar acreditando na informação de Rizzini, até mesmo em face do aviso régio de 1802, que solicita ao governador da Bahia vigiar os possíveis fabricantes de cartas de jogar falsas. (Vide: Ipanema, 1968, p. 88-95.)

Correlação

Apreciando a natureza de cada uma dessas tentativas, vamos observar que elas resultam, quase sempre, da ocorrência de um dos fatores *socioculturais*, quando não da conjunção de vários deles.

Preferimos, no entanto, buscar essa correlação apenas naquelas tentativas verificadas em território sob a jurisdição portuguesa. Excluiremos, assim, os dois primeiros episódios – desencadeados, respectivamente, pelos holandeses e espanhóis – por entendê-los atípicos, em relação aos parâmetros fixados para o presente estudo. Tratam-se de acontecimentos marcados por circunstâncias peculiares às respectivas áreas de colonização, e que, não obstante se expliquem por critérios idênticos aos considerados na metodologia proposta, tornam-se inadequados para uma comparação com os demais.

Desta maneira, vamos analisá-los isoladamente.

No que se refere à tentativa holandesa de 1642, identificamos a confluência de três fatores que contribuem para insinuar a necessidade social da imprensa no Recife: *urbanização, dinamização das atividades comerciais e funcionamento de uma vasta máquina burocrática*. Depois do incêndio de Olinda, em 1631, a cidade do Recife experimenta um processo de rápida urbanização, graças principalmente aos benefícios e remodelações ali introduzidos por Maurício de Nassau (Gonsalves de Melo, 1947, p. 53-56, 63, 96). Esse processo assumiria características de uma "urbanização intensamente vertical", como a denomina Gilberto Freyre (Freyre, 1961, p. 5). Além disso, "o flamengo, vindo de uma civilização mais urbana que rural, trouxera para uma colônia de matutos – excetuada a quase metropolitana Bahia – novidades de um efeito quase de mágica: conhecimentos e recursos da nova técnica européia, isto é, a burguesa-industrial" (idem, p. 6). Em 1642, ano da primeira solicitação da tipografia a Amsterdã, "o poder colonial holandês no Brasil havia atingido o seu máximo desenvolvimento", conforme o registro de Watjen (1938, p. 193). Deduz-se tal apogeu da máquina administrativa ali instalada, pela insistência com que as autoridades do governo

do Recife diziam precisar dos funcionários dedicados à preparação de cópias dos expedientes burocrático-mercantis, explicando que essas funções poderiam ser preenchidas por uma tipografia.

Entretanto, a conjunção desses três fatores não foi suficiente para transformar em realidade o funcionamento da imprensa naquela região, Barbosa Mello aventa a hipótese de que as autoridades holandesas hesitaram em atender ao pedido do Governo do Recife, considerando que a existência de uma imprensa "poderia trazer problemas relacionados com a ascensão do movimento libertador dos pernambucanos, naquela época" (Mello, 1972, p. 330). Preferimos acreditar que o insucesso dessa tentativa vinculou-se muito mais ao próprio *sentido da colonização holandesa*, que, sem ser meramente feitorial, como a dos portugueses, era essencialmente mercantilista, produzindo aquela "ausência de objetivos político-sociais" a que se refere Mário Neme (1971, p. 60). Como predominava "uma completa falta de orientação em matéria político-administrativa, agravada pela ausência do sentido de oportunidade e adequação com relação aos fins visados" (idem, p. 60), é compreensível que os holandeses do Recife não tenham se empenhado suficientemente, e os holandeses de Amsterdã não tenham sido razoavelmente eficazes, para concretizar as providências destinadas ao estabelecimento da imprensa em Pernambuco.

Quanto à iniciativa de 1700, nas reduções jesuíticas do Paraná, houve maior êxito. Conseguiram os inacianos fazer funcionar naquelas missões uma tipografia constituída pelos próprios indígenas, sob a orientação dos padres que conheciam as suas técnicas. Sua existência vinculou-se àquele fator predominante nas iniciativas do gênero em territórios coloniais – *presença de uma população indígena de razoável nível cultural*, onde pretendiam os colonizadores introjetar os seus valores culturais, utilizando inicialmente as línguas nativas. Na verdade, o progresso dos índios aldeados nas missões jesuíticas do Paraguai deveu-se à atuação dos loiolistas, alfabetizando-os e instruindo-os no manejo de técnicas artesanais e industriais as mais variadas.

A necessidade da imprensa naquela região – aliás, intensamente reclamada desde o século anterior – talvez tenha sido uma

contingência da civilização comunitária ali implantada pelos jesuítas, que procuravam incutir nos índios um forte sentimento cristão e, ao mesmo tempo, buscavam prepará-los para resistir às investidas dos mamelucos assuncenos e dos bandeirantes brasileiros, desejosos de transformá-los em escravos (Ribeiro, 1970, p. 522-524). De qualquer maneira, a utilização da imprensa para objetivos exclusivamente apostólicos e catequéticos em áreas coloniais não constituiu jamais motivo bastante para assegurar a sua permanência.

A ausência de outros fatores socioculturais, capazes de ocasionar atividades para as quais a imprensa se tornasse indispensável, acabaria por levar ao seu desaparecimento ou à decadência. Isso foi, na realidade, o que ocorreu nas missões espanholas situadas às margens do Paraná, cuja tipografia deixou de funcionar em 1727, tendo produzido somente uns poucos trabalhos de natureza catequética. Em abono dessa interpretação, encontramos o depoimento do Padre Furlong e seus colaboradores (1953, p. 85-87), assegurando que "a imprensa missionária emudeceu em 1727, ou depois de algum ano posterior, *pela razão de que era inútil* (grifo nosso). Os jesuítas a haviam instalado para fazer publicações em guarani, e estas publicações, na opinião de alguns, eram contrárias às leis, que prescreviam a intensificação do uso do idioma castelhano entre os indígenas". E aduzem: "Nesta situação conflitante entre os jesuítas e a Corte Espanhola, a respeito do uso do guarani nas Reduções, parecia prudente que aqueles se abstivessem de dar provas de que favoreciam positivamente o predomínio do idioma indígena, como as dariam se editassem obras volumosas na língua guarani. Como não vinha ao caso editar as que estavam em castelhano, pois era possível importá-las da Península, a baixo custo, talvez, e certamente melhor apresentadas, a imprensa missionária ficou inativa desde 1727 [...]".

Analisando, agora, as outras tentativas ocorridas em áreas luso-brasileiras, encontraremos, desde logo, um fator constante em todas elas: *urbanização*. Os quatro experimentos de atividades impressoras vão acontecer naquelas áreas onde se manifestaram os primeiros indícios do urbanismo nacional: Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Vila Rica.

A existência de atividades comerciais relativamente mais desenvolvidas nas cidades portuárias (em comparação com o restante da colônia) será um outro fator condicionante dos ensaios da imprensa no Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

Com relação à Vila Rica, há um aspecto que também significou estímulo para o funcionamento dos prelos: a ocorrência, ali, desde os fins do século anterior, de algumas atividades culturais, principalmente literárias, em face de uma certa concentração de letrados naquela região mineira (Diegues Júnior, 1960, p. 89).

Esse mesmo fator será válido para justificar a tentativa carioca de 1747, acrescentando-se o fato de existir na sede do governo colonial, senão uma máquina burocrática numerosa, pelo menos, naquela época, um governador interessado pelos movimentos intelectuais.

Mencione-se ainda, com relação a Salvador, que a ex-capital do país, talvez por reunir um pequeno funcionalismo, já desfrutava, desde o século XVII, de uma certa ociosidade. Sua população, como observa Thales de Azevedo, "era de índole boa, branda e ordeira, fácil de conduzir, porém muito amante de festanças". Não é de surpreender, portanto, que ali tenha surgido a primeira oficina destinada a fabricar baralhos na colônia. "Conviventes e folgazões, os brancos que não tinham empregos públicos, os mulatos forros e os negros libertos, não se dignavam a trabalhar" (Azevedo, 1969, p. 171); certamente, buscavam através do jogo preencher o tempo vazio, consumindo assim a produção daquela rudimentar oficina calcográfica.

Conclusão

Vejamos, no quadro seguinte, a incidência desses fatores socioculturais:

Local/Época	Urbanismo	Atividades comerciais	Atividades administrativas	Atividades culturais
Recife – 1706	x	x		
Rio – 1747	x	x	x	x
Salvador – 1770	x	x	x	
Vila Rica – 1807	x			x

De qualquer maneira, é importante assinalar que embora nos pareça admissível à contribuição desses fatores para as tentativas de implantação da imprensa no período colonial, não consideramos que as suas características assumissem plenitude capaz de propiciar a sua continuidade e permanência. As manifestações urbanísticas ainda se mostravam inconsistentes e as atividades comerciais, administrativas e culturais não passavam de meros embriões, rudimentares e pouco solidificados.[88]

Tanto assim que não foram suficientes para impor a necessidade da imprensa como elemento imprescindível (que não o era) à vida colonial. As duas primeiras tentativas – Recife (1706) e Rio (1747) – por assumirem um caráter de clandestinidade em relação à metrópole (não obstante contassem com o apoio explícito ou tácito das autoridades locais), revelaram-se infrutíferas, pelo acionamento do mecanismo repressivo do Estado, um dos fatores que consideramos anteriormente. As duas últimas – Salvador (1770) e Vila Rica (1807) – não constituíram objetivo de medidas cerceadoras, tendo, aliás, a oficina baiana obtido privilégios reais; mas não passaram de atividades efêmeras, que pouca significação exerceriam na vida da colônia.

[88] Esse incremento das atividades comerciais, culturais, administrativas e urbanísticas, sobretudo nas cidades portuárias, constitui um reflexo da transformação que se opera na economia da colônia, a partir do século XVIII e que culminaria com as mudanças do século XIX (abertura dos portos às nações amigas, incentivo ao comércio e à indústria, etc.). Para um estudo mais detalhado desse processo de alteração da economia brasileira, do período pombalino do joanino, são úteis as seguintes obras: Mota, 1972; Dias, 1971; Ribeiro Júnior, 1972; Pinto, 1972; Novaes, 1972.